

**DE COMUNIDADE PILOTO AO CAOS:  
DIRETRIZES PARA  
REQUALIFICAÇÃO URBANA NO  
BAIRRO DE CAJUEIRO SECO,  
JABOATÃO DOS GUARARAPES -PE**

MICAELA AURISTELA DA SILVA

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MICAELA AURISTELA DA SILVA

DE COMUNIDADE PILOTO AO CAOS: DIRETRIZES PARA  
REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BAIRRO DE CAJUEIRO SECO,  
JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE

Recife

2020

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Micaela Auristela da Silva

**DE COMUNIDADE PILOTO AO CAOS: DIRETRIZES PARA  
REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BAIRRO DE CAJUEIRO SECO,  
JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado como exigência parcial para  
Graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo,  
sob a orientação da Profa. Dra. Letícia Loreto  
Quérette.

Recife

2020

**Ficha catalográfica**  
**Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã**

S586d Silva, Micaela Auristela da.  
De comunidade piloto ao caos: diretrizes para requalificação urbana do bairro de Cajueiro Seco, Jaboatão dos Guararapes - Pe. / Micaela Auristela da Silva. - Recife, 2020.  
119 f. : il. color.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Letícia Loreto Quérette.  
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2020.  
Inclui bibliografia

1. Habitabilidade urbana. 2. Qualidade do espaço urbano. 3. Requalificação urbana. I. Quérette, Letícia Loreto. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título

72 CDU (22. ed.)

FADIC (2020-612)

Micaela Auristela da Silva

DE COMUNIDADE PILOTO AO CAOS: DIRETRIZES PARA  
REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BAIRRO DE CAJUEIRO SECO,  
JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE

Trabalho de conclusão de curso como exigência  
parcial para graduação no curso de Arquitetura e  
Urbanismo, sob orientação da Profa. Dra. Leticia  
Loreto Quérette.

Aprovada em 19 de junho de 2020

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Winnie Emily Fellows  
Primeira Examinadora / Faculdade Damas (FADIC)

---

Profa. Ana Carolina Puttini Lannicelli  
Segunda examinadora / Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

---

Profa. Leticia Loreto Quérette  
Orientadora / Faculdade Damas (FADIC)

## **AGRADECIMENTOS**

Sou imensamente grata a Deus por ter me permitido vivenciar e concluir esta graduação. Todo o meu agradecimento a Ele, que em todos os momentos guiou-me, dotando-me de conhecimento e sabedoria para seguir em busca dos meus sonhos. Segurou-me pelas mãos e tranquilizou minhas emoções quando o desespero tomou conta da minha mente.

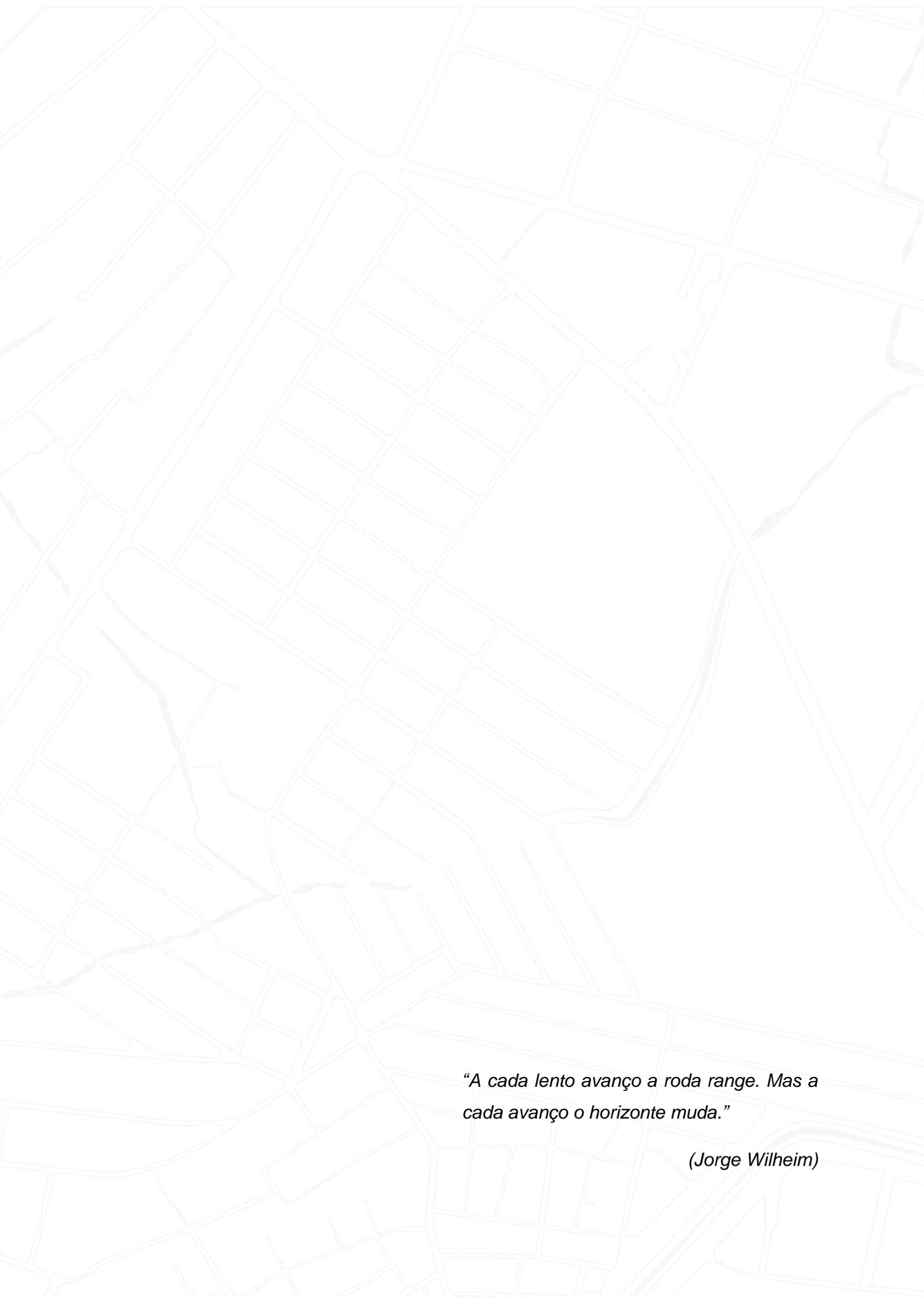
Agradeço aos meus pais Evania e Marcos, em especial a minha mãe, por todo seu cuidado, meu padrasto Agnaldo, minha irmã Maísa, familiares e amigos, por me ajudarem e me incentivarem a ser perseverante, insistindo em meus objetivos e, principalmente, por compreenderem a minha ausência neste período. Agradeço a todos que colaboraram com o desenvolvimento deste trabalho.

Quero agradecer aos meus colegas de classes, por todas discussões calorosas e trocas de conhecimento ao longo do curso. Em particular as minhas amigas Bea, Binha, Grace, Nath, que tornaram minhas manhãs mais felizes, ao longo destes cinco anos, compartilhando momentos e experiências, desenvolvendo trabalhos e adquirindo conhecimento. Sem dúvida, com vocês essa trajetória tornou-se mais leve.

Agradeço ao corpo docente da Faculdade Damas da Instrução Cristã, por compartilhar todo seu o conhecimento conosco, sempre nos direcionando e ajudando. Em especial a Coordenadora e Professora Mércia Carrera, por toda sua dedicação e atenção. Sou grata a professora Winnie Emily Fellows, por toda sua atenção, me ajudando em diversos momentos ao longo desta pesquisa, me acalmado e dando soluções para os problemas que surgiram. Meu sincero agradecimento a professora Ana Carolina Puttini, pelas contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

Carinhosamente agradeço a minha querida orientadora, Letícia Loreto Quérette, por sempre ter me incentivado, por sua imensa paciência e, principalmente, por ter me acalmado nos momentos de desespero. Sendo meu Norte ao longo desta pesquisa.

A todos vocês, meus sinceros agradecimentos!



*“A cada lento avanço a roda range. Mas a cada avanço o horizonte muda.”*

*(Jorge Wilhelm)*

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo apresentar diretrizes para a requalificação urbana do bairro de Cajueiro Seco que possam gerar melhorias para a população local, tendo como questão norteadora: em que medida a requalificação urbana do bairro de Cajueiro Seco propiciaria à população residente condições adequadas de habitabilidade, promovendo espaços urbanos qualificados para o desempenho apropriado das atividades cotidianas? Foi adotado como hipótese que a requalificação urbana do bairro iria permitir o pleno exercício do ato de morar, possibilitando o acesso adequado aos serviços e equipamentos urbanos, bem como, o usufruto de ambientes qualificados para os habitantes. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizados os conceitos de **habitabilidade urbana, qualidade do espaço urbano e requalificação urbana**, conforme o entendimento de diferentes autores. Bem como, os conceitos sobre a **reforma urbana** no Brasil, para compreender o contexto em que o bairro de Cajueiro Seco foi criado. Este trabalho utilizou uma abordagem hipotético-dedutiva, adotando como procedimentos o histórico e o monográfico. Como técnicas de pesquisa, foram utilizadas a **bibliográfica, documental, observações em campo** e a aplicação de **questionários** no formato “online”, para a captação das percepções e anseios da população. Os resultados obtidos permitiram a elaboração de uma proposta que contribuirá para melhorar a qualidade de vida da população, promovendo o usufruto de um ambiente adequado para o convívio e as dinâmicas sociais. Confirmando, desta maneira, a hipótese apresentada.

**Palavras-chave:** Habitabilidade urbana. Qualidade do espaço urbano. Requalificação urbana.

## ABSTRACT

This work aimed to present guidelines for the urban requalification of the Cajueiro Seco neighborhood that can generate improvements for the local population, having as a guiding question: to what extent the urban requalification of the Cajueiro Seco neighborhood would provide the resident population with adequate habitability conditions, promoting qualified urban spaces for the appropriate performance of everyday activities? Was adopted as a hypothesis that the urban requalification of the neighborhood would allow the full exercise of the act of living, allowing adequate access to urban services and equipment, as well as, enjoyment of qualified environments for the inhabitants. For the development of this research, the concepts of **urban habitability**, **quality of urban space** and **requalification urban** were used, according to the understanding of different authors. As well as, the concepts of **urban reform** in Brazil, to understand the context in which the neighborhood of Cajueiro Seco was created. This work used a hypothetical-deductive approach, adopting historical and monographic procedures. As research techniques, **bibliographic**, **documentary**, **field observations** and application of **questionnaires** in the “online” format, to capture the perceptions and desires of the population. The results obtained allowed the elaboration of a proposal that will contribute to improve the quality of life of the population, promoting the enjoyment of an adequate environment for socializing and social dynamics. This confirms the hypothesis presented.

**Keywords:** Habitability urban. Quality of urban space. Urban requalification.

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>BNH</b>	Banco Nacional de Habitação
<b>CRAS</b>	Centro de Referência da Assistência Social
<b>CDP</b>	Condicionantes, Deficiências e Potencialidades
<b>DGOTDU</b>	Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
<b>DPHAN</b>	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>FNRU</b>	Fórum Nacional De Reforma Urbana
<b>IAB</b>	Instituto de Arquitetos do Brasil
<b>INVI</b>	Instituto de La Vivienda
<b>IPASE</b>	Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores do Estado
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>IPTU</b>	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
<b>LID</b>	Low Impact Development
<b>LSCM</b>	Liga Social Contra o Mocambo
<b>PMR</b>	Prefeitura Municipal do Recife
<b>RU</b>	Reforma Urbana
<b>SERFHAU</b>	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
<b>SHRU</b>	Seminário da Habitação e Reforma Urbana
<b>SPHAN</b>	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>SSCM</b>	Serviço Social Contra o Mocambo
<b>TI</b>	Terminal Integrado
<b>USAID</b>	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
<b>USF</b>	Unidade de Saúde da Família
<b>ZEIS</b>	Zona Especial de Interesse Social

## SUMÁRIO

### 01.

#### 10 INTRODUÇÃO

### 02.

#### 15 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Habitabilidade Urbana

Dimensões e conceitos da qualidade do espaço urbano

Requalificação urbana

### 03.

#### 24 REFORMA URBANA NO BRASIL

Antecedentes

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana (1960)

A Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade (2001)

### 04.

#### 40 CAJUEIRO SECO E SEUS ENUNCIADOS

Urbanização e Habitação do Grande Recife

A cidade saturada

O Plano Regional e o Plano Habitacional

A invasão dos Montes Guararapes

A experiência da Reforma Urbana no grande Recife: Cajueiro Seco e seus desdobramentos

### 05.

#### 66 INTERPRETAÇÃO DO BAIRRO

Análise do bairro

Caracterização do bairro

Identificação dos problemas

Percepção e anseios dos usuários

Síntese dos dados analisados

### 06.

#### 105 DIRETRIZES PARA A REQUALIFICAÇÃO URBANA

### 07.

#### 111 CONCLUSÕES

#### 113 REFERÊNCIAS

#### 117 APÊNDICES

Apêndice A – Questionário “online”

Apêndice B – Exemplificação da proposta

The background of the page is a stylized map with a grid of orange and light beige squares. A prominent diagonal road with yellow dashed lines runs from the top-left towards the center. A green diagonal band is visible in the top-left corner, and a blue-green diagonal band is in the bottom-left corner. A large, light beige rectangular area is positioned on the right side of the page, containing the main text.

# 01

**INTRODUÇÃO**

## 1. INTRODUÇÃO

Marcadas por um intenso processo de expansão territorial e aumento populacional, as cidades brasileiras, durante o século XX, passaram por mudanças significativas em sua estrutura, gerando diversos problemas socioespaciais, os quais se perpetuaram até os dias atuais (RIBEIRO e PONTUAL, 2009). A presente pesquisa insere-se neste contexto de problemas habitacionais advindos da urbanização acelerada das cidades, tendo como objeto de estudo a comunidade de Cajueiro Seco, localizado na cidade de Jaboatão dos Guararapes-PE.

A saturação presente nas cidades brasileiras, no século XX, foi resultado de uma urbanização e industrialização acelerada que modificou, tanto a estrutura física dos núcleos urbanos, como a estrutura social. Segundo Ribeiro e Pontual (2009), as cidades passaram a receber demandas populacionais, que buscavam melhores condições de vida. No entanto, ao chegarem aos grandes centros urbanos, deparavam-se com um ambiente incapaz de recebê-las, tanto no âmbito social como no econômico. Assim, instalavam-se em áreas precárias, em habitações coletivas ou improvisadas, sem empregos e sem condições mínimas de habitabilidade (BALTAR, 1964, apud RIBEIRO e PONTUAL, 2009).

Outro problema gerado pelo crescimento exacerbado da população urbana no Brasil, foi o aumento da especulação imobiliária das cidades, elevando os valores dos terrenos disponíveis, restando para os migrantes a ocupação ilegal ou em áreas mais distantes dos centros urbanos. Em virtude disto, as cidades tiveram um crescimento desordenado, decorrente da adição sucessiva de terras sem um planejamento adequado, gerando a distribuição ineficiente dos equipamentos e serviços urbanos (BALTAR, 1964, apud RIBEIRO e PONTUAL, 2009).

Os problemas surgidos por este tipo de crescimento, mostraram a necessidade de intervir em sua estrutura, já que a mesma se encontrava decadente, retratam Ribeiro e Pontual (2009). Deste modo, surgiram grandes debates acerca da reforma urbana e as políticas habitacionais no Brasil, a fim de possibilitar “um crescimento natural, proporcional e coerente” (RIBEIRO e PONTUAL, 2009, p.04). Nestes debates, foram abordados também os problemas habitacionais que eram enfrentados nas cidades brasileira, demonstrando a necessidade de pensar além do

espaço da edificação, englobando todos os aspectos fundamentais para a habitabilidade de um determinado grupo.

As cidades do estado de Pernambuco sofreram grandes reflexos advindos da urbanização daquela época. Como consequência do aumento populacional desproporcional ao que as cidades suportavam, surgiram várias habitações que seguiam a tipologia de mocambos<sup>1</sup>. Segundo Cavalcanti (2017), no ano de 1960 existiam cerca de 100 mil mocambos na cidade do Recife, abrigando grande parcela da população. Contudo, esse tipo de habitação apresentava condições precárias para o desenvolvimento humana, implicando na habitabilidade dos indivíduos.

Diante disto, surgiram diversas propostas para solucionar o déficit habitacional no estado, dentre elas a proposta formulada durante o governo de Miguel Arraes (1963-1964), que objetivava dar aos mocambos “a cidade”. Esta tinha como objetivo a inserção da população ao núcleo urbano, oferecendo serviços e infraestrutura urbana para todas as áreas (SOUZA, 2009).

Neste contexto, foi proposto, no ano de 1963, o projeto para o núcleo habitacional do Cajueiro Seco, que serviria como a comunidade piloto para orientar as futuras intervenções. Este projeto, foi formulado pelos arquitetos Acácio Gil Borsoi e Gildo Guerra, tendo enorme repercussão, pois era mais que um simples projeto de conjunto habitacional, tratava-se de um experimento de Reforma Urbana, aponta Souza (2009). Este visava regularizar os mocambos, dando condições adequadas para a moradia e o desempenho das atividades cotidianas. Contudo, apenas uma parte do projeto foi concluído e entregue à população, devido o início do Regime Militar (1964-1985), pois apresentava princípios conflitantes com os do novo governo (GOMES, 2006, apud SOUZA, 2009).

Devido a drástica interrupção do projeto e a ausência de assistência técnica para os moradores, Cajueiro Seco se consolidou a partir de ocupações irregulares e desordenadas. Com o decorrer dos anos, o crescimento populacional intensificou ainda mais o surgimento de áreas inadequadas, em que a distribuição dos espaços de convívios e os equipamentos urbanos eram feitos de forma deficiente. O que um dia foi pensado como comunidade modelo deu lugar a uma área com grandes problemas habitacionais e urbanísticos.

---

<sup>1</sup> Mocambo era uma tipologia de habitação precária, estes poderiam ser encontrados em áreas alagadas ou sobre os mangues, seus principais materiais são o pau e barro pisado, para a construção das paredes, e a palha ou a lata, para cobertura (CAVALCANTI, 2017).

Considerando o exposto, uma questão que se coloca é em que medida a requalificação urbana do bairro de Cajueiro Seco propiciaria à população residente condições adequadas de habitabilidade, promovendo espaços urbanos qualificados para o desempenho apropriado das atividades cotidianas? Para efeito deste estudo, é aceito como hipótese de que a requalificação urbana do bairro iria permitir o pleno exercício do ato de morar, possibilitando o acesso adequado aos serviços e equipamentos urbanos, bem como, o usufruto de ambientes qualificados para os habitantes.

Esta pesquisa teve como objetivo geral apresentar diretrizes para requalificação urbana, que possam orientar as intervenções no sentido da melhoria das condições de vida da população do bairro de Cajueiro Seco. Como objetivos específicos, analisar o projeto para o núcleo habitacional de Cajueiro Seco, realizado por Gildo Guerra e Acácio Gil Borsoi, na década de 1960; identificar e descrever a problemática atual do bairro, prioritariamente, mediante o levantamento das necessidades e anseios sentidos pela sua população e realizar uma análise da infraestrutura do bairro, com base nos dados fornecidos pelo IBGE.

Ressalta-se a relevância desta pesquisa, tendo em vista que o projeto realizado para o núcleo habitacional do Cajueiro Seco, devido a drástica interrupção, não conseguiu promover condições adequadas para o desenvolvimento das atividades cotidianas e o acesso aos serviços e equipamentos urbanos. Diante disso, a realização desta pesquisa teve relevância social e acadêmica, pois além de propor melhorias para a comunidade local, possibilitará desdobramentos que poderão lançar luz sobre novas intervenções urbanas.

A fim de concretizar os objetivos apresentados, este trabalho utilizou o método de abordagem hipotético-dedutiva e serão adotados os procedimentos histórico e o monográfico, os quais ajudaram na compreensão da comunidade de Cajueiro Seco, a evolução urbana do bairro e sua ocupação territorial, com o intuito de identificar a problemática vivenciada pela população local.

Como apoio teórico, foram utilizados três conceitos principais, o de **habitabilidade urbana**, embasado nos autores Cohen (2004) e Bonduki (2002), o de **qualidade do espaço urbano** por Gehl (2014) e Holanda (2007) e o de **requalificação urbana**, baseados nos autores Moura *et al.* (2006), Peixoto (2009) e Moreira (2007).

As técnicas utilizadas foram a pesquisa **bibliográfica** para o embasamento teórico e a compreensão dos conceitos de habitabilidade urbana e a qualidade do espaço urbano, os critérios para a sua avaliação e seus indicadores, bem como, os conceitos para a requalificação urbana e as condições para a realização desta intervenção. Do mesmo modo, buscou-se embasamento teórico para compreender a Reforma Urbana Nacional e suas solicitações, entendendo o cenário para a criação da experiência do Cajueiro Seco e os critérios utilizados para a concepção deste núcleo urbano. A pesquisa **documental**, em que foram analisadas a situação dos indicadores de habitabilidade urbanas, bem como a condição dos espaços urbanos, através de dados obtidos pelo IBGE. A **observação em campo**, através da plataforma “online” *Street View* e da circulação motorizada pelo bairro, para obtenção de imagens do bairro e a identificação da situação atual do bairro, foi realizado desta maneira, devido ao isolamento social nas cidades pernambucanas, para o controle da pandemia Covid-19. A aplicação de **questionários**, em formato “online”, através da plataforma *Survio*, a fim de captar a percepção e o anseios dos usuários.

A presente pesquisa estruturou-se em sete capítulos, sendo o primeiro capítulo, esta introdução. O segundo capítulo, refere-se ao aporte teórico, em que foram desenvolvidos os conceitos e teorias acerca da habitabilidade urbana, a qualidade do espaço urbano e a requalificação urbana. O terceiro capítulo, retrata um breve histórico da Reforma Urbana Nacional, em que são abordados o contexto que antecede este movimento e como se desenvolvem os debates e as propostas formuladas, bem como, as suas conquistas.

Enquanto o quarto capítulo trata sobre o bairro de Cajueiro Seco, analisando o contexto de sua criação, os desdobramentos sobre a comunidade piloto e seu processo de crescimento urbano. O capítulo cinco é dedicado às observações em campo, que analisa a situação atual do bairro, identificando suas principais carências e seus entraves. Também são apresentas as percepções e os anseios dos usuários para o bairro, além de uma síntese dos dados obtidos.

Já o capítulo seis apresenta as diretrizes propostas para a requalificação urbana, que foram baseadas tanto nos conceitos de habitabilidade urbana e qualidade do espaço, bem como, nos anseios da população, promovendo melhorias para a qualidade de vida dos habitantes. O sétimo e último capítulo, corresponde à conclusão, no qual é apresentada uma reflexão final sobre os resultados alcançados.



# 02

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“Uma boa cidade é como uma boa festa, as pessoas ficam mais do que o necessário, porque estão se divertindo.”

- Jan Gehl

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As cidades, nos séculos XIX e XX, passaram por mudanças significativas advindas do processo de desenvolvimento e crescimento acelerado, resultando em diversos problemas no âmbito habitacional e de estruturação dos centros urbanos, como por exemplo, o surgimento de habitações inadequadas, o crescimento da mancha urbana sem o devido planejamento, criando espaços sem a infraestrutura mínima para a habitação e o desempenho das atividades cotidianas. Assim foram desenvolvidas teorias que objetivavam a adequação dos centros urbanos às novas demandas sociais. O presente capítulo apresenta os conceitos de a habitabilidade, qualidade do espaço e da requalificação urbana, a partir da contribuição de diversos autores sobre o ambiente construído. A preocupação com o espaço tem como objetivo alcançar o bem-estar dos usuários, promovendo um ambiente estruturado e adequado para o seu convívio.

### 2.1. Habitabilidade Urbana

No que se refere ao termo Habitabilidade, em sua origem etimológica, este é entendido como “qualidade do que é habitável, próprio para habitação” (MAIA, 1971). Deste modo a edificação deve possibilitar a qualidade e o conforto adequados para o ato de habitar, devendo esta ser dotada de propriedades e mecanismos apropriados para o desempenho das funções para as quais foram projetadas. Como cita a autora Cohen:

Entende-se por padrão de habitabilidade a adoção de tipologias em correspondência aos requisitos mínimos que garantam o morar com desfrute de saúde e bem-estar e propiciem a dignidade humana. Nesse sentido, promove o pleno exercício do ato de morar, ampliando e melhorando, respectivamente, a qualidade do espaço e da vida (COHEN, 2004, p.809).

A habitabilidade expressa a qualidade do espaço, tanto em seu âmbito funcional, como tecnológicos e criativos, a fim de possibilitar uma relação adequada de uso entre o usuário e a edificação. Nesse aspecto, Malard (2006, p.13) afirma que a edificação “[...] é fruída na sua dimensão artística, usufruída na dimensão funcional e construída na sua dimensão tecnológica.”, assim a partir da interação entre as

dimensões da edificação e o usuário de modo equilibrado, haverá a harmonização desta relação.

Para Almeida (2002, p. 77) “a característica de ser habitável faz com que os ambientes devam atender a necessidades existenciais, abrangendo diversos níveis, do fisiológico ao simbólico.”. Dessa forma, a habitação deve atender, além dos aspectos técnicos regidos pela ABNT NBR 15575 (2008), como o conforto térmico; higiene e qualidade do ar; conforto tátil; e outros, às necessidades físicas, psicológicas e socioculturais dos usuários.

Na perspectiva de Elali (2010, apud, ELALI e SOUSA, 2015) a habitabilidade está relacionada com a ligação entre a qualidade do espaço e os aspectos do conforto ambiental, os quais são responsáveis pelo desenvolvimento adequado ou a impedimento das atividades humanas. A autora ainda acrescenta, que a habitabilidade se refere ao ponto de vista do usuário, sendo ela uma característica percebida. Assim, avaliação através da perspectiva do usuário deve ser priorizada, em relação às avaliações ou testes técnicos.

Portanto, a teoria acerca da habitabilidade não se restringe ao ato de habitar e o limite da unidade habitacional, mas compreende de forma mais ampla a relação entre o ambiente interno e o externo na qual a edificação está inserida. Nesse aspecto, insere-se o conceito de habitabilidade urbana que engloba a habitação no cenário da cidade e prevê o atendimento pleno das necessidades dos usuários, além da promoção de um ambiente que dispõe de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos, resultando na concepção de um espaço saudável.

Para Cohen (2004, p. 809) a habitabilidade urbana pode ser sintetizada como a promoção do “[...] pleno exercício do ato de morar, ampliando e melhorando, respectivamente a qualidade do espaço e da vida.”. Em virtude disto, o ambiente construído deve dispor de condições adequadas para habitação e o desenvolvimento das atividades cotidianas desempenhadas pelos usuários, propiciando uma relação harmônica entre habitação e o lugar.

Com o mesmo entendimento, Bonduki (2002) afirma que o conceito de habitabilidade urbana se pauta na justa relação entre a edificação e a cidade. Propiciando ao morador um ambiente favorável para seu habitar, que disponha de bens e serviços, espaços de convívio adequado e infraestrutura urbana eficiente, resultando na inclusão social da população ao território, na qual a habitação está

inserido, ou seja, o sentimento de pertencimento a comunidade e a cidade. Como exemplo, cita que:

O indicador habitabilidade urbana parte do pressuposto de que a moradia é entendida em seu sentido amplo, conjugando-se ao direito à cidade. Essa avaliação deve verificar em que medida a habitação responde a uma preocupação dessa ordem, de estar inserida na malha urbana, baseada em sua relação com a rede de infraestrutura e a possibilidade de acesso a equipamentos públicos. (BONDUKI, 2002, p.208).

Dentro dessa perspectiva, o conceito de habitabilidade não se resume ao atendimento das necessidades psicológicas dos usuários e a qualidade do espaço que limita a unidade habitacional, mas ao ambiente em que esta se insere. Pois mesmo a edificação atendendo aos parâmetros para um ambiente saudável e de qualidade, a mesma pode estar inserida em um contexto vulnerável, o qual não permita o pleno exercício do direito à cidade e o usufruto de um ambiente saudável, implicando na qualidade de vida dos usuários e em seu desenvolvimento.

Para avaliar a habitabilidade urbana Nogueira *et al.* (2010, apud SILVA, 2011) desenvolveram uma metodologia que analisa o ambiente a partir de dois parâmetros, o cultural e o simbólico segundo a compreensão da percepção ambiental e a apropriação do espaço. Dessa forma, as autoras conceberam uma metodologia que avalia a qualidade do espaço, quanto a habitabilidade, seguindo duas dimensões o “sentido” e o “uso”. Para a dimensão de uso os critérios observados estão relacionados ao comportamento a utilização dos espaços pelos usuários. Enquanto a dimensão de sentido baseia-se em atributos de forma, entorno e processos humanos de cognição e percepção.

A habitabilidade urbana nada mais é que a garantia da aplicação do direito à cidade associado ao direito a uma moradia adequada, promovendo aos usuários o usufruto de um ambiente qualificado e saudável para o seu desenvolvimento. Corroborando com esta ideia o INVI<sup>2</sup> define:

A habitabilidade é determinada pela relação e adequação entre o homem e seu ambiente e refere-se à forma como cada uma das escalas territoriais é avaliada de acordo com sua capacidade de atender às necessidades humanas. Esse conceito está relacionado ao

---

<sup>2</sup> O Instituto de La Vivienda é uma unidade acadêmica criada no ano de 1984 pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Chile.

cumprimento de padrões mínimos, uma vez que a habitabilidade é a 'qualidade habitável e, em particular, a que, de acordo com certas normas legais, possui um local ou moradia'. (INVI, 2004, p. 14, tradução nossa)

Em síntese, o termo habitabilidade será entendido nesta pesquisa como um atributo ligado ao espaço urbano, objetivando oferecer aos usuários um ambiente confortável e adequado para o seu desenvolvimento e convívio. Logo, a habitabilidade urbana é o pleno exercício do ato de morar, com espaços infraestruturados e conectados ao tecido urbano, permitindo a espacialização das relações entre o usuário e o espaço.

## **2.2. Dimensões e conceitos da qualidade do espaço urbano**

Ao longo da história, os espaços urbanos passaram por inúmeras transformações a fim de atender às diferentes necessidades de seus habitantes. Ora marcados pela agricultura e o comércio, ora industrializados, os espaços expressam o modo de vida de cada população e a marca de cada época (SOCIEDADE LEIRIAPOLIS, 2007, apud SILVA, 2011).

Com o crescimento e o desenvolvimento das cidades, a produção espacial seguiu por novos rumos. Aguiar (2012, p.62) alega que nas cidades “[...] o espaço público é cada vez mais inóspito, marcado por grades nas fachadas de prédios, extensos muros contornando introvertidos condomínios, mega shopping centers e estacionamentos e, a pior parte, as áridas freeways<sup>[3]</sup> urbanas.”. Diante disso, emergiram conceitos para entender o espaço e produzi-lo de modo adequado para os usuários.

Na origem etimológica da palavra qualidade, encontramos a definição: “atributo que designa uma característica boa de algo” (MAIA, 1971). Ao relacionarmos ao espaço, podemos sintetizar que o termo qualidade do espaço se refere aos atributos que determinado local possui. Assim, os espaços urbanos precisam ser construídos para possibilitar o acolhimento dos usuários com gentileza, criando espaços que valorizem o convívio e as dinâmicas sociais.

---

<sup>3</sup> A expressão “freeways” é traduzida como rodovias, fazendo alusão a produção das vias para adequar os espaços urbanos aos automóveis (AGUIAR, 2012).

O espaço urbano deve ser compreendido não apenas como fruto das dinâmicas sociais, mas como o resultado da produção arquitetônica, pois esta produz impactos tanto sobre a vida dos usuários, como sobre o ambiente natural. Na opinião de Holanda (2007), existem aspectos que definem as implicações dos lugares enquanto arquitetura e como estes nos afeta, dessa forma, o autor listou 8 aspectos, sendo estes definidos como: aspectos funcionais, que se refere às exigências práticas da vida cotidianas, como espaços para o desempenho de atividades; aspectos bioclimáticos, que implica em condições adequadas para iluminação, ventilação, acústica, dentre outros; aspectos econômicos, que está associado a adequação entre os custos do espaço e a renda dos usuários; aspectos sociológico, que está relacionado a configuração da forma-espaço, ou seja, espaços que implicam na utilização desejável pelos usuários; aspectos topoceptivos, que é relativo a identidade dos lugares e a possibilidade de orientação para os usuários; aspectos afetivos, trata sobre o modo como os espaços afetam emocionalmente as pessoas; aspectos simbólicos, está associado a simbologia presente no espaço, e por fim, os aspectos estéticos, que representa a beleza do lugar.

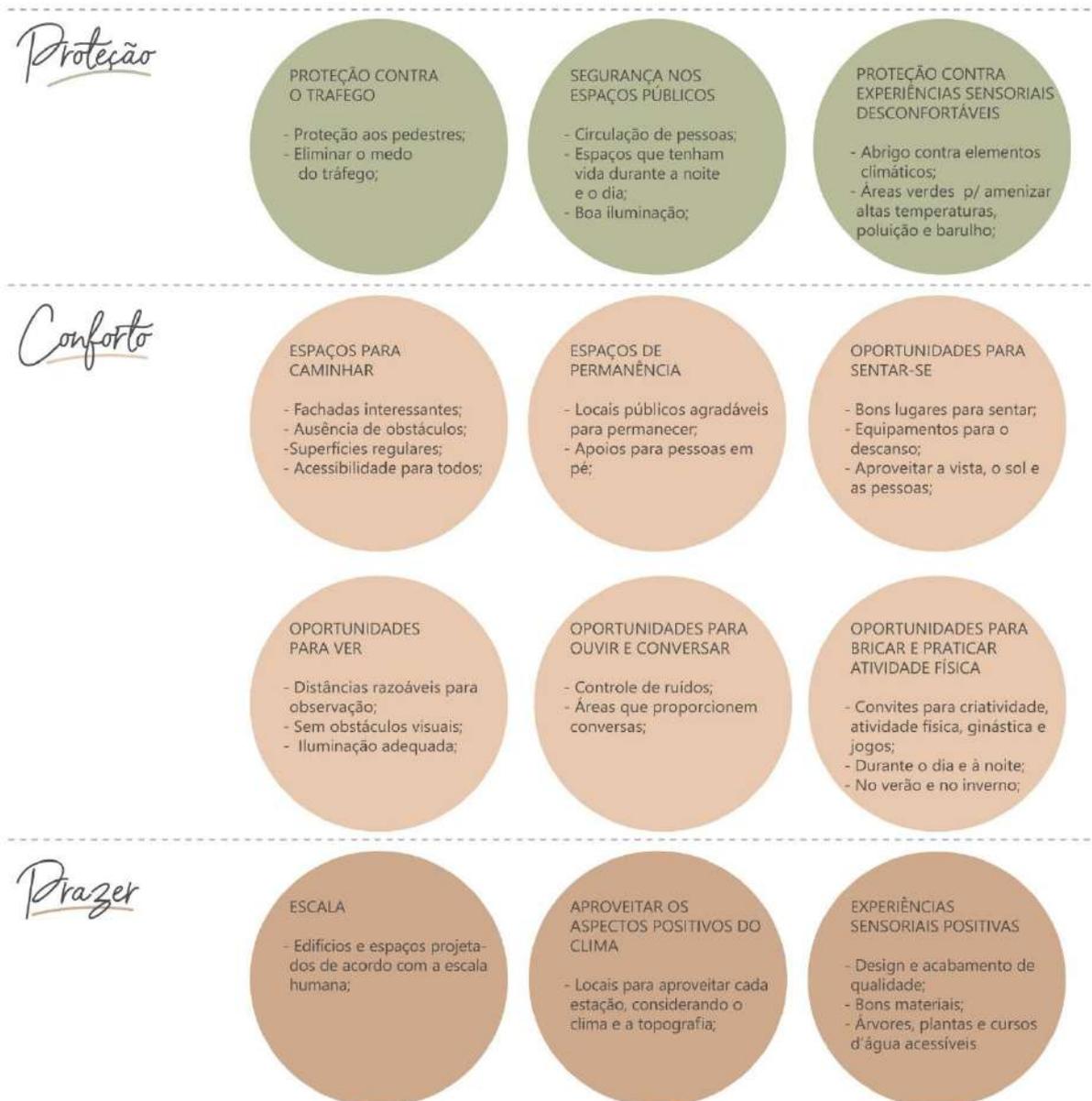
Logo, a arquitetura deve ser utilizada como uma ferramenta que objetiva a criação de espaços acolhedores e seguros, possibilitando ao usuário desfrutar de um ambiente satisfatório quanto às suas expectativas “[...] funcionais, bio-climáticas, econômicas, sociológicas, topoceptivas, afetivas, simbólicas e estéticas [...]” (HOLANDA, 2007, p.04).

Nas cidades contemporâneas, comumente, a produção espacial é desenvolvida priorizando os automóveis e as construções, resultando em um “[...] espaço desurbano, hostil ao corpo, ao pedestre, [...]” (AGUIAR, 2012, p.64). No entanto, a produção espacial deve objetivar a satisfação dos usuários, promovendo a criação de cidades vivas, seguras e sustentáveis, cujo ponto de partida deve ser o usuário e suas necessidades.

Para Gehl (2014) espaços urbanos qualificados geram cidades convidativas e vivas, que proporcionam aos usuários experiências positivas, resultando na promoção de encontros, na diversificação das atividades desempenhadas no espaço urbano e na sua apropriação, além de gerar segurança. Deste modo, o autor menciona que os espaços urbanos devem ser dotados de aspectos que promovam a proteção, o conforto e o prazer dos usuários.

A esse respeito, Gehl (2014) listou 12 critérios que caracterizam um espaço qualificado, são eles: proteção contra o tráfego; segurança nos espaços públicos; proteção contra experiências sensoriais desagradáveis; espaços para caminhar; espaços de permanência; locais para sentar; possibilidade de observar; oportunidade de conversar; escala humana; possibilidade de aproveitar o clima e boa experiência sensorial (Figura 01).

**Figura 1.** Critérios de qualidade dos espaços urbanos.



**Fonte:** Gehl (2014), editado pela autora.

Mediante o exposto, a qualidade do espaço urbano, neste trabalho, será entendida como os atributos que tornam o ambiente receptivo e atrativo para as pessoas, criando espaços urbanos hospitaleiros e acolhedores para os cidadãos.

### **2.3. Requalificação Urbana**

O progressivo consumo dos recursos e espaços disponíveis para o desenvolvimento das urbes e da sua população, acarretou no aumento da degradação dos territórios. Diante disso, as teorias desenvolvidas por estudiosos, para as intervenções de origem urbana e arquitetônica, visavam orientar a recuperação das áreas, desprezadas ou deteriorados pelo processo de desenvolvimento e estruturação das cidades, e a contenção da ação de degradação dos territórios.

A teoria referida neste tópico trata de um dos termos empregados nas operações de natureza urbanística e de intervenção nos espaços urbanos, como aborda Silva (2011, p. 45) “[...] a requalificação urbana é considerada como um eixo prioritário nas intervenções urbanas, possibilitando uma operacionalização no tecido físico e social, ou seja, permite (re)criar uma nova estética em função do desenho já existente de uma cidade.”.

Por sua vez, Moura *et al.*, (2006) retratam que surgiram conceitos que “contêm simultaneamente uma ideia (teórica) e uma proposta de acção sobre a cidade”. Assim, surge o princípio da locução acerca da requalificação urbana, a qual trata de: “termos [...] usados em operações de natureza urbanística, arquitectónica e de intervenção no espaço público.” (PEIXOTO, 2009, p. 41). A expressão requalificação urbana, refere-se a um instrumento de intervenção em tecidos urbanos e sociais, com o intuito de resolver os problemas ligados ao processo de urbanização e os efeitos causados aos núcleos urbanos.

A requalificação urbana pode ser definida como uma “[...] operação de renovação urbana, reestruturação ou reabilitação urbana, em que a valorização ambiental e a melhoria do desempenho funcional do tecido urbano constituem objetivos primordiais da intervenção [...]” (DGOTDU<sup>4</sup>, 2008, apud SILVA, 2011, p.46). Assim, a requalificação urbana trata acerca do espaço público e seu entorno,

---

<sup>4</sup> A sigla DGOTDU faz referência a Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

promovendo a transformação de um determinado local, a partir de múltiplas intervenções e de operações urbanas de larga escala, a fim de “(re)introduzir ‘qualidades urbanas de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área” (PEIXOTO, 2009, p.46).

Para Ferreira, Lucas e Gato (1999, apud MOREIRA, 2007, p.124) a requalificação urbana pode ser sintetizada como um processo social e político que consiste na intervenção em um território visando “(re)criar qualidade de vida urbana, através de uma maior equidade nas formas de produção, de um acentuado equilíbrio no uso e ocupação dos espaços e na própria capacidade criativa e de inovação dos agentes envolvidos nesses processos”. Dessa forma, a requalificação urbana aborda os problemas relacionados às áreas degradadas e seu entorno, com o intuito de devolver ou inserir qualidades e características que foram perdidas ao longo do seu processo de crescimento urbano.

Dentro desta ótica, a requalificação urbana pode ser compreendida como um instrumento de gestão urbana, o qual tem como objetivo “[...] a melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infra-estruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e económica.” (MOURA, *et al.*, 2006, p.06). Resultando em uma série de transformações na área intervinda, tanto no âmbito econômico, como cultural, social e paisagístico.

Moura *et al.* (2006, p.20), acrescenta que “A requalificação urbana tem um carácter mobilizador, acelerador e estratégico, e está principalmente voltada para o estabelecimento de novos padrões de organização e utilização dos territórios, e para um melhor desempenho económico [...]”. Sendo assim, este termo refere-se a um processo, que resulta da articulação de diversas diretrizes relativas à dinâmica da cidade e seus entraves, a fim de intervir em sua estrutura física, refletindo mudanças em seu campo social e econômico, viabilizando desta forma um padrão de vida coeso e adequado para os cidadãos.

Domingues (2006, p.23) afirma que as intervenções realizadas no âmbito da estrutura física das cidades, detém-se ao tecido urbano e a sua expansão, articulando “[...] ao reordenamento e reabilitação das áreas degradadas e ao melhoramento da qualidade de circulação, da oferta de locais de estacionamento e dos serviços de transportes.”, enquanto as operações ligadas ao ambiente urbano, diz respeito aos “[...] elevados níveis de infraestruturação básica, com o aumento da superfície verde

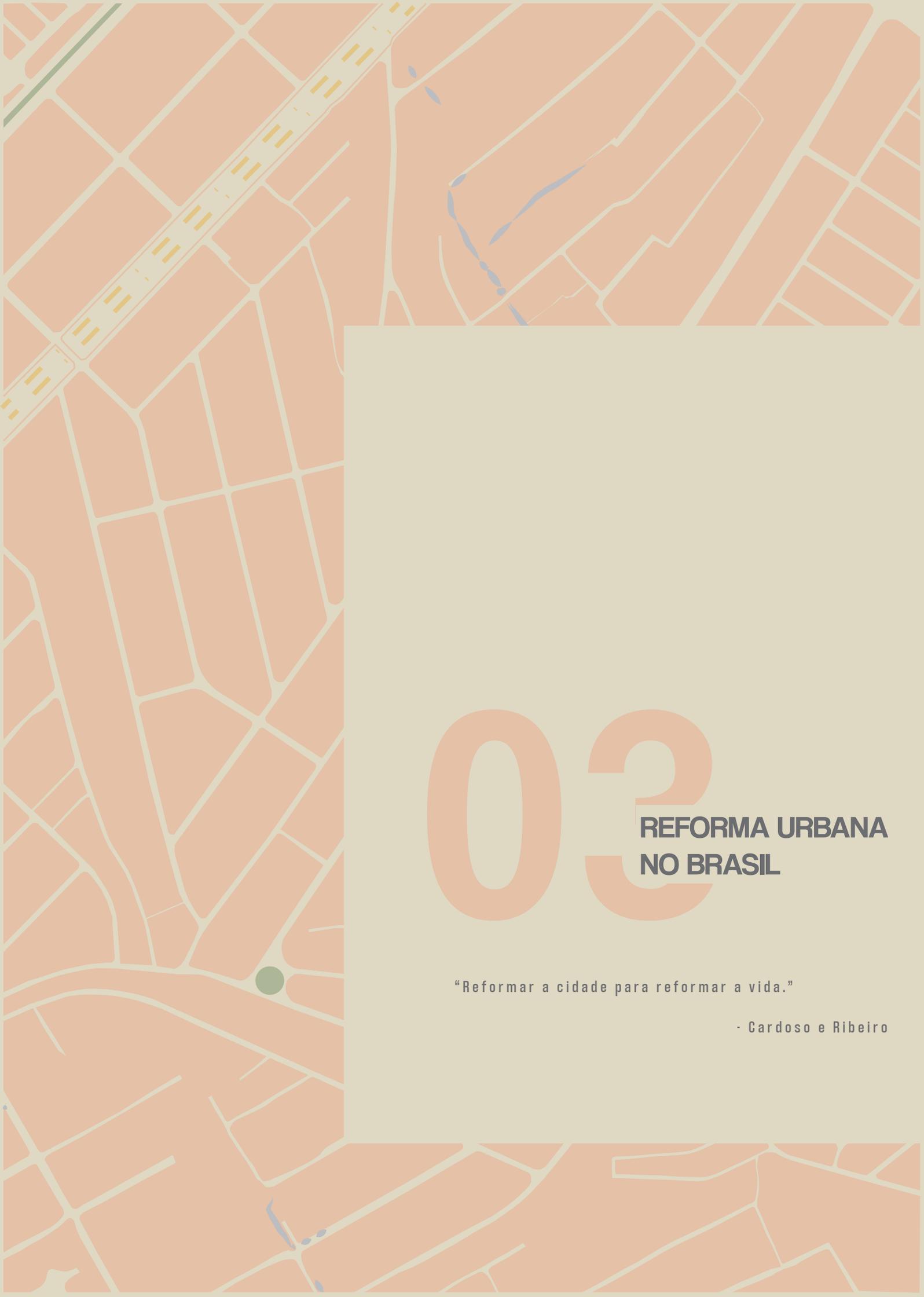
e com a qualidade do tratamento e do desenho do espaço público, enquanto local de convivialidade, de encontro e de lazer.”.

Por conseguinte, a requalificação urbana pode ser enquadrada como um termo que objetiva a “recuperar o sentido da ubicação<sup>[5]</sup> residencial das populações, através de múltiplas acções e medidas, que vão da infra-estruturação à valorização da imagem interna e externa, passando pela provisão dos adequados serviços e pela equidade no acesso ao emprego” (MOREIRA, 2007, p.118).

Para fins desta pesquisa, a requalificação urbana será entendida como um instrumento de intervenção urbana capaz de gerar melhorias quanto a condição de vida da população, promovendo a recuperação e adequação dos espaços, dotando-os de infraestrutura e equipamentos urbanos. Tendo em vista a criação de um espaço adequado e estruturado, o qual permita a apropriação e valorização destes pela população.

---

<sup>5</sup> Ubicação refere-se ao ato de ocupar algum lugar. (MAIA, 1971)



# 03

## REFORMA URBANA NO BRASIL

“Reformar a cidade para reformar a vida.”

- Cardoso e Ribeiro

### 3. REFORMA URBANA NO BRASIL

#### 3.1. Antecedentes

O século XIX foi marcado por grandes alterações tanto na estrutura urbana, quanto na estrutura social dos grandes centros, como consequência da necessidade de adaptação das cidades europeias medievais e barrocas à industrial, aponta Ribeiro e Pontual (2009). Nesse contexto, surge a discussão acerca da Reforma das Cidades e a urgência de adequá-las às novas demandas sociais.

A industrialização nas grandes cidades da Europa, além de possibilitar a modernização dos centros, motivou a chegada de um grande contingente populacional, diante disso, as cidades “[...] cresciam de forma desproporcional às suas condições de uso.” (RIBEIRO e PONTUAL, 2009, p.05). Com intuito de resolver tais problemas foram propostas reformas para as cidades, dentre essas, a reforma urbana na cidade de Paris, dirigida pelo Barão Haussmann em 1853 e 1869, a qual serviu como base para outras intervenções realizadas. Sobre a reforma parisiense Ribeiro e Pontual (2009) afirmam:

Essa cidade tinha, na época, ultrapassado o número de um milhão de habitantes e a sua reforma consistiu num conjunto de determinações que abrangia a urbanização de terrenos periféricos; obras viárias que iam desde o alargamento à abertura de novas ruas dentro de bairros antigos; a reconstrução de edifícios atendendo a requisitos mínimos de higiene e a renovação das instalações infra-estruturais da cidade, como a rede viária, a rede de esgotos, o abastecimento de água, a iluminação, bem como novos usos (RIBEIRO e PONTUAL, 2009, p.06).

Igualmente, no Brasil, entre as décadas de 1880 e 1930 as cidades passavam por alterações estruturais em sua composição devido a um conjunto de acontecimentos, dentre eles a demanda por modernização e industrialização dos centros e o novo contexto populacional. O território brasileiro passou a receber correntes imigratórias vindas do continente europeu, devido à necessidade por mão de obra para o desenvolvimento das atividades do campo e na crescente indústria. Outro fator que cooperou para o aumento populacional foi o contingente de pessoas

livres<sup>6</sup>, as quais ao serem expulsas do campo passaram a imigrar para as cidades em busca de novas oportunidades de trabalho, resultando em novas demandas por habitações e serviços urbanos (MARICATO, 1997, apud MOTTA, [200-?]).

Assim, com o intuito de atender às novas demandas sociais, o poder público adotou como medida inicial a injeção de crédito nas empresas privadas, para estimular a construção de habitações. No entanto, este procedimento não foi capaz de resolver a questão de moradia nos centros urbanos, já que o valor dos imóveis produzidos era elevado se comparado às moradias informais. Dessa forma as empresas “passaram a investir em loteamentos para classes altas, enquanto outros edificaram prédios para habitações coletivas<sup>7</sup>” (PECHMAN e RIBEIRO, apud MOTTA, [200-?], p.02), restando apenas para a população de baixa renda, a opção por permanecer nos centros urbanos em habitações coletivas.

Essa situação resultou no aumento dos cortiços<sup>8</sup>, os quais passaram a compor a paisagem das cidades. Contudo, esse tipo de solução habitacional não oferecia condições adequadas para a moradia, sendo considerada pelo poder público como degradantes e imorais, construções que ameaçavam a ordem pública e propiciavam a proliferação de doenças (MOTTA, [200-?]). Corroborando com esta ideia, Resende (1987, apud MANSANERA e SILVA, 2000, p. 117) afirma que a cidade nesse contexto expressava a “[...] deterioração das condições de vida da população trabalhadora, de higiene e saneamento das cidades, proliferação de cortiços e favelas, focos de desordem e reservatórios de doenças infecciosas [...]”.

Nessas décadas (1895 a 1930) foram propostos e realizados projetos de melhoramento, influenciados pelos conceitos de embelezamento e saneamento da reforma parisiense, em pontos da cidade situados geralmente em áreas centrais e nos portos. As reformas eram de âmbito higienista e infraestruturais sendo propostos, em sua maioria, por engenheiros-sanitaristas ou engenheiros-arquitetos, e tinham como intuito adequar os grandes centros às novas necessidades, melhorando a circulação de mercadorias, pessoas e serviços, além da tentativa de extinção das moradias coletivas. Segundo Maricato (1997, apud MOTTA, [200-?], p.02) na cidade do Rio de

---

<sup>6</sup> Entende-se por pessoas livres os escravos libertos após a abolição da escravatura no ano de 1888, que passaram a compor a população urbana nas cidades brasileiras. (MANSANERA e SILVA, 2000)

<sup>7</sup> Como habitação coletiva inclui-se os cortiços, as estalagens, avenidas, as casas de cômodos, as vilas operárias e as vilas populares (PECHMAN e RIBEIRO, apud MOTTA, [200-?]).

<sup>8</sup> Conceitua-se cortiço como uma casa pequena onde habita um número grande de famílias, uma habitação coletiva para população pobre (MAIA, 1971).

Janeiro cerca de 590 prédios foram demolidos dando lugar a 120 novos edifícios, resultando na expulsão de grande número de famílias pobres, culminando na ocupação dos subúrbios por essas famílias. Estes locais, que devido a carência em infraestrutura e serviços, tinham custos mais baixos tornaram-se mais acessíveis para essa população, formando assim as primeiras favelas<sup>9</sup> na cidade do Rio de Janeiro.

As cidades brasileiras cresciam de forma desproporcional e sem infraestrutura mínima, Baltar (1964, apud RIBEIRO e PONTUAL, 2009, p. 04) afirma que “essas cidades foram crescendo por adição sucessiva de novas áreas sem que alguém pensasse em cuidar delas como um todo [...]”, em consequência surgiram bairros segregados socialmente, que cresciam sem a interferência do poder público gerando espaços esquecidos e ausente de qualquer condição de dignidade.

Nas décadas posteriores (1930 e 1950), as cidades brasileiras passaram por um novo panorama econômico fruto da Revolução de 1930<sup>10</sup>, que interferiu de maneira direta no planejamento do espaço urbano. O pensamento vigente neste período era que a cidade “bela”, proposta pelos higienistas, desse lugar a uma cidade eficiente, que viabilizasse uma locomoção adequada e espaços urbanos com infraestrutura. Dentro dessa ótica, os planos desenvolvidos tinham um alcance mais amplo, abordando a cidade como um todo e não apenas as áreas centrais como as reformas anteriores (VILAÇA, 1999, apud BRASIL, [201-?], p.04).

A esse respeito Leme (1999, apud RIBEIRO e PONTUAL, 2009, p.05) afirma que as reformas desse período visavam a “articulação entre os bairros, o centro e a extensão das cidades por meio de sistemas de vias e de transportes”, diante da necessidade de integrar o espaço urbano, as cidades brasileiras passaram por remodelações que permitissem a circulação de automóveis, marcando esse período pela abertura de diversas rodovias. Todavia, as intervenções realizadas não abordavam a origem do problema urbano, ressaltando ainda mais as diferenças

---

<sup>9</sup> Pode-se compreender favelas como áreas ocupadas sem o pagamento pelos lotes, geralmente localizadas em áreas centrais das cidades, onde estão disponíveis serviços públicos e infraestrutura, além da possibilidade de empregos (LAGO e RIBEIRO, 1982, apud MOTTA, [200-?]).

<sup>10</sup> A Revolução de 1930, nas palavras da autora Oliveira ([200-?]) pode ser descrita como um “Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil.”

presente na cidade. Em decorrência disso, o anseio por uma modificação mais profunda emergia, colocando em questão a necessidade de um planejamento urbano.

Apenas no período entre 1950 e 1960 as reformas urbanas propostas mundialmente passaram a entender as grandes cidades como partes de uma região, identificando a problemática de cada local. Nas cidades europeias os planos tinham como finalidade a adaptação dos centros medievais para as novas demandas, sem a perda das características históricas. Por sua vez, a reforma urbana na cidade de Cuba seguiu a perspectiva da resolução para a problemática habitacional, sendo proposta pelo poder público uma lei intitulado como Reforma Urbana, a qual viabilizou a aquisição dos imóveis pelos inquilinos e a elaboração de um fundo para construções, retrata Ribeiro e Pontual (2009). Enquanto na América a reforma consistiu em “[...] um conjunto de operações pontuais ou de criação de cidades novas [...]” (RIBEIRO e PONTUAL, 2009, p.06), visando a renovação urbana<sup>11</sup>.

No Brasil a reforma urbana foi pensada como um processo contínuo que permitisse a adaptação das estratégias ao longo do tempo, a partir disso, a reforma seria pensada de acordo com a problemática de cada local, podendo assumir diferentes formas. Wilhelm (1964, apud RIBEIRO e PONTUAL, 2009) alega que embora existam particularidades nos centros urbanos, alguns objetivos são comuns, tais como: a distribuição adequada dos recursos financeiros; dar uso aos terrenos abandonados; o planejamento em longo prazo e a definição das prioridades.

Sobre a reforma proposta para as cidades brasileiras, na década de 1960, Wilhelm (1964) frisa que:

A Reforma deve ser feita na origem. Na terra onde vamos construir a cidade. Para tanto, é necessário disciplinar o seu uso e a sua posse. A propriedade da unidade residencial, em si, é o que menos importa, dentro de uma estrutura urbana sadia. Tê-la como propriedade privada ou tê-la como usufruto permanente, que diferença representa para aquele que, na casa, busca apenas construir um lar, ou a sua morada? Esta diferença pode significar muito, para aquele que visa na necessidade humana de morar, a oportunidade de especular (WILHEIM, 1964, apud RIBEIRO e PONTUAL, 2009, p.06).

---

<sup>11</sup> Pode-se entender renovação urbana como intervenções de larga escala e de transformação integral do núcleo urbano, promovendo melhorias na rede viária, reabilitação das edificações, produção de infraestrutura e equipamentos, alterações do uso e urbanização das áreas periféricas (MOURA, GUERRA, SEIXAS, *et al.*, 2006).

Sendo assim, a década de 1960 dá início a um novo debate acerca das reformas urbanas, sendo propostas, por estudiosos e pelo poder público, diretrizes que englobasse não só o aspecto físico das cidades, mas também aspectos sociais e econômicos, que viabilizem estratégias para solucionar o “caos urbano”<sup>12</sup> vivenciado.

### **3.2. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana (1960)**

A conjuntura brasileira na década de 1960, expressava o anseio por modificações estruturais em seu território. Em decorrência de uma urbanização e industrialização de modo célere, as cidades tomaram uma nova configuração territorial e populacional, sem que fossem elaboradas estratégias para facear este novo cenário, gerando desta forma uma crise urbana. A revista *Arquitetura*<sup>13</sup> (1963, apud Souza, 2009, p.28) descreve que as “cidades não dotadas de infraestruturas capaz de absorver senão pequenas parcelas da imensa mão-de-obra ociosa – aumentada pelas contínuas correntes de párias<sup>14</sup> criados por uma estrutura agrária arcaica<sup>15</sup> – passaram a ‘inchar’ desmesuradamente”.

Dada a nova realidade das cidades brasileiras e a ascensão dos dilemas sobre a habitação e o espaço urbano, foram desenvolvidas por diversos segmentos da sociedade propostas e ensaios objetivando a composição de métodos para intervenção na situação das cidades. Nesse sentido, foram erguidas, pela sociedade progressista, bandeiras que referenciavam as principais necessidades de alteração, dentre elas estavam: as de “Reforma Agrária” no campo, as de políticas habitacionais e urbanas e as políticas educacionais, as quais compunham as “Reformas de Base” implementadas durante o governo do presidente João Goulart (1960-1964)\*.

---

<sup>12</sup> Segundo Villaça (1999, apud BRASIL, [201-?]) a expressão “caos urbano” surge com a tentativa de justificar a ausência de soluções para os problemas urbanos encontrados, expressando a necessidade de um planejamento para as cidades.

<sup>13</sup> A revista *Arquitetura* trata-se de um periódico publicado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e distribuído a classe de profissionais de forma gratuita. O objetivo desta revista era a circulação de ideias entre os estudiosos e profissionais, sendo principal meio de divulgação das ideias de Reforma Urbana durante a década de 1960 (COIMBRA, 1988).

<sup>14</sup> Entende-se por párias quem está à margem da sociedade ou excluído do convívio social (MAIA, 1971).

<sup>15</sup> O termo “estrutura agrária arcaica” pode ser exemplificado como o domínio das terras rurais pelos latifúndios, impedindo a utilização destas pelos camponeses tanto para o cultivo como para a moradia, os quais viam-se obrigados a abandonar esses espaços em busca de melhorias de vida, culminando na vinda para as áreas urbanas (SOUZA, 2008).

\*Ler a esse respeito em: Bonduki e Koury (2010); Souza (2008); Ribeiro e Pontual (2009); Júnior e Uzzo ([200-?]).

Sobre esse processo, os autores Bonduki e Koury (2010, p. 02) citam que os arquitetos da época “[...] tomaram a frente do debate e deram uma contribuição relevante para uma nova política habitacional, articulada a questão urbana e vinculada com as generosas perspectivas de transformações mais estruturais da sociedade brasileira”. Assim foram introduzidos novos temas, perspectivas e estratégias para a intervenção no espaço urbano, ascendendo pela primeira vez a temática da Reforma Urbana como estratégia fundamental para a resolução da crise habitacional e urbana vivenciada, possibilitando o desenvolvimento adequado das urbes, tanto para a sociedade da época como para as futuras gerações.

A ideia da necessidade de uma Reforma Urbana foi muito difundida na época, resultando no surgimento de diversos questionamentos sobre os reais motivos das intervenções, já que esta ligava-se diretamente com a Reforma Agrária proposta anteriormente, devido ao objeto da intervenção destas serem o mesmo, a terra. Nesse sentido, o Ministro da Educação e Cultura, Amaury Silva representado por Leo Monari, abriu o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (1963) com um discurso para o esclarecimento da proposta:

Tenho a convicção de que a mesma imposição de consciência que nos leva a defender a reforma agrária deve levar-nos a defender a reforma urbana – não para um futuro longínquo e indefinido, mas para esta geração, para este período de renovação das estruturas da sociedade brasileira (...) É preciso agora defini-la e acompanhar essa definição de um trabalho de esclarecimento que evite, a seu respeito, os mesmos equívocos e as mesmas perversas inverdades com que se procura obstar a realização da reforma agrária (SHRU, 1963, apud RIBEIRO e PONTUAL, 2009).

A proposta de planejamento urbano foi indicada, pela primeira vez, como ferramenta capaz de resolver a crise urbana e a ausência de infraestrutura das cidades. Ribeiro e Pontual (2009, p.08) apontam que “O essencial era que, diante de tantas possibilidades apresentadas para a reforma urbana, ela significasse o planejamento das cidades para melhorar as condições de vida de seus habitantes.”, este pensamento foi apoiado tanto por arquitetos direcionados pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) como o Governo Federal, para instigar propostas de resolução e analisar diretrizes para a RU, foi promovido o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU), em 1963.

Ribeiro e Pontual (2009) relatam que o Seminário da Habitação e Reforma Urbana foi organizado pelo IAB juntamente com o Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE), foi realizado em duas etapas, a primeira ocorreu entre os dias 24, 25 e 26 de julho de 1963, no Hotel Quitandinha localizado no Rio de Janeiro, a segunda aconteceu ao longo dos dias 28, 29 e 30 do mesmo mês, na sede do IAB em São Paulo. O seminário abordou tanto os aspectos relativos ao espaço urbano, como também a situação da habitação dos grandes centros, tendo como intuito a obtenção de “[...] uma definição clara da reforma urbana brasileira [...]” e indicando “[...] as bases de uma política nacional de habitação e planejamento urbano [...]” (ARQUITETURA, 1963, apud SOUZA, 2009, p.28).

Para atingir o objetivo pretendido foram realizados ao longo da primeira semana, na cidade do Rio de Janeiro, uma série de debates, sendo estes intitulados como: 1 - A situação da habitação no país, 2 - A habitação e o aglomerado urbano, 3- Reforma Urbana – Medidas para o estabelecimento de uma política de planejamento urbano e habitação e 4 - A execução de dos programas de planejamento urbano e de habitação (SOUZA, 2009, p.29).

Igualmente em São Paulo, ao longo das reuniões e debates foi produzido um documento nomeado como “resoluções”, o qual foi estruturado em três etapas. Souza (2009, p.29) descreve que a primeira se refere a reunião das constatações e considerações iniciais, a segunda aborda as afirmações de direitos, responsabilidades, possibilidades e as dificuldades que serão enfrentadas, por fim, a última, trata acerca das propostas desenvolvidas para a intervenção das áreas.

A Reforma Urbana iria intervir nas cidades de forma direta, contemplando aspectos que ultrapassavam as estratégias de embelezamento e higienização previstas nas reformas anteriores, abordando a estruturação das cidades e desenvolvendo medidas tanto para o aspecto físico das áreas, através do ordenamento territorial, a instalação de equipamentos urbanos e o oferecimento de serviços, como para o seu aspecto social e econômico.

A esse respeito Villaça (1999) afirma que:

[...] a cidade não poderia ser encarada apenas em seus aspectos físicos. Os problemas urbanos não poderiam limitar-se ao âmbito da engenharia e da arquitetura. A cidade – passa a pregar a ideologia dominante – é também um organismo econômico e social, gerido por um aparato político-institucional. Os planos não podem limitar-se a obras de remodelação urbana: eles devem ser integrados tanto do

ponto de vista interdisciplinar como do ponto de vista espacial, integrando a cidade em sua região. Sem isso não seria possível resolver os 'problemas urbanos' que se avolumavam (VILLAÇA, 1999, apud BRASIL, [201-?], p.05).

Assim as diretrizes elaboradas para resolução da crise urbana foram: a criação de mecanismos objetivando a promoção do acesso à cidade de forma adequada para todos os habitantes, a utilização do solo de modo justo, a promoção de uma moradia condigna<sup>16</sup> e a oferta de equipamentos urbanos (Seminário de habitação e reforma urbana, 1963, apud RIBEIRO e PONTUAL, 2009).

Os primeiros anos da circulação das ideias acerca de uma Reforma Urbana foi caracterizado tanto pela institucionalização da temática de uma política de planejamento nacional, como pela modificação da abordagem dos problemas vivenciados no território nacional que, inicialmente, detinha-se a questão habitacional e as ideias de melhoramento das cidades. Como descrevem Ribeiro e Pontual (2009, p.09): “O que, a princípio, era um problema habitacional, ou seja, de falta de moradias, passou a ser visto como um problema bem mais amplo: a cidade.”. Em vista disto, as reivindicações mencionavam urgência no tratamento do espaço urbano, gerando uma politização nas discussões sobre estas questões.

No entanto, o discurso eloquente que movia a sociedade brasileira para modificações no espaço urbano, abordando os problemas vivenciados e propondo soluções, foi silenciado após a chegada dos militares ao poder (RIBEIRO e PONTUAL, 2009). As ideias propostas foram em encontro ao que o novo regime propunha, visto que este se estabeleceu como um regime centralizador e autocrático, inviabilizando a continuidade da chamada Reforma Urbana.

Sobre esse período Ferreira (2007) relata que:

[...] ganharia força entre os novos governantes do país a idéia que a intervenção passe a ter como objeto o próprio poder, na medida em que se apresentam as causas dos “problemas urbanos” como sendo os entraves políticos do período anterior, entre 1946 e 1964, por eles chamado de “populista” na gestão pública da cidade, que a tornavam ineficiente para superar as patentes insuficiências do desenvolvimento econômico. Portanto, sob esta ótica, a modernização induzida e a centralização política cumpriram um papel de ordenadores e racionalizadores da ação do poder público sobre as cidades, principalmente do poder local, incorporando as propostas advindas do *planning* americano que vinham sendo discutidas principalmente desde os anos 1930, assumindo o urbano como um problema do

---

<sup>16</sup> Conceitua-se condigna como algo justo, merecido, devido ou adequado (AULETE, 1968).

desenvolvimento econômico, buscando gerir a cidade existente com eficiência. Este padrão iria produzir uma “tecnificação” e “despolitização” dos problemas urbanos num processo de transformação da questão social (FERREIRA, 2007, apud VERRI, 2014, p.85).

Nesse sentido, as metas desenvolvidas pelo novo governo assumiram um caráter mais tecnocrático, introduzindo a ideia de planejamento urbano para o alcance do desenvolvimento regional e nacional. Ribeiro e Pontual alegam que “Da urgência de uma reforma Urbana passou a ser difundido o planejamento de longo alcance e num prazo longo.”, como resultado desse novo cenário foi criada pelo governo federal, em 21 de agosto de 1964, a Lei nº 4.380 que instituiu o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), dando início a política nacional de planejamento urbano e o Banco Nacional de Habitação (BNH), responsável pelo financiamento das habitações.

A política urbana desenvolvida pelos militares de acordo com Verri (2014) tinha uma abordagem centralista, a qual favoreceu a implementação de políticas públicas sem entraves, além de permitir a concepção de reformas sem grandes distorções. Outro aspecto marcante na liderança militar foi a integração dos três níveis de governo, devido ao seu caráter autoritário, que favoreceu a criação de instrumentos indispensáveis para o alcance do planejamento urbano integrado. O objetivo deste planejamento, era o alcance do desenvolvimento nacional e regional e a promoção das reformas institucionais realizadas pelos governos municipais, para adequá-los aos novos padrões de crescimento econômico e social vivenciado no país (RIBEIRO e PONTUAL, 2009).

Embora as metas desenvolvidas nesse período visassem o planejamento urbano para o alcance do desenvolvimento, eliminando a desconformidade entre ambiente físico e o desenvolvimento econômico do país, as estratégias adotadas, inicialmente, se deterão na questão habitacional como descreve Monte Mór (2007):

a institucionalização do planejamento urbano no primeiro governo militar não ocorreu a partir do enfoque da questão urbana em sua totalidade. O problema urbano permaneceu centrado na habitação e só gradativamente foram incorporados os aspectos ligados à infraestrutura urbana e ao próprio planejamento urbano e metropolitano (MONTE MÓR, 2007, apud VERRI, 2014, p.88).

Posteriormente, a política urbana coordenada pelo SERFHAU assumiu um viés de planejamento local, sendo encarregada de prestar assessoria para elaboração de planos diretores e normas técnicas aos municípios e estados (VERRI, 2014). Entretanto, as estratégias instituídas durante esse período não foram capazes de resolver os contrastes encontrados no espaço urbano, tornando os entraves para o desenvolvimento urbano cada vez mais marcantes.

Com a abertura gradual do regime associado a ascensão dos movimentos sociais, que ganhavam cada vez mais relevância política, a temática acerca da Reforma Urbana entra novamente em questão. As reivindicações expostas pelos movimentos sociais possibilitariam a construção de uma prática social e um discurso de cunho mais autônomo, de acordo com Júnior e Uzzo ([200-?])

As reivindicações eram apresentadas como direitos, com o objetivo de reverter as desigualdades sociais com base em uma nova ética social, que trazia como dimensão importante a politização da questão urbana, compreendida como elemento fundamental para o processo de democratização da sociedade brasileira (JÚNIOR e UZZO, [200-?], p.01).

Outra contribuição, advinda deste período, para retomada da temática acerca da Reforma Urbana foi produzida pela Igreja Católica, que sob influência da “Teologia da Libertação”, produziu um documento nomeado como “Ação Pastoral e Solo Urbano” que especulava sobre a função da propriedade urbana (JÚNIOR e UZZO, [200-?]).

Dada a conjuntura brasileira, em meio ao processo de redemocratização da sociedade, foi instituído em janeiro de 1985 o Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Inicialmente, o movimento tinha um caráter mais local, no entanto, após queda da liderança militar este assumiu um papel mais amplo, abordando o contexto da cidade. Como argumentam Júnior e Uzzo ([200-?]):

Contar a sua história é contar a trajetória de uma bandeira de luta que unificou e articulou diversos atores sociais. No princípio, a luta do Movimento tinha um caráter local, como a reivindicação por moradia. Mas com o fim do regime militar, passou a incorporar a idéia de cidade, a cidade de todos, a casa além da casa, a casa com asfalto, com serviços públicos, com escola, com transporte, com direito a uma vida social (JÚNIOR e UZZO, [200-?], p.02).

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana coordenou a participação popular no processo da constituinte<sup>17</sup> e contou com a contribuição de um grupo heterogêneo, formado por diferentes organizações que atuavam no campo urbano. Segundo Júnior e Uzzo ([200-?]) estes grupos foram encarregados de elaborar uma proposta de lei que seria introduzida na constituição de 1988, a qual tinha como objetivo transformar o perfil excludente que caracterizava as cidades brasileiras.

A esse respeito, Júnior e Uzzo ([200-?]) argumentam que:

A principal bandeira da reforma urbana se consolida: o direito à cidade, que se caracteriza pela gestão democrática e participativa das cidades; pelo cumprimento da função social da cidade; pela garantia da justiça social e de condições dignas a todos os habitantes das cidades; pela subordinação da propriedade à função social; e pelas sanções aos proprietários nos casos de não cumprimento da função social (JÚNIOR E UZZO, [200-?], p.03).

Assim, em 1986, a Reforma Urbana foi conceituada como uma nova ética nacional, condenando o uso da cidade como mercadoria, que prove o lucro para alguns em detrimento da pobreza de muitos. Dessa forma, a Reforma Urbana assumiu o papel de denunciar e criticar a desigualdade social e espacial, condenando a dualidade das cidades, a mercantilização do solo e valorização imobiliária e a exclusão de grande parte dos habitantes a partir da lógica de segregação espacial (JÚNIOR e UZZO, [200-?]).

### **3.3. A Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade (2001)**

Em meio ao cenário de mobilização social vivenciado na década de 1980, estabelece-se uma grande conquista, no que tange a questão urbana no Brasil. A temática acerca da política urbana foi inserida pela primeira vez na Constituição Nacional (BASSUL, 2002), esta situação foi reflexo da proposta de Reforma Urbana formulada nas décadas anteriores (1960-1970), culminando na introdução do direito

---

<sup>17</sup> “O processo constituinte de 1987/1988 ficou marcado na trajetória constitucional brasileira pela sua inovadora abertura à ampla participação popular, motivada pelo anseio de redemocratização do país. Como consequência dessa abertura, a elaboração do texto constitucional foi precedida de um debate longo e tecnicamente difícil, mas, ao mesmo tempo, rico e democrático. A sociedade encontrou diversas formas de interferir no processo constituinte. Além dos canais institucionalizados pelo Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte (sugestões, audiências públicas, emendas populares), foram criados fóruns de debate e de acompanhamento das atividades da ANC por todo o Brasil” (NASCIMENTO 2013).

urbanístico (art. 24, I) e a materialização de um capítulo para abordar a política urbana nacional (art. 182 e 183).

Durante o processo de formulação da Constituição, de acordo com Júnior e Uzzo ([200-?]) foi estabelecido no regimento interno da Constituinte a aplicação do mecanismo da iniciativa popular, visando a formulação de emendas populares as quais seriam inseridas no projeto da Constituição Federal de 1988. Segundo Maricato (1997, apud BASSUL, 2002) foram apresentadas ao Congresso Nacional, para as emendas populares, cerca de 160 mil assinaturas recolhidas por entidades sociais e profissionais integradas no Movimento Nacional pela Reforma Urbana.

Embora a proposta apresentada pelo movimento não tenha sido incorporada na íntegra à constituição, ela possibilitou uma série de avanços para a questão urbana, foram formulados instrumentos jurídicos para a intervenção nos problemas vivenciados. A esse respeito, Souza (1998) retrata que a aplicação destes instrumentos iria minimizar o estoque especulativo de terras nas áreas urbanas, promovendo a utilização adequada do solo urbano ocioso ou subutilizado, além de regularizar as ocupações ilegais através do usucapião (art. 183).

Apesar dos avanços que esses instrumentos ofereceriam para o fator urbano, estes não obtiveram grande aceitação por parte das forças conservadoras, as quais alegavam que “os princípios de justiça social eram pretextos para impedir o desenvolvimento do país [...]; que um caráter intervencionista na política urbana seria excessivamente estatizante” (JÚNIOR e UZZO, [200-?], p.03). De certo, a emenda populista formulada ameaçava o “lucro” da força conservadora, que via no solo urbano a possibilidade de acumular riquezas a partir da mercantilização e do estoque de terras.

Dessa forma, a proposta apresentada ao Congresso segundo Bassul (2002), contava com a definição da Função Social da Propriedade, que recebeu pela primeira vez um conceito bem estruturado, descrito no artigo 182 § 2º como: “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor” (BRASIL, 1988). Além desta definição, também foram instituídas penalizações expressas por um conjunto de instrumentos jurídicos e urbanísticos, a fim de impor ao proprietário a utilização do solo urbano ocioso, são estes: o parcelamento ou edificação compulsórios; imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo e a desapropriação com pagamentos mediante títulos da dívida pública (BRASIL, 1988),

sendo a aplicação destes regulamentada por Lei federal instituída posteriormente pelo poder público.

Outro instrumento que compunha a proposta de emenda popular foi o usucapião para território urbano, expresso no artigo 183, este tem por objetivo regularização da ocupação urbana dita com ilegal. Souza (1998) reitera que “A instituição do usucapião urbano, para área de até 250 m<sup>2</sup>, após cinco anos de posse sem oposição (art. 183) é outro avanço importante para a política urbana”.

De acordo com Júnior e Uzzo ([200-?]), os avanços alcançados a partir do Movimento Nacional da Reforma Urbana, foram inúmeros, desde o tratamento da questão urbana no Brasil, concebendo um espaço para a aplicação da política urbana, até o estabelecimento da autonomia municipal e a expansão da participação popular em relação a gestão municipal. Segundo os autores, a participação popular foi proporcionada a partir da utilização de mecanismos institucionais diretos (os plebiscitos; referendo; iniciativa popular e consulta pública), como também as participações diretas (conselhos; conferências; fóruns e audiências públicas).

A constituição de 1988 representa uma grande conquista para Movimento Nacional pela Reforma Urbana. A partir da luta de vários setores da sociedade, que objetivavam a coerência e igualdade do espaço urbano, foi possível a formulação de um capítulo sobre a política urbana nacional. Embora, este tenha se resumido a dois artigos, pela primeira vez na constituição brasileira a temática foi abordada.

Com o fim do processo constituinte, foi instaurado o Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNUR), que tinha como objetivo cobrar ao Congresso Nacional regulamentação do Capítulo da Política Urbana presente na Constituição de 1988. Entre as conquistas alcançadas pelo FNUR podemos listar a institucionalização da luta pela Reforma Urbana, bem como o reconhecimento do Direito à Moradia e o Direito à Cidade (JÚNIOR e UZZO, [200-?]). Outro aspecto frisado por Júnior e Uzzo ([200-?]) foi a importância que o Fórum teve durante o processo de formulação das constituintes municipais, que a partir da constituinte de 1988 tornaram-se entes federativos, tornando possível a incorporação da plataforma de Reforma Urbana e da cultura do Direito à Cidade nas políticas urbanas e habitacionais locais.

O Fórum Nacional pela Reforma Urbana, inegavelmente, teve parte importante na aprovação da Lei regulamentadora da política urbana. Ao longo de 12 anos, o FNUR exerceu pressão sobre o poder público para a aprovação do projeto de lei,

elaborado pelo senador Pompeu de Souza, e intitulada como Estatuto da Cidade (BASSUL, 2002).

Apesar da temática acerca da política urbana ser introduzida às leis brasileiras, durante o processo da constituinte de 1988, sua aplicação só foi possível após a promulgação da Lei federal nº 10.257/01, denominada como Estatuto da Cidade. Esta Lei é responsável pela regulamentação dos capítulos referentes à política urbana, definindo diretrizes que visam a promoção desta política. De acordo com Júnior e Uzzo ([200-?], p.07) o objetivo do Estatuto da Cidade é “[...] garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e da cidade, o direito a cidades sustentáveis e o desenvolvimento de gestões democráticas nas cidades.”.

O Estatuto da Cidade fundamenta-se no princípio de gestão democrática da cidade e função social da propriedade, abrangendo diretrizes para a ordem pública e o interesse social (JÚNIOR e UZZO, [200-?]). Dessa forma, a Lei propõe instrumentos que visam a regularização fundiária, a gestão democrática e o exercício da função social da propriedade, além de lançar luz acerca dos critérios para a elaboração e execução dos planos diretores municipais.

Deste modo, o Estatuto da Cidade é a principal ferramenta jurídica para a promoção da habitabilidade dos espaços urbanos e para a redução da disparidade socioespacial, bastante comum nas cidades brasileiras. Além de viabilizar um espaço adequado para o pleno desenvolvimento dos cidadãos, promovendo a universalização dos equipamentos e serviços públicos.



# 04

## CAJUEIRO SECO E SEUS ENUNCIADOS

“Os espaços urbanos revelam, na sua natureza artificial, a marca que identifica um modo de vida, de habitar, de trabalhar, uma forma de recreação e de deslocação que deixa, no desenho da cidade e em cada época, o retalho da sua utopia!”

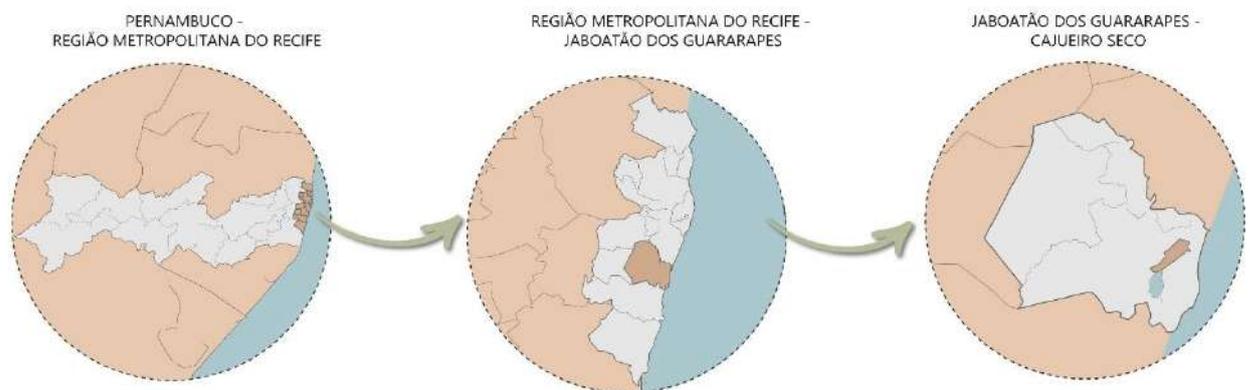
- Sociedade Leirapolis

## 4. CAJUEIRO SECO E SEUS ENUNCIADOS

Neste capítulo será apresentada a experiência do Cajueiro Seco, que foi um projeto de planejamento urbano para as áreas urbanizadas, tendo como intuito compreender os seus desdobramentos e a sua inserção no contexto da Reforma Urbana brasileira. Para isso, será descrito o cenário da sua criação e as propostas desenvolvidas para as cidades pernambucanas naquele momento.

Localizado no município de Jaboatão dos Guararapes em Pernambuco (Figura 02), Cajueiro Seco é o terceiro bairro mais populoso da cidade, com 52.535 habitantes e uma área de 3,16 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Possui posição geográfica estratégica, em relação à metrópole recifense, sendo um ponto central entre a capital, Recife, e as periferias mais afastadas (SOUZA, 2009).

**Figura 2.** Localização do bairro de Cajueiro Seco



**Fonte:** Wikipedia (2020), editado pela autora (2020).

### 4.1. Urbanização e habitação do Grande Recife

#### 4.1.1. A cidade saturada

O contexto das cidades pernambucanas, entre as décadas de 1940 a 1960, apresentava grandes modificações tanto em sua estrutura territorial, como em sua composição populacional, reflexo do intenso processo de urbanização e industrialização vivenciado no território brasileiro. Os espaços urbanos, em

decorrência dessa situação, ganharam novos territórios e novas demandas sociais, sem o devido planejamento, emergindo, assim, novos problemas sobre estrutura socioespacial das cidades (RIBEIRO, 2005; PONTUAL, 2001).

Pernambuco ocupava posição importante na Região Nordeste, tornando-se o principal destino dos viajantes que buscavam melhores condições de vida, devido a oferta de emprego e de habitação disponível no território. Sua capital, Recife, era uma das três maiores cidades brasileiras, sendo também o centro político do estado e o “principal ponto de convergência do sistema rodoviário do Nordeste” (PMR<sup>18</sup>, 1970, apud Ribeiro, 2005, p.68).

A capital pernambucana encantava por suas belas paisagens, fruto de sua formação hidrográfica. Com o território entrecortado pelos rios Beberibe e Capibaribe, Recife era composta por áreas de mangues e alagados tornando-se conhecida, no início do século XX, como a Veneza Americana (RIBEIRO, 2005; SOUZA, 2009).

Com a modernização e a industrialização dos espaços urbanos em todo território brasileiro, a partir da década de 1930, o município do Recife passou a crescer rapidamente, ampliando seu contexto populacional, consequência do intenso processo migratório, tanto dos camponeses que abandonavam as áreas rurais devido à escassez de condições dignas para seu desenvolvimento, como também indivíduos vindos de outras áreas do Nordeste, em busca de emprego e melhores condições de vida (RIBEIRO e PONTUAL, 2005).

Os espaços, ora ocupados pelos alagados e mangues, davam lugar a novas habitações. Sobre esse contexto a Prefeitura do Recife (1970, apud RIBEIRO, 2005, p.67) afirma que o “[..] Recife vem lutando por aumentar seu espaço geográfico, avançando sobre ilhas, os mangues, os braços de rio. E não bastando essa forma de expansão, espraia-se nos municípios vizinhos que compõem o Grande Recife: Olinda, São Lourenço da Mata, Jaboatão.”.

Desde o princípio de sua formação, o Recife passou por intervenções em sua morfologia territorial. Com a chegada dos colonizadores foram realizados aterros e drenagens dos mangues, com o intuito de ampliar o espaço disponível para o desenvolvimento da cidade (RIBEIRO e PONTUAL, 2005). Da mesma forma, no início do século XX, a cidade sofreu novas transformações para expandir sua área

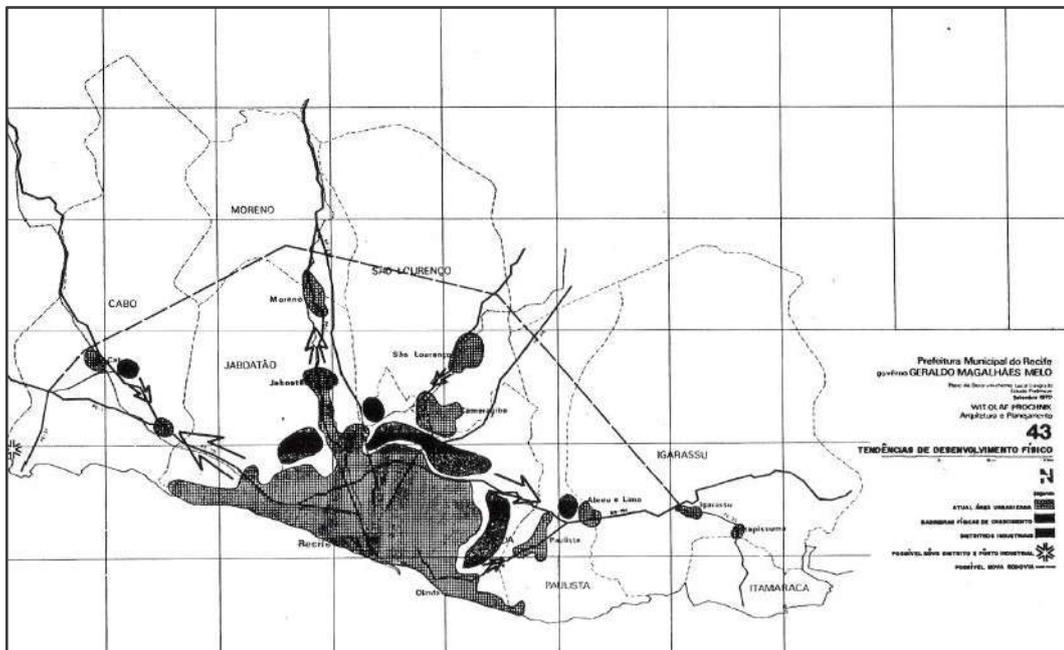
---

<sup>18</sup> A sigla PMR faz referência à Prefeitura Municipal do Recife.

geográfica, em decorrência da modernização do centro urbano e conseqüentemente o aumento populacional, devido às melhorias que o município passou a oferecer.

Segundo Pontual (2001) o município do Recife, a partir da segunda metade do século XIX, apresentava uma forma urbana tentacular, estabelecida através da ligação da área urbana<sup>19</sup> com as povoações suburbanas<sup>20</sup> e os engenhos, situados na área rural. Com o decorrer dos anos, a forma urbana seguia por cinco direções (norte, sul, sudeste, oeste e noroeste), as quais formavam a malha viária principal da cidade, como apresenta o Mapa 1.

**Mapa 1.** Tendências do desenvolvimento físico do Recife



Fonte: Ribeiro (2005).

A forma urbana tentacular, que a cidade apresentava no início do século, foi alterada na década de 1940, quando a região sul manteve a morfologia tentacular, enquanto a região norte passou por uma ampliação territorial, que consistiu no espraiamento da mancha urbana tanto pela planície, como pelos morros. Tendo em vista este contexto, pode-se dizer que a cidade caminhava para a saturação dos espaços urbanos, áreas antes marcadas pelo vazio foram transformadas em

<sup>19</sup> A área urbana do município do Recife, no início do século XX era composta pelos bairros de Recife, Santo Antônio e São José (PONTUAL, 2001).

<sup>20</sup> No início do século XX as áreas rurais que apresentavam incidência de urbanização eram classificadas como zonas suburbanas (RIBEIRO e PONTUAL, 2005).

ambientes construídos, bairros passaram a se interligar, perdendo seus limites, e as habitações precárias passaram a compor o cenário da cidade (PONTUAL, 2001).

A mancha urbana avançou sobre rios, alagados e os morros, produzindo espaços insalubres<sup>21</sup> e degradantes. Na visão de Castro (1966), a cidade do Recife Formou-se pela associação ganglionar dessas ilhas de povoamento que, ampliando-se progressivamente, provocaram a formação da massa total de construção urbana [...] com seus diferentes bairros flutuando esquecidos à flor das águas (CASTRO, 1966, apud RIBEIRO e PONTUAL, 2005, p.03).

Durante a década de 1950, a mancha urbana começou a espriar-se ao longo de toda extensão territorial. De acordo com Ribeiro (2005) foram incorporadas novas áreas e alargados os espaços já ocupados, também houve a formação de novos bairros, como o Jordão, o Ibura e a Imbiribeira. A alteração da fisionomia urbana “[...] provocou estranhamento nos urbanistas, cuja representação traduziu-se na cidade da miséria e do atraso regional [...]” (RIBEIRO e PONTUAL, 2005).

Os espaços vinham sendo modificados incessantemente pelas novas demandas sociais, transformando não somente a sua estrutura física, mas também a sua paisagem e sua composição populacional. Em virtude desta demanda, as áreas disponíveis tornavam-se urbanas ou suburbanas com grande velocidade, resultando no surgimento de ocupações precárias, já que o crescimento da mancha urbana era desalinhado a instalação, pelo município, de infraestruturas básicas (RIBEIRO e PONTUAL, 2005).

As taxas de crescimento demográfico na região eram elevadas e os espaços que possuíam infraestrutura encontravam-se saturados, assim, o contingente populacional que chegava ao Recife, instalavam-se em bairros com maior área disponível e que tinham sido incorporados recentemente pela mancha urbana (RIBEIRO E PONTUAL, 2005). Dessa forma, os bairros eram consolidados sem condições mínimas para a habitação, marcados pela ausência de infraestrutura e serviços urbanos (Figura 3). Outro aspecto notável nesses espaços, era a alta incidência dos mocambos, que eram construções mais versáteis e econômicas (Figura 4), pois era possível a sua transferência sucessivas vezes, devido à incerteza do solo, e a sua reconstrução a partir dos mesmos matérias (SOUZA, 2009).

---

<sup>21</sup> Entende-se por insalubridade a ausência de condições adequadas de ventilação e iluminação naturais, rede coletora dos resíduos sanitários, distribuição de água tratada e coleta seletiva (RUBIO e ALVIM, 2013).

**Figura 3.** Ocupação de mocambos em Casa Amarela



**Fonte:** Ribeiro (2005).

**Figura 4.** Alagados e Mocambos do Recife



**Fonte:** Ribeiro (2005).

Os mocambos abrigavam mais que a metade da população recifense, desde “pobres” a “burgueses”, desmitificando a ideia disseminada na época de que nos mocambos encontravam-se apenas a população “marginal”. Souza (2009, p.119) afirma que “Nos mocambos moravam funcionários públicos, operários assalariados, portuários, trabalhadores informais, biscateiros e eventualmente marginais entre uma população que só fazia crescer e aparecer como símbolo do atraso na metrópole recifense [...]”.

Nesse contexto, os mocambos ganhavam cada vez mais notoriedade na composição territorial, somando grande parte das edificações construídas naquele

período. Pontual (2001) afirma que “[...] pelo censo de 1913, os mocambos perfaziam um total de 16.347 prédios ou 43,3% dos prédios existentes, no de 1939 eles totalizavam 45.581, abrangendo 63,7% dos imóveis da cidade.”, ou seja, o mocambo era uma das principais características do grande Recife, tornava-se cada vez mais difícil desvincular esse tipo de habitação da imagem da cidade.

Devido a precariedade e a baixa qualidade arquitetônica, que este tipo de habitação apresentava, muitos vinham o mocambo como o símbolo da miséria e por isso deveriam dizimados, segundo Cavalcanti (2017, p. 30) “O mocambo era um problema! Era o que expunha a pobreza da cidade, sua severa desigualdade social, sua defasagem habitacional, [...] o que deveria ser retirado”. Diante disto, surgiram propostas para intervir neste cenário, dentre elas a Liga Social Contra o Mocambo (LSCM), instituída no ano de 1939 como uma organização da sociedade civil, tendo como principal signatário o governo do Estado. O objetivo principal da LSCM era a erradicação dos mocambos, incentivando a construção de casas populares providas de condições adequadas para a habitabilidade dos usuários (SOUZA, 2009).

Sobre essa conjuntura Castro (1966) afirma que:

A metrópole pernambucana ia virando uma mocambópolis. E foi por isso, na defesa de sua estética ameaçada, que o governador do estado deu início a uma grande campanha contra os mocambos. Contra esta lepra urbana que ameaçava recobrir toda a beleza senhorial da capital do Nordeste, toda a casta e fina nobreza dos seus antigos solares, com estes sórdidos borrões de miséria. (CASTRO, 1966, apud SOUZA, 2009, p.29)

No entanto, as estratégias adotadas pelo LSCM não produziram um impacto significativo no cenário habitacional, pois as demolições eram realizadas a passos mais rápidos do que a produção das habitações, de acordo com Souza (2009, p. 120) “[...] até 1945, para 12 mil mocambos demolidos haviam sido construídas pouco mais de 5 mil unidades.”. Como resultado dessa atuação ineficaz, as precariedades habitacionais foram intensificadas, os mocambos eram retirados de um determinado espaço sem o remanejamento para outra moradia, levando esses habitantes a reconstruírem seus casebres em outro lugar.

A LSCM foi responsável pela produção de algumas vilas populares, as quais eram organizadas por categoria profissional, contudo, devido ao clientelismo<sup>22</sup> presente em toda política brasileira, as unidades habitacionais não eram entregues aos destinatários programados. Na visão de Souza (2009, p. 121) as unidades habitacionais serviam mais “[...] como instrumento de cooptação de lideranças e influências do que como medida efetiva para diminuir o déficit habitacional e melhorar as condições de vida daqueles que nos mocambos viviam.”.

Na década de 1945, a LSCM foi transformada em uma autarquia associada ao governo Estadual, cujo nome foi modificado para o Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM) e tinha como objetivo “construir casas higiênicas e populares destinadas às classes menos favorecidas, protegendo-se contra os males da habitação insalubre e da promiscuidade da vida nos mocambos” (REGULAMENTO SSCM, 1945, apud SOUZA, 2009, p. 122). Mesmo com as mudanças o SSCM não conseguiu conter a disseminação dos mocambos pela região, tornando cada vez mais latente a necessidade de intervenções na estrutura da cidade, com o intuito de permitir o desenvolvimento adequado para o grande Recife, contribuindo com a redução da defasagem habitacional e a produção de espaços dotados de infraestrutura e serviços urbanos.

#### **4.1.2. O Plano Regional e o Plano Habitacional**

O panorama da capital pernambucana, durante a década de 1950, ficou marcado por grandes modificações em sua estrutura socioespacial, sendo apresentada como uma cidade saturada, marcada pelo atraso e pela miséria, gerando grandes preocupações quanto ao seu futuro. Segundo Ribeiro (2005) havia uma preocupação quanto ao futuro da cidade do Recife, devido aos elevados dados quanto ao seu crescimento, implicando no provável crescimento dos problemas sociais. Em virtude disto, era necessário intervir no contingente populacional que chegava à cidade, organizando a ocupação das áreas, a fim de possibilitar o crescimento coerente da cidade.

---

<sup>22</sup> O clientelismo pode ser definido como a ação de um político ou partido político, objetivando ampliar seu eleitorado, utilizando-se de processos demagógicos e favoritistas (MAIA, 1971).

Ribeiro (2005, p.68) afirma que naquele contexto “[...] a única saída apresentada seria a contenção da imigração e a formação de ‘pólos’ em torno de sua Área Metropolitana, seguindo a tendência da época que via na industrialização uma possibilidade de desenvolvimento.”. Diante disso, foram pensadas medidas para ordenar o crescimento da mancha urbana e reduzir a defasagem habitacional, que marcava o cenário da metrópole recifense.

Sendo assim, o engenheiro e participante da Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco, Antônio Bezerra Baltar elaborou diretrizes para um Plano Regional para o Recife, em 1951, através da sua tese para obtenção da cátedra de Urbanismo na Universidade do Recife (SOUZA, 2009).

Sobre este plano Baltar (1951) explica:

Encarando o futuro de uma cidade real e concreta, o Recife, tal como ela existe hoje com os seus encantos e as suas tremendas deficiências procurei adotar, na análise e na concepção do plano de remodelação e expansão desse complexo urbano, o ponto de vista e a maneira de ver mais ampla do urbanismo moderno como o estão praticando à larga os ingleses a partir sobretudo da legislação britânica de 1947 sobre planejamento rural e urbano (BALTAR, 1951, apud SOUZA, 2009, p.128).

Assim, o documento produzido por Baltar introduziu ao planejamento urbano a escala metropolitana, propondo diretrizes que abordaria além do aspecto físico das cidades, o aspecto econômico e social da região. Convém ressaltar, que as diretrizes formuladas pelo engenheiro seguiam alinhadas ao que estava sendo aplicado no Estado, durante a gestão municipal de Pelópidas Silveira. Vale salientar que estas diretrizes foram reformuladas em meio ao discurso do SHRU, que aconteceria alguns anos depois (SOUZA, 2009).

O quadro habitacional na metrópole recifense ocupou lugar central na proposta de Baltar, sendo apresentado pelo autor estratégias que visavam o equilíbrio da população entre a região central e a hinterlândia<sup>23</sup> (SOUZA, 2009). Tendo em vista que o Recife, vinha atraindo continuamente migrantes para as áreas urbanas, resultando em excesso de ocupações em determinados locais.

A proposta de Baltar, dessa forma, fundamentava-se na criação de cidades satélites em torno do Recife, as quais iriam abrigar “[...] trabalho, residência e lazer de

---

<sup>23</sup> Entende-se como hinterlândia um conjunto de terras situadas no interior ou como regiões afastadas das áreas urbanas (MAIA, 1971).

parte dessa população em unidades de vizinhança capazes de minimizar os deslocamentos cotidianos e criar um sentido de comunidade.” (SOUZA, 2009, p.131). Em virtude disto, terrenos situados na região periférica do Recife, seriam comprados e desapropriados pela prefeitura, objetivando o loteamento desses espaços e a criação de infraestrutura, visando o desenvolvimento e autonomia da área em relação a área central (PONTUAL, 2001, apud SOUZA, 2010).

Sendo assim, a ideia pode ser sintetizada como a criação de núcleos autônomos, objetivando a descentralização orgânica da expansão urbana, tendo a comunidade como “[...] elemento fundamental da organização do espaço e das instituições urbanas” (BALTAR, 1951, apud SOUZA, 2009). Outra recomendação deixada por Baltar, foi a integração no planejamento urbano dos municípios de Jaboatão, Olinda, Paulista e São Lourenço, devido às previsões de crescimento da cidade do Recife. Este plano redirecionou as estratégias adotadas para intervir no espaço urbano da metrópole recifense, além de influenciar no pensamento urbanístico das futuras gerações, as ideias de Baltar foram reformuladas no âmbito das discussões acerca da Reforma Urbana.

A experiência do Cajueiro Seco, proposta pelo SSCM em 1963, situa-se no mesmo local que uma das cidades satélites proposta por Baltar em seu Plano Regional. Segundo Souza (2009, p.133) uma das cidades “[...] localiza-se a sul do aeroporto e tinha seu núcleo urbano ligado ao centro do Recife através de uma via expressa rodo-ferroviária;”, o autor ainda acrescenta que ao transpor as coordenadas para a realidade é possível supor a posição no distrito de Prazeres.

Outra proposta bastante importante para solucionar a defasagem habitacional do estado, foi o Plano Habitacional de 1962, elaborado durante o governo de Cid Sampaio. A proposta contava com um diagnóstico da situação habitacional que Pernambuco enfrentava, demonstrando a sua gravidade e características, apresentando as diretrizes que seriam adotadas para enfrentar o problema (SOUZA, 2010).

O Plano Habitacional serviu como termo de referência para o empréstimo solicitado ao governo americano e aos órgãos de financiamento internacional, baseando-se na cooperação internacional promovida pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). De acordo com Souza (2009) o documento foi elaborado por diversos segmentos, entre eles: Técnicos do SSCM, arquitetos associados ao IAB local e economistas.

A proposta elaborada, contava com a construção de habitações higiênicas e ligadas aos serviços básicos, objetivando extinguir as habitações anti-higiênicas, os mocambos, promovendo condições adequadas para a moradia e controlando a migração populacional, que se mantinha constante ao longo das décadas. Sobre esta proposta, o Governo Estadual (1962) menciona que

A escolha do Recife justifica-se porque é o centro político e econômico de toda a região Nordeste do Brasil. O NE é uma das áreas de maior tensão social da América Latina. Sua população é quatro vezes maior que a de Cuba e o seu nível de renda per capita situa-se em torno de U\$ 100 anuais. As condições de vida são, em decorrência, precárias: subhumanas. A expectativa de vida da população é baixa; precárias são também, as condições de vestuário, alimentação e habitação. A fome é crônica e leva as populações dos centros urbanos dos quais o Recife é a expressão máxima- tanto quanto as populações rurais, a níveis sociais e econômicos baixíssimos, somente comparáveis aos das populações mais pobres da Índia, Egito e Norte da África (PERNAMBUCO, 1962, apud SOUZA, 2009, p. 134).

O Plano Habitacional elaborou diversas estratégias para intervir da melhor maneira no quadro habitacional do Estado, dentre elas a ideia de autoajuda, sendo esta também a estratégia empregada na experiência do Cajueiro Seco. Convém ressaltar, que as diretrizes expressas neste documento, objetivavam o desenvolvimento e a fixação, em áreas adequadas, dos núcleos de mocambos, além da produção de conjuntos habitacionais, como os do Alto do Jordão e o Ibura, e a produção de habitações nas áreas rurais, com intuito de reduzir as migrações (SOUZA, 2010).

Em meio a todas essas medidas para alterar a situação das cidades pernambucanas e todas as pressões acerca da habitação e o acesso à cidade, insere-se a experiência do Cajueiro Seco.

#### **4.2. A invasão dos Montes Guararapes**

A crise habitacional que o Recife vivenciou, entre as décadas de 1950 e 1960, intensificou ainda mais a construção dos mocambos, em meio ao um contingente que só fazia crescer, tanto pelas migrações como pelas expulsões da população pobre do centro da cidade, associados uma política habitacional que não conseguia sanar o

déficit das moradias. Em virtude disso, era comum as invasões de territórios pela população, em busca de áreas para construir suas moradias (SOUZA, 2009).

As invasões eram ações recorrentes tanto nos territórios do Recife, como nos municípios vizinhos, devido às remoções realizadas pelo SSCM; as obras realizadas no centro, que resultavam na expulsão da população, e aos saldos migratórios (tanto das zonas rurais, como de outras regiões do nordeste) que chegavam à metrópole. De acordo com Souza (2009), as invasões eram estimuladas, muitas vezes, por políticos, que viam nesta situação oportunidade para o clientelismo, conforme menciona o autor:

[...] outra classe de promotores das invasões: os políticos, tanto quando promovem “limpezas urbanas” gentrificadoras quanto quando agem como grileiros, promovendo a invasão, oferecendo seu mandato como respaldo da ocupação das terras e explorando o drama social em proveito próprio, seja sob a forma de votos e apoio popular ou mesmo em espécie, sob a forma de “aluguel de chão” (SOUZA, 2008, p. 143).

Entre as diversas invasões que marcaram aquele momento, destaca-se a dos Montes Guararapes, localizado no município de Jaboatão dos Guararapes. Área de grande importância simbólica e paisagística, por ter sido cenário das célebres batalhas contra os invasores holandeses, entre os anos 1648 e 1649, com o intuito de expulsá-los e restabelecer o domínio português.

Em homenagem a este acontecimento, o comandante das forças restauradoras Francisco Barreto de Menezes, propôs construir, naquele terreno, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (1656), tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938. Com a morte do construtor, Francisco Barreto de Menezes, a Igreja e seu entorno ficaram sob responsabilidade do Mosteiro de São Bento de Olinda (SOUZA, 2009).

Nos arredores da Igreja, durante a década de 1950, já havia presença de alguns casebres que pagavam alugueis e foros ao mosteiro. Souza (2009) alega que essas construções vinham sendo toleradas há alguns anos e o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) controlava as novas construções. Contudo, os monges “preocupados com a habitação dos pobres, o uso social da propriedade e os crescentes impostos que incidiam sobre a gleba [...]” (SOUZA, 2010, p.09), propuseram o loteamento das áreas que contornavam a Capela.

Apesar do valor histórico que os Montes Guararapes possuíam, naquela época, a área ainda não havia sido tombada de fato, porém, a intenção de tombos os terrenos adjacentes à igreja, transformando-o em um parque histórico, foi registrada desde a década de 1950 pelos documentos da Diretoria do Patrimônio Histórico (1ª Regional do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN). Com o objetivo de proteger a paisagem e a arquitetura da área, o engenheiro Ayrton Carvalho, diretor regional do SPHAN, realizou diversas denúncias sobre a invasão da área, que vinha sendo tomada por mocambos, alterando a vegetação e a topografia do local (SOUZA, 2009).

As denúncias não conseguiram travar o processo que os monges moviam para lotear a área, sendo reconhecido na justiça esse direito. Em virtude disso, o DPHAN buscou realizar a desapropriação dos terrenos através de um projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional, cujo elaboração foi feita pelo deputado Gustavo Capanema. Entretanto, até o início dos anos de 1960, o valor referente a desapropriação dos terrenos não tinha sido pago ao Mosteiro e nem o parque histórico constituído, enquanto o número de casebres que cercavam a igreja só fazia crescer. De acordo com Souza (2009, p. 141) “[...] as construções de casebres nas adjacências dos Montes se ampliavam, absorvendo a população atraída pelo crescimento vertiginoso que o Recife sofria naqueles anos.”.

Com o crescimento da cidade e conseqüentemente a ampliação das construções, naquela área, a situação conflituosa era intensificada cada vez mais entre a população, que necessitava de um espaço para se desenvolver, e os órgãos que objetivavam conservar a área. Em 1962 o engenheiro Ayrton Carvalho publicou, em um ofício do IPHAN, o panorama da situação:

Na noite que antecedeu o dia das eleições (7 de outubro) e na ausência dos soldados da Polícia Militar encarregados de vigilância foram edificadas (...) 12 casinhas, na sua maioria de madeira, cobertas com telha francesa, que foram imediatamente ocupadas por famílias necessitadas. Avisados pelo abade beneditino, Dom Basílio Penido, procuramos a Secretaria de Segurança Pública, solicitando providências. O delegado Epitácio Belém prometeu agir, mas as suas providências foram infrutíferas de vez que todos os mocambos estavam habitados. Procuramos também o novo comandante do 4º Exército, General Humberto Castello Branco, que de boa vontade se prontificou a falar com o comandante da Polícia Militar do Estado, Coronel Expedito Sampaio. Depois de vários entendimentos havidos entre as citadas autoridades, ficou estabelecido que iríamos com o Coronel Adolfo e mais um membro da comunidade beneditina ao local.

(...) O Coronel ordenou ao miliciano que fizesse um levantamento de nome e profissão de todos os ocupantes, ficando acertado que a comunidade beneditina entraria com ação demolitória na Justiça. Outrossim, ficou acertado que o Prior de S. Bento forneceria a este Distrito e ao Coronel, a relação de todos os ocupantes realmente autorizados (foro, aluguel) e das ações em andamento no foro de Jaboatão, contra as invasões anteriores (IPHAN, 1962, apud SOUZA, 2009, p.143).

Em 1963, após as eleições e a posse do novo governador estadual, Miguel Arraes, foram realizadas uma série de denúncias sobre invasões em Pernambuco (Figura 05), que sinalizavam a urgência de intervir nesta situação. Segundo Souza (2009), as denúncias realizadas por Ayrton Carvalho e as propostas de tombamento para área, culminou no impedimento policial de novas construções e a garantia da transferência de mil famílias que ocupavam aqueles mocambos, para um destino adequado que seria providenciado pelo governo estadual.

Figura 5. Matéria sobre a invasão nos Montes Guararapes



Fonte: Souza (2009).

Com a chegada de Miguel Arraes ao cargo de Governador, as estratégias tomadas para intervir nos problemas habitacionais em Pernambuco, tomariam um novo direcionamento. Até então as estratégias adotadas pelo SSCM eram ineficientes atendendo apenas a pequena classe média, diante disso, a atuação deste órgão foi redirecionada para a população marginalizada, tendo como presidente o arquiteto Gildo Guerra. Empossado durante o novo governo, ele propôs a Política Social do

Mocambo, “[...] cujo ponto fundamental era o apoio à integração das comunidades e à cidade formal.” (SOUZA, 2010, p.09).

A intervenção nos Montes Guararapes, lançaria luz sobre a nova direção que o órgão teria, tratando o mocambo como um “[...] sintoma do desequilíbrio e não como o problema a ser combatido.” (SOUZA, 2010, p.09). Assim essa população que ocupava a área, seria realocada e fixada em um local próximo aos Montes Guararapes (local em que se desenvolveu a experiência do Cajueiro Seco), integrando a população à sociedade e à cidade formal.

#### **4.3. A experiência da Reforma Urbana no Grande Recife: Cajueiro Seco e seus desdobramentos**

A conjuntura das cidades durante década de 1960, tanto em Pernambuco, como em todo o país, demandava por modificações, devido ao processo de crescimento explosivo e desordenado, que vinham enfrentando. Assim, havia uma cobrança de diversos segmentos sociais sobre a necessidade de intervir na estrutura urbana, objetivando o crescimento coerente e adequado das cidades. Em virtude disso, surge a discussão acerca da Reforma Urbana, que pode ser sintetizada como uma estratégia para resolver os entraves que os espaços urbanos apresentavam.

A necessidade de alteração das políticas, aplicadas nas cidades, e os entraves que Pernambuco apresentava, tornava cada vez mais urgente uma intervenção na estrutura das cidades. Dessa forma, em 1963, após a posse de Miguel Arraes como governador do Estado, foi colocado em gestão uma nova política habitacional que “[...] compreendia a provisão de serviços e infraestrutura urbana ao assentamento, sua inserção na metrópole e a promoção do desenvolvimento humano a partir da fixação do contingente em um lugar específico da periferia do Recife.” (SOUZA, 2009, p.148).

Para desempenhar as políticas habitacionais, no novo governo, foi incumbido a Gildo Guerra, arquiteto e político de prestígio, a presidência do SSCM, cujas estratégias seriam redirecionadas para abordar da melhor forma o problema habitacional do estado, como reflexo desta mudança o órgão teve o nome modificado para Serviço Social do Mocambo. Gildo Guerra, anteriormente, havia sido indicado

para o cargo de Diretor de Obras Públicas pelo vice-prefeito, Arthur Lima Cavalcanti<sup>24</sup>, durante o mandato de Arraes como prefeito do Recife, devido essa experiência bem sucedida ocupou este lugar.

Em seu discurso de posse, em fevereiro de 1963, Gildo Guerra mostrou que as estratégias empregadas para contornar o déficit habitacional seriam mais que medidas paliativas para “esconder a miséria”, tais estratégias estimulariam a elevação social da população, contribuindo para o seu pleno desenvolvimento, conforme o trecho do discurso publicado pelo jornal Última Hora (1963):

Nossa tarefa é o bem maior; é zelar por uma política de ação, em cujo programa de trabalho objetivo evitaremos o paternalismo. [...] Empregaremos todo o nosso esforço no sentido de contribuir para o levantamento do nível social dos mais humildes e que permita a sua integração na sociedade e nos meios de produção [...]. (GUERRA, 1963, apud SOUZA, 2009, p.150).

Como presidente do órgão estratégico do governo de Arraes, Gildo Guerra, convidou seu ex-professor Acácio Gil Borsoi, arquiteto de renome em Pernambuco, para dirigir o Departamento de Construções (SOUZA, 2009). Com o quadro de funcionários modificado, Guerra iria pôr em prática as novas estratégias incorporadas pelo Serviço Social do Mocambo, através da realocação dos mocambeiros, que se avolumavam ao redor da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, para um terreno situado nas proximidades no distrito de Prazeres, em Jaboatão dos Guararapes.

O presidente do Serviço Social do Mocambo visitou as comunidades que tinham sido implantadas recentemente, como o Coque e Dois Unidos, além da favela, que se consolidava nos Montes Guararapes, e os conjuntos habitacionais realizados no governo de Cid Sampaio (pelo Plano Habitacional de 1962), que no ponto de vista de Guerra eram inadequados, já que “o custo da iniciativa e o critério de distribuição das casas tornaram o plano desprovido de qualquer sentido humano ou social, dando lugar a que especuladores imobiliários se apoderassem do patrimônio público e aumentassem suas rendas” (GUERRA, 1963, apud SOUZA, 2009, p.150).

Após a realização das visitas, foi apresentada para as Secretarias municipais e estaduais e outras autarquias a situação dos assentamentos, com o intuito de propor um “[...] um plano de melhoramento das zonas de mocambos e apoio ao

---

<sup>24</sup> Arthur Lima Cavalcanti é uma figura importante no cenário das políticas habitacionais, este foi responsável pela instituição da Lei da SUPURB (Superintendência de Política Urbana), que sintetiza as propostas discutidas durante o SHRU (SOUZA, 2009).

desenvolvimento das comunidades” (SOUZA, 2009, p.150). Nesse contexto, insere-se a experiência do Cajueiro Seco, como a comunidade piloto que iria ser levada como exemplo para as futuras intervenções.

Sobre a situação da ocupação dos Montes Guararapes Souza (2009) afirma que devido à importância histórica que o bem retinha, os “invasores” precisavam ser removidos, porém simplesmente demolir os mocambos, como era feito comumente, não era uma medida eficiente, já que a falta de moradia e fixação dessa população implicavam na ocupação de outros territórios. Assim, para resolver este impasse, de uma população que pressionava por moradias e de órgãos de conservação patrimonial que pressionavam pela proteção do bem, foi feito um levantamento e proposto a remoção daquelas 800 famílias para outra área.

Na escolha do terreno que sediaría esta população, levou-se em consideração a proximidade com avenidas e ferrovias, que possibilitaria fácil locomoção e acesso aos transportes. A escolha recaiu em um terreno de posse da ordem religiosa carmelita em Cajueiro Seco, que de acordo com Borsoi (2006, apud SOUZA, 2009, p.152) “[...] era um terreno cheio de turfa<sup>25</sup>, que afundava.”, sendo necessário o aterro do local para a instalação da comunidade .

A ideia formulada por Guerra e Borsoi tinha como parâmetro a criação de uma comunidade autossustentável e que valorizasse a população, por isso foi proposto a instalação de equipamentos (Figuras 6 e 7), como lavanderia, escolas, unidades sanitárias, sapatarias e cooperativas, que ajudariam o desenvolvimento da comunidade e fixariam esta população à área (SOUZA, 2009). Pode ser observado, na proposta de Borsoi e Guerra, a utilização do conceito de Habitabilidade Urbana, visando a provisão de equipamentos, serviços e a conexão com a mancha urbana.

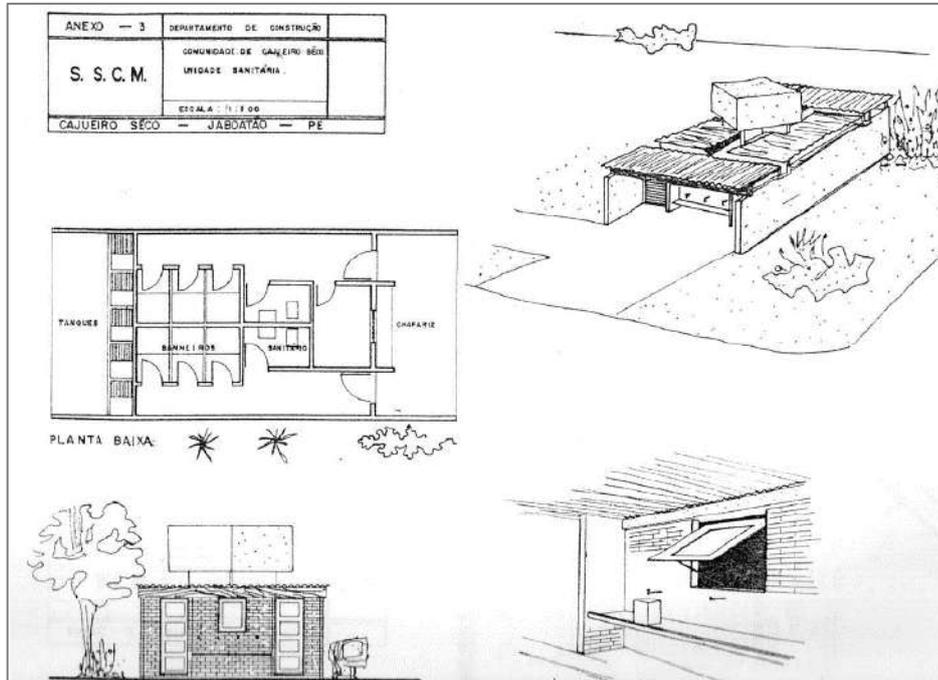
Borsoi ficou encarregado de realizar o planejamento do assentamento, bem como os equipamentos e as moradias que seriam instaladas ali. A proposta desenvolvida por Borsoi, fundamentou-se na organização de lotes unifamiliares, com tamanho regular, e na instalação de equipamentos públicos e coletivos para auxiliar o desenvolvimento das famílias. O terreno também contaria com a presença de um córrego, o qual abrigaria em suas margens grande parte dos equipamentos pensados (SOUZA, 2009). Quanto ao traçado do conjunto, o arquiteto optou pela criação de “dois grupos de ‘superquadras’, ambos compostos por quadras retangulares”

---

<sup>25</sup> Este termo se refere a uma mineralogia de formação recente, com coloração escura, leve e esponjosa, que se forma a partir da decomposição materiais vegetais (MAIA,1972).

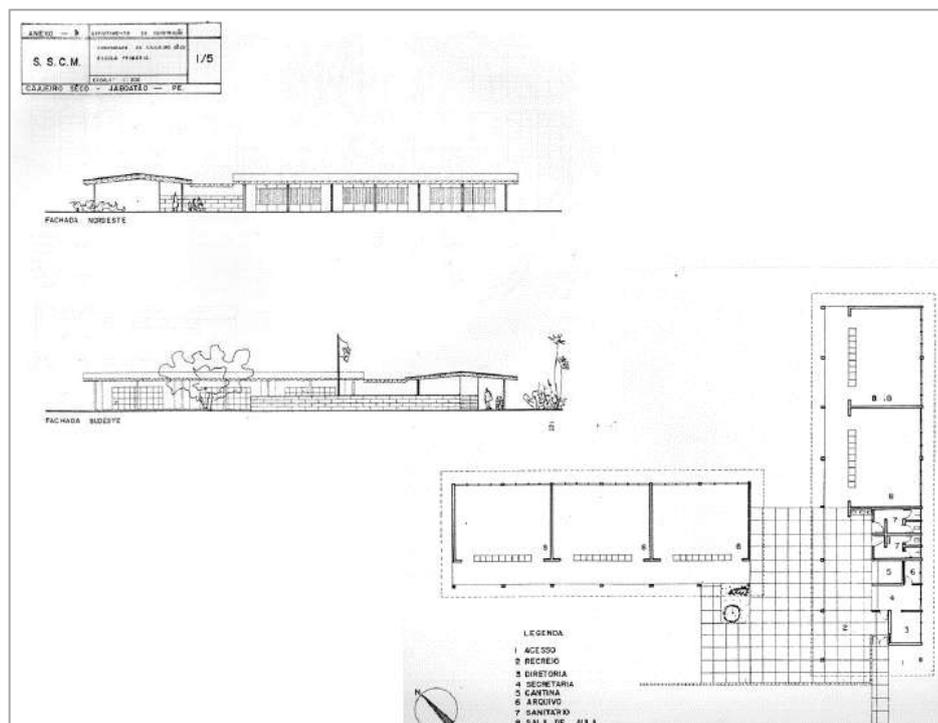
(SOUZA, 2009, p.154), com lotes para residências unifamiliares de dimensão 8x16 m (Figura 8), os quais somados abrigariam até seis mil famílias.

**Figura 6.** Unidade Sanitária projetada para o núcleo de Cajueiro Seco



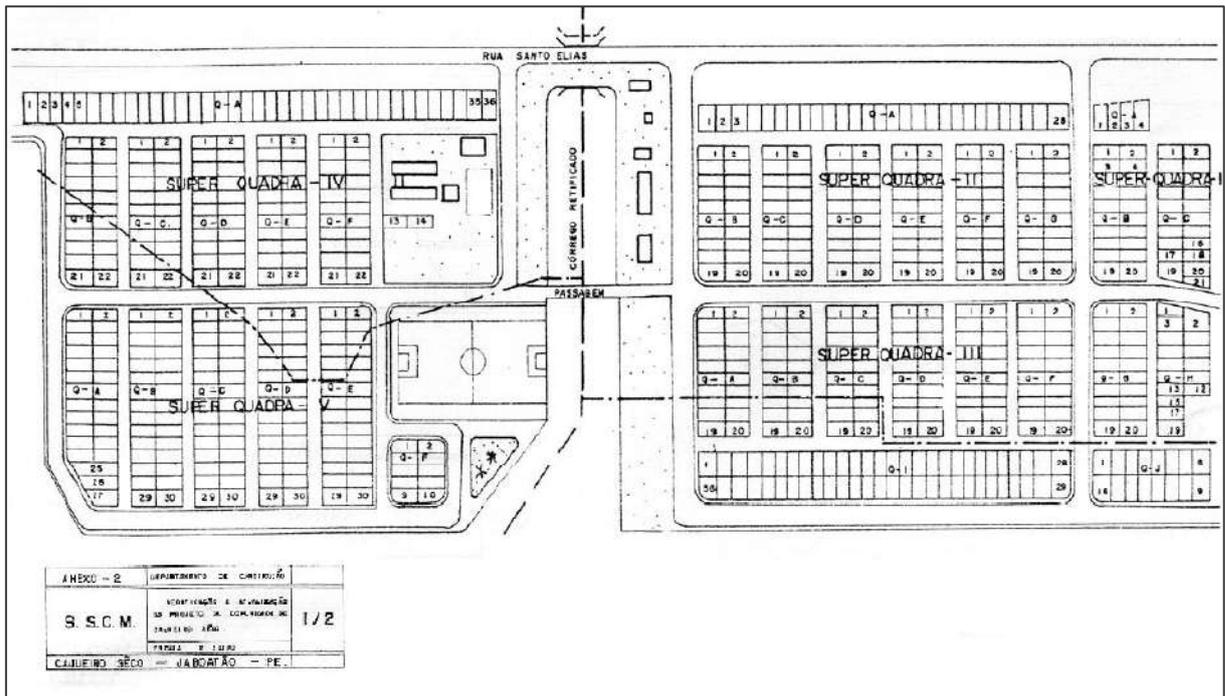
Fonte: Souza (2009).

**Figura 7.** Escola Primária projetada para o núcleo de Cajueiro Seco



Fonte: Souza (2009).

**Figura 8.** Arruamento do núcleo de Cajueiro Seco



Fonte: Souza (2009).

Experimenta-se nesta proposta, uma maneira específica para resolver a relação entre questão fundiária, a atuarial<sup>26</sup> dos terrenos e investimentos governamentais, que seria o arrendamento dos terrenos, sendo pagos pelos proprietários uma quantia de Cr\$ 100 ao mês (GUERRA, 1963, apud SOUZA, 2009, p.152).

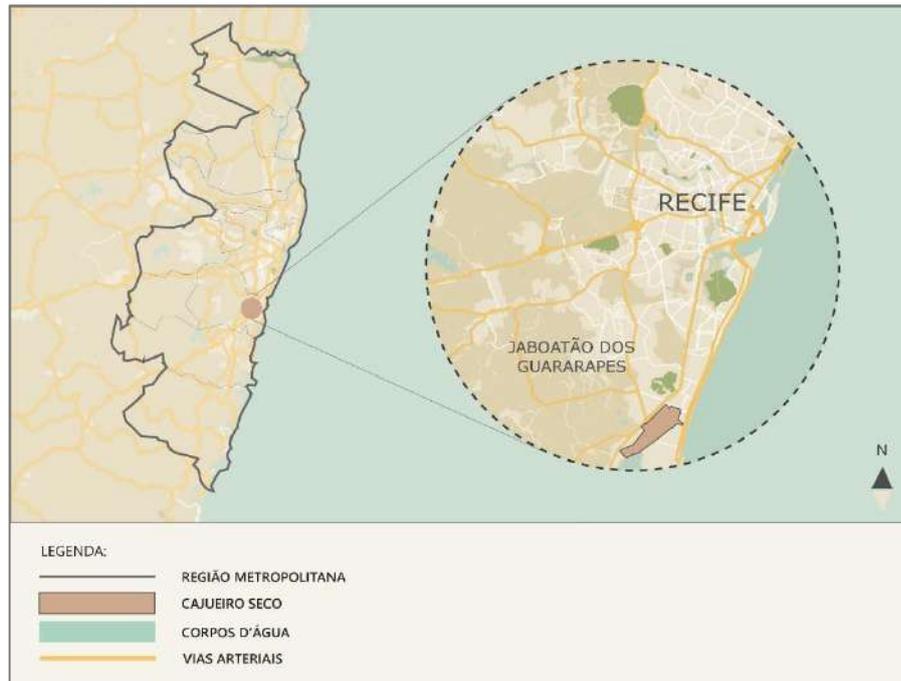
Sobre o projeto Borsoi (2006) menciona que:

[...] Criamos um centro comunitário com uma gestão deles. O assunto era discutido com eles. Criaram-se dois setores de trabalho, tinha grandes armazéns e um chafariz. A primeira coisa que fizemos foi banheiro público. Eu fiz aquilo com uma caixa d'água em cima, um losango e um quadrado enviesado como símbolo, fizemos uma marca, Cajueiro Seco era um movimento diferente. Aquilo seria o seguinte: todas as comunidades que iríamos fazer iam ter aquela lavanderia pra sustentar aquele grupo numa fase transitória, durante a obra e a consolidação. Do lado tinha dois armazéns, um comportaria as cooperativas de produção, levantando as assistentes sociais as aptidões, costureiras, barro, gesso.

<sup>26</sup> Este termo refere-se aos cálculos efetuados, por pessoas especializadas na aplicação de estatísticas, pesquisas e planificações (MAIA, 1974).

Souza (2009) menciona que apesar do plano ser apresentado isolado nos desenhos, na área já havia algumas ocupações, no entanto, apenas a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, construção significativa, foi considerada. Ao analisar o projeto dentro a malha urbana, nota-se a inserção deste na região metropolitana do Recife, ficando claro suas conexões tanto com o centro como com o interior (Mapa 02).

**Mapa 2.** Localização de Cajueiro Seco em relação a cidade do Recife



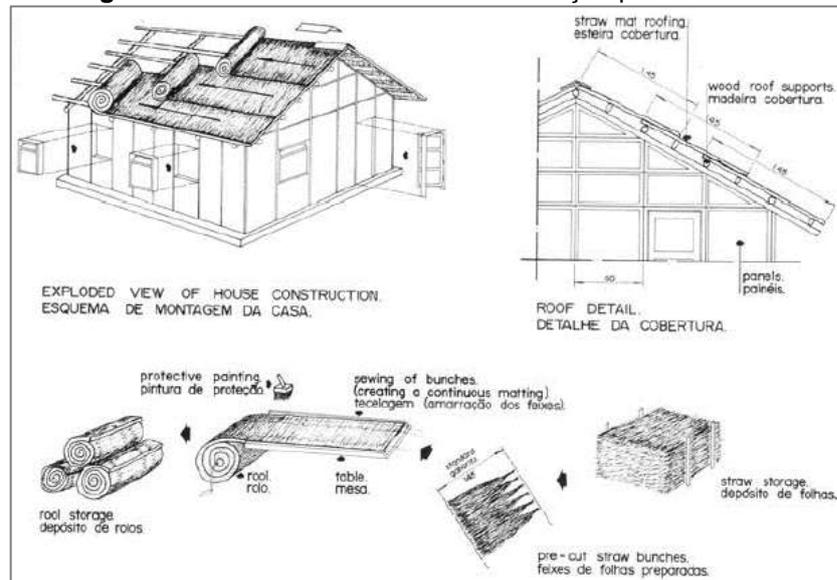
**Fonte:** Google Maps (2020), editado pela autora.

O projeto para os mocambos do Recife, ressoava tanto em âmbito nacional como internacional, este projeto foi apresentado durante o SHRU, como Plano do Mocambo (SOUZA, 2009). Cajueiro Seco era muito mais que uma simples proposta de gerenciamento de moradias, na verdade, era uma experiência da Reforma Urbana, muito discutida naquele momento, já que previa a organização da cidade a fim de permitir o crescimento coerente da mancha urbana, dotando os espaços de infraestrutura e serviços urbanos, dando-os à cidade formal.

Outro aspecto importante da concepção do Cajueiro Seco foi a implementação da pré-fabricação como estratégia para resolver as demandas habitacionais, pois além de acelerar o processo construtivo, a pré-fabricação também iria reduzir custos. Diante disto, foi proposto por Borsoi a pré-fabricação em taipa para a produção de moradias higiênicas, sendo esta compreendida como uma “[...] estratégia ou postura para lidar com a situação de subdesenvolvimento” (SOUZA, 2009, p.180).

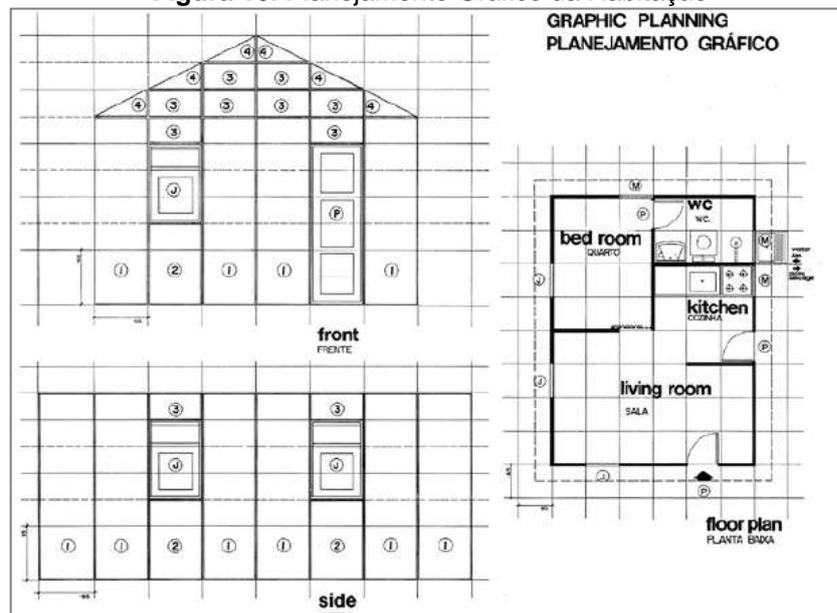
Assim, a ideia proposta tinha como parâmetro a racionalização e padronização do processo construtivo. De acordo com Borsoi (2007, apud SOUZA, 2009, p.182) o processo da pré-fabricação da taipa “Era como você fazer uma casa racionalizada pro cara.”, dessa forma, eram elaboradas “peças” mais duráveis e com maior qualidade, as quais seriam entregues a população com baixo custo através da Cooperativa de Materiais, seriam construídas de forma mais ágil e com condições higiênicas (Figuras 09 e 10).

**Figura 9.** Detalhes construtivos da habitação pré-fabricada.



Fonte: Acervo Borsoi (2020).

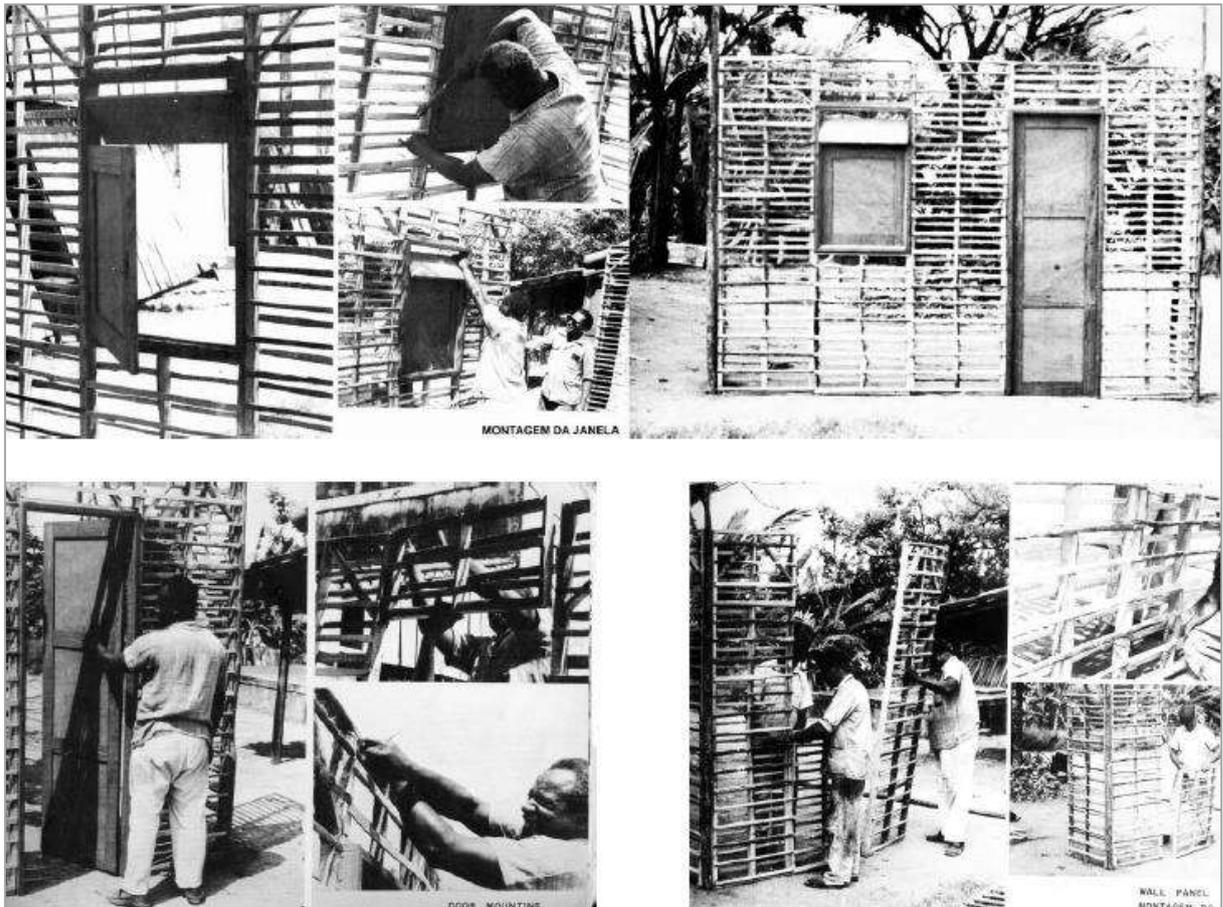
**Figura 10.** Planejamento Gráfico da Habitação



Fonte: Acervo Borsoi (2020)

Segundo Souza (2009), a casa seria feita a partir de modulados (Figura 11) e teria um tempo de construção bem menor que o comum. Convém ressaltar, que os desenhos das habitações eram produzidos pelos proprietários, com o auxílio fornecido pelos técnicos do Serviço Social do Mocambo.

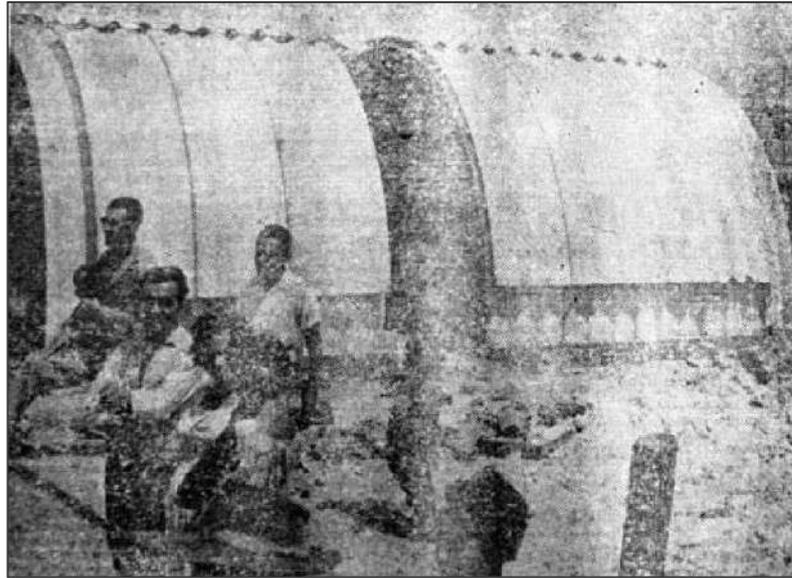
**Figura 11.** Montagem da casa em taipa pré-fabricada



**Fonte:** Souza (2009).

Além das habitações em taipa pré-fabricada, houve a construção experimental de uma edificação pré-fabricada em amianto, localizada na Rua Dois. Souza (2009) descreve que este tipo de construção era composto por quatro blocos conjugados com duas lâminas de amianto, enquanto as divisórias internas eram em alvenaria (Figura 12). Sobre essa construção Borsoi (1963, apud SOUZA, 2009) afirma que as casas em amianto eram versáteis, podendo receber outras aplicações. A casa em amianto produzida, apesar de situar-se em um terreno destinado a habitação, foi utilizada como um posto médico por alguns anos, e posteriormente demolida.

**Figura 12.** Casa pré-fabricada em Amianto



**Fonte:** Souza (2009).

Durante o processo de concretização da comunidade piloto, houve a instalação de alguns equipamentos comunitários, a realização do arruamento e a construção de algumas moradias. No entanto, com a tomada do poder pelos militares, em 1964, a experiência Cajueiro Seco foi traduzida como o “emblema da ‘comunização’ que se processava em Pernambuco” (SOUZA, 2009, p.15), por isso, era preciso combater e reprimir esta ideologia.

Neste processo, tanto o governador, Miguel Arraes, como os autores do projeto, Gildo Guerra e Acácio Borsoi, foram exilados, e a política habitacional promovida por eles, redirecionada. Segundo Veras (1964, apud SOUZA, 2009) naquele momento, o governo atual iria trabalhar para corrigir a subversão de valores que havia acontecido, trabalhando com o povo para o novo sentido.

Embora a política proposta durante o governo de Arraes objetivasse a resolução dos problemas habitacionais, através do desenvolvimento de comunidades autossustentáveis e sem as práticas paternalistas, as estratégias propostas não conseguiram resolver os problemas, talvez pelo curto período de experiência ou pela interrupção drástica das medidas. Veras (1964, apud SOUZA, 2009, p.190) explica que “[...] A coisa ali tava se organizando de um jeito diferente e quando veio a revolução entrou uma orientação mais paternalista de novo.”.

Na visão de Souza (2009) a drástica interrupção do projeto, fez com que Cajueiro Seco fosse colocado no quadro de expectativas frustradas, algo que poderia resolver as demandas habitacionais, redirecionando as estratégias aplicadas às

idades brasileiras. O professor Geraldo Gomes (2006), ao fazer uma leitura crítica sobre a experiência, afirma que:

Infelizmente foi uma experiência abortada, Borsoi não era comunista e nunca foi e quando veio o Golpe a primeira coisa que fizeram foi interromper Cajueiro Seco, no começo do Governo Arraes e pouca coisa foi feita. Nem sei se foi feita chegou a ser feita alguma casa no processo de pré-fabricação de taipa, se foi, foi muito pouco, o protótipo e meia dúzia. Foi feito o arruamento, a lavanderia e as cooperativas, funcionou por pouco tempo. Era muito mais uma promessa, uma esperança, tudo indicava que ia dar certo, mas não posso afirmar que deu certo, não se concretizou (GOMES, 2006, apud SOUZA, 2009, p.191).

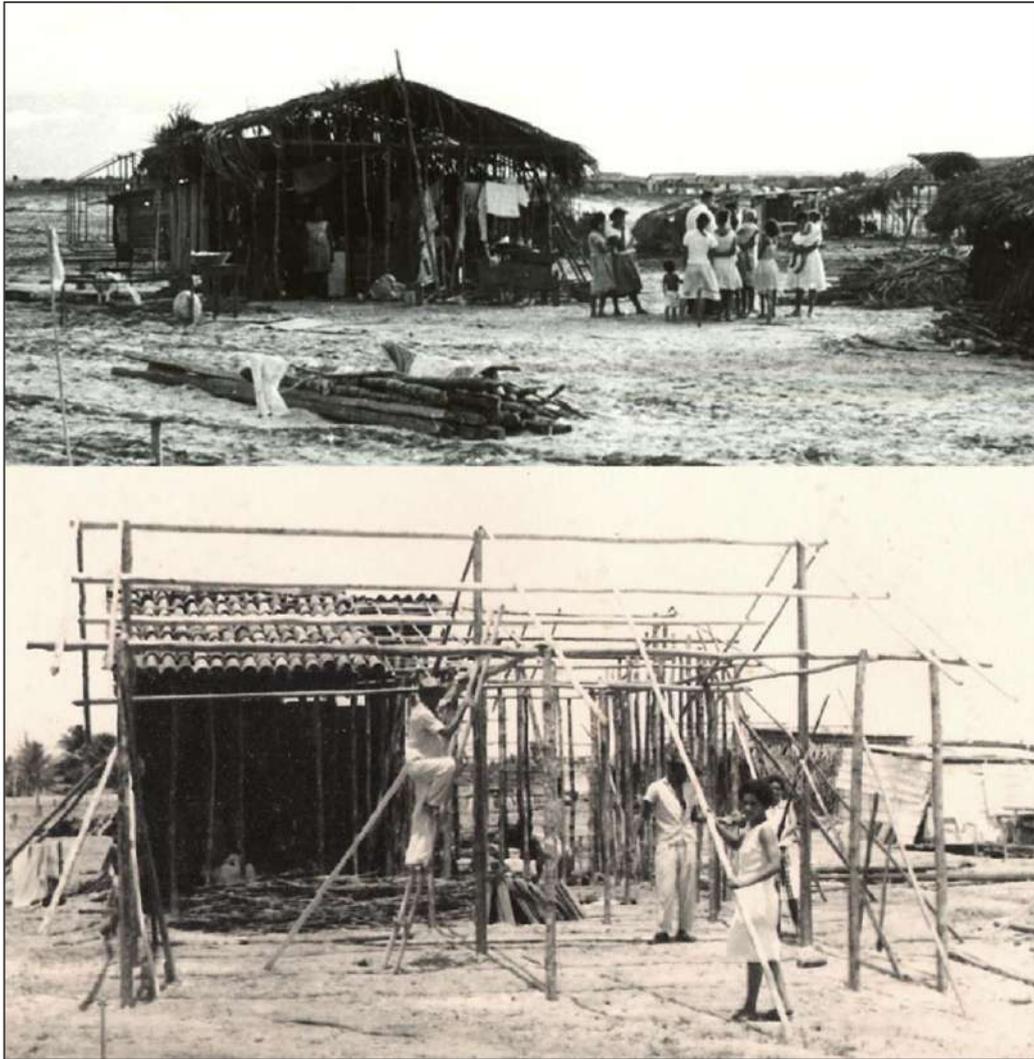
Naquele momento, pouco havia sido construído em Cajueiro Seco (Figura 13), o arruamento proposto no projeto já havia sido implantado e alguns serviços básicos instalados, como um posto médico, as cooperativas, a sapataria e a oficina de confecção. Quanto às moradias Veras (2008, apud SOUZA, 2009) afirma que eram mocambos, bastante simples, sem a técnica de pré-fabricação (Figura 14). Deve-se ressaltar que parte do aterro proposto não foi concluído, implicando na instalação dos equipamentos nas áreas destinadas as habitações (SOUZA, 2009).

**Figura 13.** Vistas aéreas do Cajueiro Seco



**Fonte:** Souza (2009).

**Figura 14.** Mocambos instalados em Cajueiro Seco



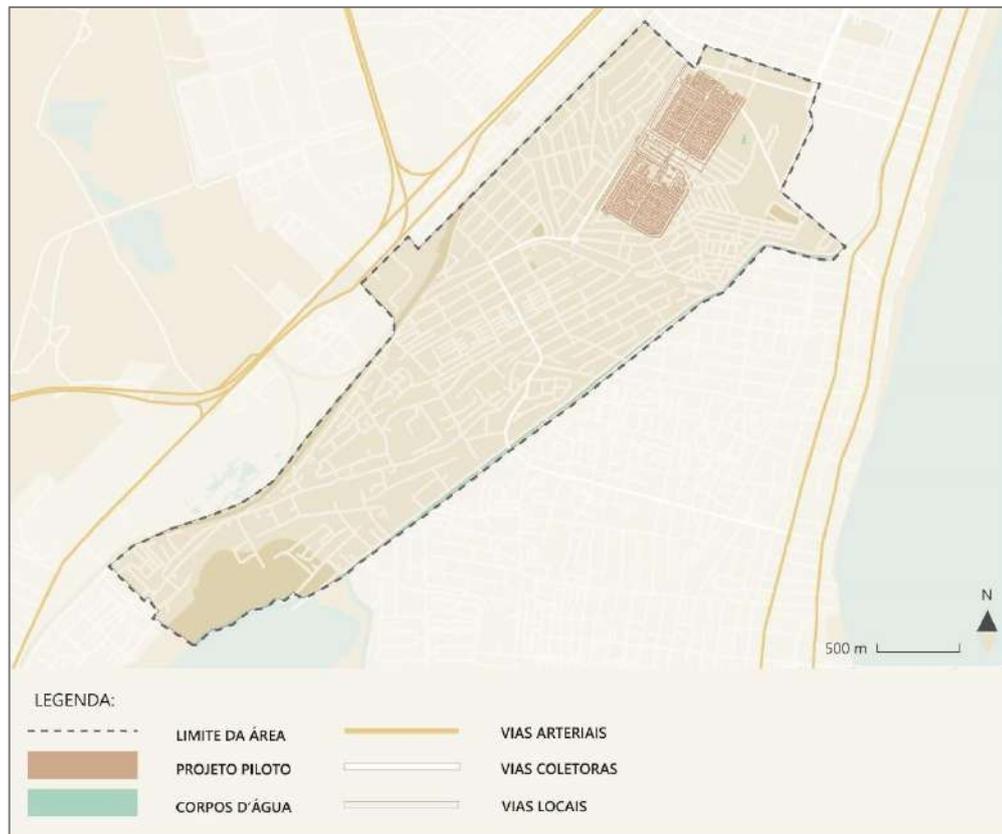
**Fonte:** Souza (2009).

O assentamento proposto, originalmente, é apenas um pedaço da área total da comunidade atualmente (Mapa 03), que foi bastante ampliada. Isto se deu, devido ao processo de expansão da cidade rumo à Zona Sul, entre as décadas de 1970 e 1980, que promoveu a concentração industrial em Jaboatão e conseqüentemente a valorização do distrito de Prazeres como um todo. Diante disso, foi estimulado e financiado, com os recursos do BNH, a ocupação das áreas disponíveis na gleba, entre a orla, a rodovia e ferrovia<sup>27</sup>, na ocasião, também houve a ampliação da infraestrutura disponível naquelas áreas através do projeto CURA, desenvolvidos durante a gestão do prefeito de Jaboatão, Geraldo Melo (SOUZA, 2009).

---

<sup>27</sup> Esta região compreendia o território do Cajueiro Seco, Prazeres e Piedade (SOUZA, 2009).

**Mapa 3.** Localização da comunidade piloto em Cajueiro Seco



**Fonte:** Google Maps (2020), editado pela autora.

Cajueiro Seco, atualmente, tem um lugar importante na periferia da metrópole, devido a sua posição central, prevista no plano de Baltar. No entanto, devido ao crescimento acelerado e desorganizado, resultado da descontinuidade do planejamento, o bairro se consolidou com diversos problemas, como por exemplo, a infraestrutura deficiente, os espaços urbanos degradados e o atendimento razoável do bairro quanto aos serviços públicos.



# 05

## INTERPRETAÇÃO DO BAIRRO

“Escrevia à mão a cidade e a cidade escrevia-se.”

- Filipa Leal

## 5. INTERPRETAÇÃO DO BAIRRO

### 5.1. Análise do bairro

#### 5.1.1. Caracterização do bairro

O bairro de Cajueiro Seco localiza-se na quinta regional do município de Jaboatão dos Guararapes, sendo limitado pelos bairros de Piedade, ao leste; Prazeres, ao norte e ao oeste, e a lagoa Olho D'água, ao sul (Mapa 04). Atualmente, Cajueiro Seco conta com uma área de 3,16 km<sup>2</sup> e um total de 16.601 domicílios (IBGE, 2010), número vinte vezes maior em relação ao assentamento inicial, que abrigaria oitocentas famílias.

**Mapa 4.** Delimitação da área em estudo



**Fonte:** Google Maps (2020), editado pela autora.

De acordo com o Plano Diretor do Município de Jaboatão dos Guararapes, o zoneamento da área em estudo, classifica-se como ZAM (Zona de Adensamento Médio), a qual permite uma ocupação de baixa densidade e com maior verticalização, priorizando investimentos que visem a melhoria da infraestrutura urbana integrada e a regularização fundiária das áreas classificadas como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Na região da Lagoa Olho D'água, a classificação é a ZCA (Zona de Conservação dos Corpos D'água), que prevê a recuperação das áreas degradadas, a

revitalização dos rios e da vegetação marginal, sendo permitido o uso para lazer e turismo.

Segundo os dados do IBGE (2010), existem no bairro sete aglomerados subnormais<sup>28</sup> (Figura 15), situados nas proximidades da lagoa Olho D'água e do canal Setúbal. Estas áreas apresentam os maiores problemas quanto a infraestrutura e a presença de serviços urbanos. Ao todo, nestes aglomerados, estão inclusas dez comunidades, que ocupam cerca de 1,8 km<sup>2</sup>.

**Figura 15.** Aglomerados subnormais



**Fonte:** IBGE (2010).

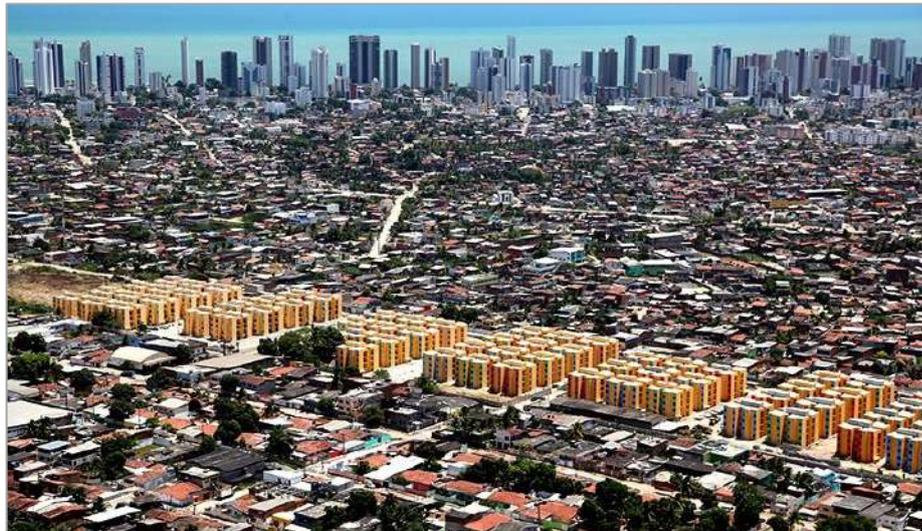
No que se refere a tipologia de uso das edificações, Cajueiro Seco, pode ser considerado como um bairro heterogêneo, sendo este razoavelmente servido por equipamentos e serviços urbanos, tais como unidades de saúde, escolas, supermercados, padarias, entre outros usos. O atendimento do bairro pelos equipamentos e serviços urbanos, foi uma das características proposta por Borsoi, no entanto, devido a interrupção drástica da experiência e o desenvolvimento da comunidade sem a continuidade do projeto, a instalação do que tinha sido proposto não foi finalizada. O bairro recebeu uma melhoria da infraestrutura, posteriormente, entre as décadas de 1970 e 1980, quando foi incentivada a ocupação das áreas remanescentes pelo prefeito Geraldo melo, então houve a instalação de novos equipamentos.

<sup>28</sup>“Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços público essenciais e localização em áreas com restrições à ocupação.” (IBGE, 2010).

Ao caminharmos pelo bairro podemos perceber, que os setores de comércio e serviço se situam na porção norte do bairro e ao longo das principais vias de acesso, nesta porção encontra-se também as áreas de convívio e lazer. Nas demais regiões localizam-se os espaços residenciais e alguns comércios locais, como padarias e mercearias.

Atualmente, o bairro é ocupado majoritariamente por casas, semelhante a ocupação inicial. Segundo os dados do IBGE (2010), 95,1% dos domicílios seguem a tipologia de casas, embora haja há presença de algumas vilas e condomínios, que somam 2,5% das unidades habitacionais, além de conjuntos habitacionais e prédios, que somam 2,3% do total de domicílios (Figura 16). De acordo com Souza (2010), apesar de algumas casas apresentarem a mesma aparência das primeiras habitações, nada resta do material utilizado inicialmente.

**Figura 16.** Vista aérea do bairro



**Fonte:** Revista Nordeste (2013).

Referindo-se a configuração espacial da área, no ponto de vista de Souza (2010) poucas são as características que diferenciam o bairro de Cajueiro Seco das demais periferias e subúrbios recifenses, a exceção é pelo notável alinhamento das ruas e quadras na área em que se desenvolveu a experiência. Entretanto, essa característica não está presente em grande parte do bairro, devido à interrupção da experiência, o traçado proposto por Borsoi não foi replicado as demais áreas.

Outro aspecto importante apresentado pelo bairro, para Souza (2009), é a sua centralidade polar, que foi reforçada após a instalação de uma estação metroviária,

que conecta o bairro ao centro do Recife, e do Terminal Integrado (TI), que liga as periferias mais afastadas ao bairro. O bairro apresenta uma conexão com outras regiões a partir da malha viária, por exemplo, a Rodovia Antiga, que leva até as cidades do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, e a Estrada da Batalha que leva ao centro da cidade do Recife.

Uma característica marcante no território é a presença da Lagoa Olho D'água, situada na a região sul, que tem um grande potencial turístico e paisagístico inexplorado (Figura 17). Segundo Tenório (2013), sua dimensão é de cerca de 350 ha de espelho d'água e de 33,5 km de área de drenagem, e tem posição privilegiada na região metropolitana, localizando-se no eixo de desenvolvimento da cidade. No entanto, as margens da lagoa vêm sofrendo com as severas intervenções realizadas pela demanda habitacional, estando em péssimo estado de conservação.

**Figura 17.** Vistas aéreas da Lagoa Olho D'água



**Fonte:** TPF Engenharia (2018).

Devido à importância da lagoa e a necessidade de conservação, alguns projetos foram propostos com o intuito de revitalizar a área e garantir condições adequadas de desenvolvimento para a população que residia nas proximidades, contudo, não foram finalizados. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (PERNAMBUCO, 2014), a primeira etapa do processo de revitalização foi concluída, e foram construídas 1.376 unidades habitacionais para as famílias que moravam a margem da lagoa, situadas na região mais central do bairro. Além da requalificação de 1,7 km do canal Setúbal e a instalação de uma ciclovia bidirecional na Avenida José de Souza Rodovalho.

No que se refere aos espaços de convívio e lazer na área, podemos observar que são insuficientes para a quantidade de habitantes do perímetro. Ao todo existem apenas três praças, uma quadra poliesportiva privada<sup>29</sup> e alguns espaços que não foram loteados, que são utilizados pela população para a prática esportiva. No projeto inicial, as áreas públicas para o convívio da população, situavam-se entre as superquadras, sendo ausentes nas áreas destinada às habitações. Se o bairro tivesse crescido de acordo com o projeto para o assentamento, as áreas de convívio seriam mais frequentes no bairro e resultariam em um ambiente mais adequado para o convívio dos usuários.

O bairro conta com uma construção emblemática, a Paróquia de Nossa Senhora do Carmo (Figura 18), situada na área do assentamento inicial. Souza (2009) afirma que esta foi a única construção considerada pelo arquiteto, Acácio Gil Borsoi, ao desenvolver o projeto de Cajueiro Seco. Também estão situadas no perímetro algumas edificações públicas importantes, como a Prefeitura de Jaboaão dos Guararapes (Figura 19), o antigo Fórum do município (Figura 20), que atualmente está desocupado, a Secretária de Saúde e de Grupamento do Corpo de Bombeiros Militar. Além de uma edificação, que ao que tudo indica seria utilizada como Câmara dos Vereadores, porém, nunca foi concluída, sendo utilizada como abrigo por moradores de rua (Figura 21).

**Figura 18.** Paróquia Nossa Senhora do Carmo



**Fonte:** Google Street View (2020).

**Figura 19.** Prefeitura de Jaboaão dos Guararapes



**Fonte:** Google Street View (2020).

<sup>29</sup> Este equipamento foi construído por um antigo vereador de Jaboaão dos Guararapes, Manoel Pereira da Costa Neco, para atender a demanda de lazer da comunidade. Para utilização deste equipamento é cobrado um valor simbólico, que permite a sua manutenção.

**Figura 20.** Antigo Fórum de Jabotão

**Fonte:** Acervo pessoal (2020).

**Figura 21.** Câmara dos Vereadores

**Fonte:** Acervo pessoal (2020).

### 5.1.2. Identificação dos problemas

Com o intuito de compreender as demandas e os problemas que o bairro de Cajueiro Seco apresenta, foram realizadas observações em campo<sup>30</sup>, sob o olhar da habitabilidade urbana e da qualidade do espaço, analisando a infraestrutura, os equipamentos e serviços urbanos disponíveis no local.

Do ponto de vista espacial, grande parte da ocupação do bairro ocorreu de forma mais orgânica, com exceção da área que compreende o projeto piloto e de algumas quadras situadas mais ao centro do bairro, em que é notável o alinhamento e a regularidade das ruas e quadras, tudo indica que este alinhamento se deve aos loteamentos propostos para ocupar as áreas remanescentes, entre as décadas de 1970 e 1980. Outro aspecto, observado nas ruas do bairro, é o avanço de algumas edificações sobre os passeios e até mesmo a obstrução de vias por edificações, dificultando o trajeto de veículos e pedestres, como no caso da Rua Alameda dos Pinheiros (Figura 22).

<sup>30</sup> Por conta do cenário atual de pandemia nas cidades e o isolamento social, as visitas em campo foram realizadas “online”, através do Street View, e presencialmente, a partir da circulação em automóvel.

**Figura 22.** Obstrução de via por edificação



Fonte: Google Street View (2020).

Embora, o município de Jaboatão dos Guararapes estabeleça em seu Plano Diretor, o projeto Calçada Cidadã (Art. 118), que objetiva proporcionar infraestrutura física e condições adequadas para o conforto dos pedestres, a maioria dos passeios públicos são inadequadas para o uso e em determinados locais chegam a ser inexistentes. Frequentemente são encontrados obstáculos (placas de lojas, mesas, barracas e outros) ao longo do trajeto, além do péssimo estado de conservação dos pisos e de suas larguras irregulares (Figura 23).

**Figura 23.** Obstáculos nos passeios





**Fonte:** Acervo pessoal (2020).

Os passeios, além de serem marcados pela falta de infraestrutura física, também apresentam um aspecto desfavorável, por conta da presença de lixos, que são descartados irregularmente pela população, comprometendo na caminhabilidade dos usuários (Figura 24). Segundo Gehl (2014) um importante estímulo para caminhada são espaços relativamente livres e que propiciem boas experiências. Outro ponto observado é a falta de sombreamento, grande parte dos passeios ou vias públicas não são arborizados, o que torna o caminhar bastante desconfortável. De acordo com o IBGE (2010), a taxa de arborização das vias em Jaboatão dos Guararapes é de apenas 20,3%.

**Figura 24.** Passeios Públicos



**Fonte:** Acervo pessoal (2020).

Uma das questões analisada se refere à urbanização<sup>31</sup> das vias, pois segundo o IBGE (2010), o município de Jaboatão dos Guararapes conta com apenas 19,1% das vias urbanizadas. Sob o mesmo ponto de vista, Cajueiro Seco, conta com uma pequena quantidade de vias estruturadas adequadamente. Comumente, são encontradas vias sem infraestrutura, com pavimentação deteriorada ou inexistentes, além de bocas de lobo sem vedação e sem calçadas (Figura 25).

**Figura 25.** Situação das vias e passeios públicos



**Fonte:** Acervo pessoal (2020).

<sup>31</sup> O termo urbanização de vias públicas, refere-se a vias com pavimentação, meio-fio, calçada e a presença de bueiros (IBGE, 2017).

Em períodos chuvosos a mobilidade no bairro é extremamente afetada, em virtude dos alagamentos e inundações, que são ocasionadas tanto pelos transbordamentos de canais e córregos, como pela drenagem urbana ineficiente. Muitas vias são obstruídas por conta do volume d'água, além da inviabilização de passeios, que por conta das bocas de lobo sem a vedação adequada, tornam-se uma ameaça para os usuários (Figura 26).

**Figura 26.** Situação das vias em períodos chuvosos

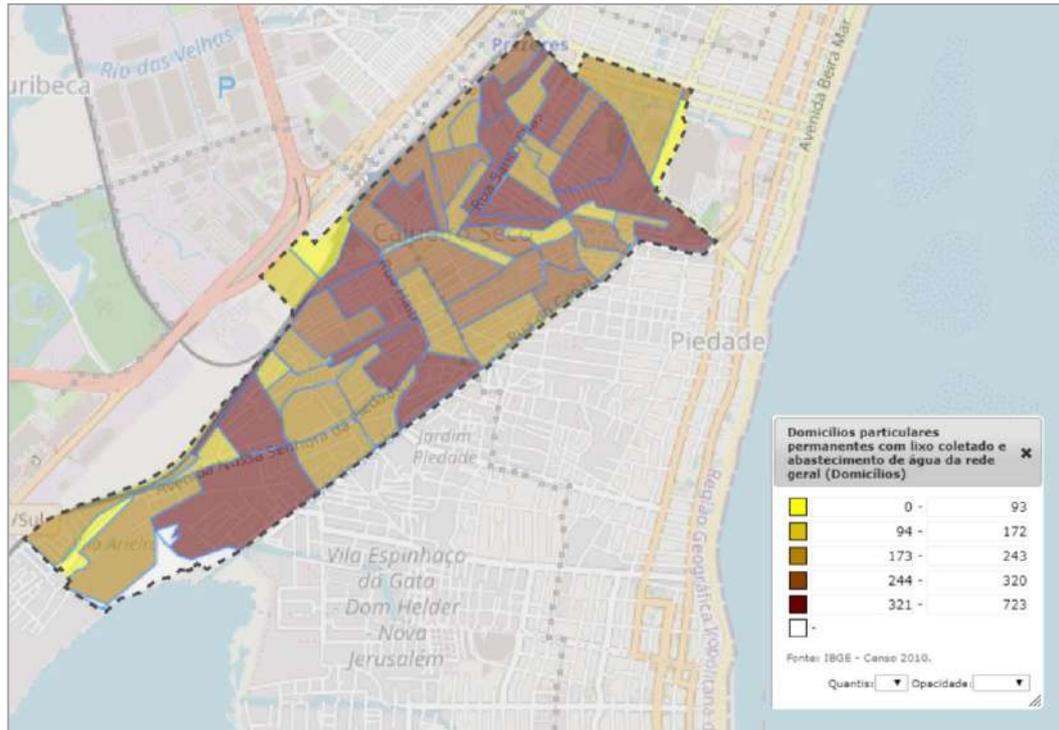


**Fonte:** Acervo pessoal (2020).

Um aspecto observado, ao longo das vias e espaços públicos do bairro, é a presença de lixo em determinados pontos, os quais são descartados indevidamente pela população. Esta situação é ocasionada, em parte pela falta de consciência ambiental, mas também pela deficiência do serviço público. De acordo com os dados do IBGE, cerca de 92,87% das moradias têm a destinação correta do lixo, dos quais 89,71% do são coletados através do serviço de limpeza e 3,16% por caçambas do serviço de limpeza. No entanto, a porcentagem que resta, destina o lixo inapropriadamente, em corpos d'água, em terrenos baldios ou em logradouros.

Podemos observar no Mapa 05 que os setores censitários que apresentam um número menor de domicílios atendidos pelo serviço de limpeza pública, encontram-se nas proximidades da lagoa Olho D'água, ao sudeste do bairro, e na porção mais central. Nestas áreas são encontradas, com maior frequência, pontos de descarte irregular de lixo (Figura 28).

**Mapa 5.** Domicílios particulares permanentes – destino do lixo – coletado



Fonte: IBGE (2010), editado pela autora.

**Figura 27.** Áreas de descarte irregular do lixo



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Também foi observada a situação do esgotamento sanitário do bairro, através da análise de dados do IBGE (2010). Diante disto, é possível notar a deficiência quanto ao esgotamento sanitário, apenas 28,73% dos domicílios do bairro tem o esgotamento sanitário ligado à rede geral de esgoto (Tabela 01). Sendo a fossa

rudimentar o principal tipo de esgotamento da região, isto é, grande parte dos efluentes não são tratados adequadamente.

**Tabela 1.** Situação do esgotamento sanitário

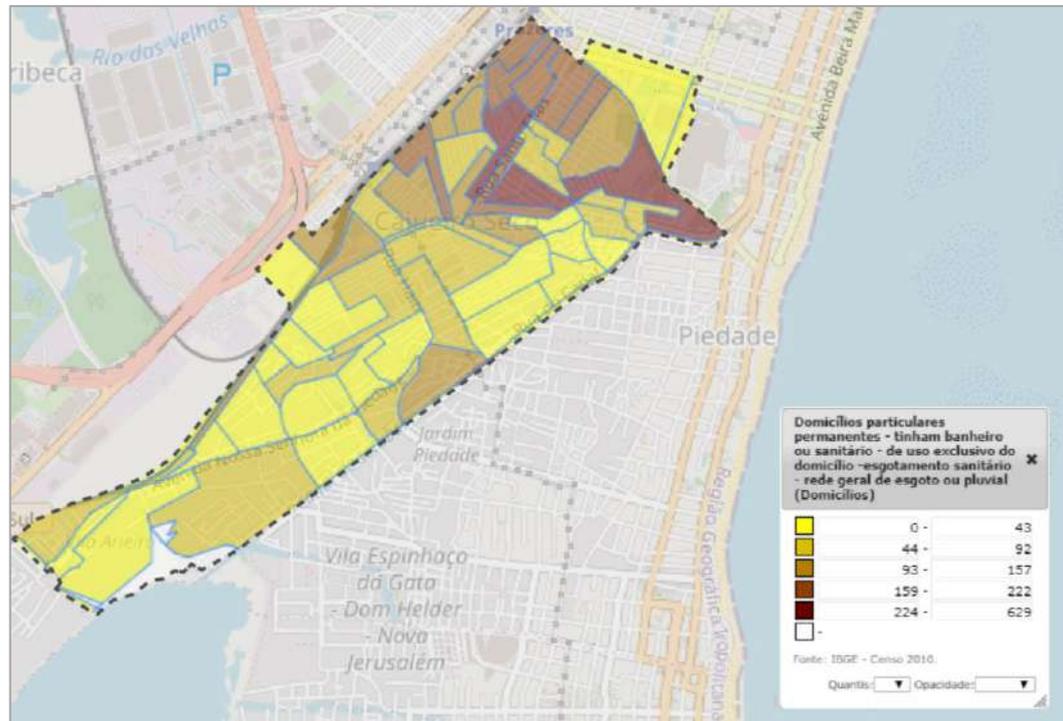
<b>Tabela 1394 - Domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e existência de banheiro ou sanitário e número de banheiros de uso exclusivo do domicílio, segundo o tipo do domicílio, a condição de ocupação e o tipo de esgotamento sanitário</b>	
Variável - Domicílios particulares permanentes - percentual do total geral	
Bairro - Cajueiro Seco - Jaboatão dos Guararapes (PE)	
Ano – 2010	
Tipo de esgotamento sanitário	
Total	<b>100</b>
Rede geral de esgoto ou pluvial	<b>28,73</b>
Fossa séptica	<b>15,25</b>
Fossa rudimentar	<b>47,62</b>
Vala	<b>4,88</b>
Rio, lago ou mar	<b>1,64</b>
Outro tipo	<b>1,05</b>
Não tinham	<b>0,83</b>
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

**Fonte:** IBGE (2010), editado pela autora.

Percebe-se através do no Mapa 06 que os setores censitários situados na porção mais ao norte do bairro, tem a maior quantidade de domicílios conectados à rede geral de esgoto, enquanto as demais áreas, são afetadas com a deficiência do serviço. Nestas áreas, certamente, são utilizadas as fossas rudimentares, mostrando a necessidade de atendimento destes setores.

Em determinadas áreas percebe-se esgotos correndo a céu aberto, além da existência de córregos sem o mínimo de infraestrutura, os quais recebem o esgoto de algumas residências (Figura 28), resultando em mau cheiro e no risco da propagação de doenças. Esta situação implica no desenvolvimento adequado das atividades cotidianas pelos usuários, dificultando o pleno exercício do morar, já que os serviços públicos são oferecidos de maneira precária.

**Mapa 6.** Domicílios particulares permanentes – esgotamento sanitário – rede geral de esgoto ou pluvial



Fonte: IBGE (2010), editado pela autora.

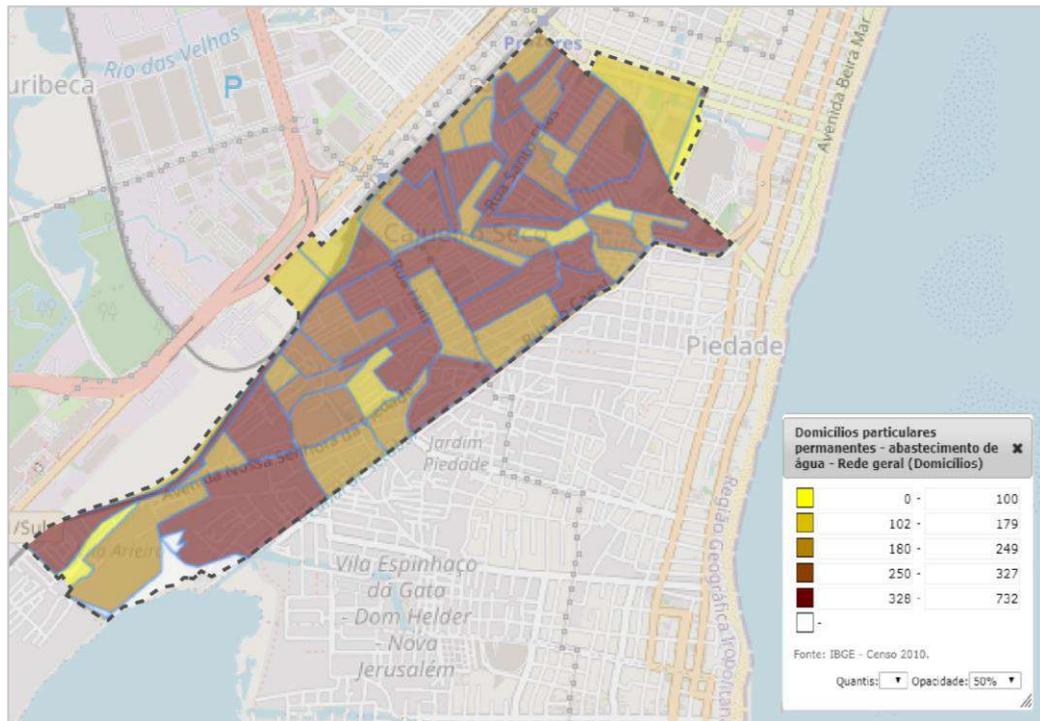
**Figura 28.** Situação das vias quanto ao esgotamento



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Quanto ao abastecimento de água na comunidade, de acordo com o IBGE (2010), grande parte dos domicílios têm acesso à água por meio da rede geral de abastecimento, somando 86,89% das residências, enquanto 5,96% tem acesso à água através de poços ou nascentes na propriedade. Ao observarmos o Mapa 07, notamos que maior parte dos setores censitários são bem atendidos no que se refere ao abastecimento de água.

**Mapa 7.** Domicílios particulares permanentes – abastecimento de água – rede geral



**Fonte:** IBGE (2010), editado pela autora.

Quanto ao atendimento do bairro, em relação ao serviço de energia elétrica, pode-se afirmar que maior parte dos domicílios são atendidos. Conforme os dados do IBGE (2010), cerca de 99,35% das residências têm acesso à energia elétrica fornecida por companhia distribuidora, ao passo que, apenas, 0,07% dos domicílios não são atendidos por este serviço, possivelmente, esses dados foram modificados, sendo ampliado o acesso deste serviço para todos os domicílios.

Com relação a iluminação das vias e espaços públicos, pode-se perceber que as áreas que dispõem de um serviço com maior qualidade, situam-se ao longo das vias principais, local em que são encontrados os setores de serviço e comércio, também há iluminação adequada nas praças e espaços de convívio. Em oposição, ficam os setores residências, em que o serviço de iluminação pública é ineficiente, grande parte das ruas são escuras, resultando em espaços inseguros que não propiciam a utilização pelos usuários (Figura 29).

Ao caminharmos pelo bairro, percebe-se a dominância de espaços construídos em relação aos espaços para o convívio da população, configurando a área como densa, em que há mais espaços “cheios” que espaços “vazios”. Como dito

anteriormente, o bairro conta com três praças e alguns espaços “vazios”, ou seja, livres de construções, nos quais são desenvolvidas atividades esportivas.

**Figura 29.** Iluminação inadequada das vias



**Fonte:** Acervo pessoal (2020).

As praças encontradas no bairro são equipadas com mobiliários urbanos, tais como bancos, brinquedos, postes de iluminação, entre outros. Na praça 01, conhecida como a Praça da Igreja, é a única do bairro que dispõe de brinquedos para as crianças, também se encontram bancos e mesas, além de um espaço livre onde são montadas barracas em períodos comemorativos (Figura 30). Já a praça 02, que recebe o nome de “Curva da Gaia”, há a presença de bancos e de um ponto focal, o cruzeiro, instalado no centro da praça (Figura 31). A terceira praça, é denominada como Praça do Terminal, é um espaço linear, com a presença de bancos (Figura 32). Enquanto os espaços “vazios” são áreas descampadas com pouca infraestrutura, contando apenas com postes de iluminação e em alguns desses lugares foram instaladas traves para a realização de jogos de futebol (Figura 33).

Esses espaços denotam, relativamente, a falta de manutenção, sendo encontrados mobiliários urbanos em péssimo estado de conservação e em determinados locais (Figura 34), é comum, a presença de lixo. Embora os espaços não sejam planejados e não disponham de condições adequadas para as dinâmicas sociais, estes são bem utilizados pela população, o que demonstra a carência do bairro quanto a espaços de convívio adequados.

**Figura 30.** Praça da Igreja



Fonte: Google Street View (2020).

**Figura 31.** Praça da curva da gaia



Fonte: Google Street View (2020).

**Figura 32.** Praça do terminal



Fonte: Google Street View (2020).

**Figura 33.** Espaços utilizados para atividades lazer



**Fonte:** Google Street View (2020).

**Figura 34.** Situação dos espaços de convívio



**Fonte:** Acervo pessoal (2020).

Apesar da feira livre ser uma prática bastante comum no bairro, não existe um local apropriado para a sua realização. Em virtude disto, é comum encontrarmos barracas em “sobras de lotes” ou em alguns estacionamentos, para a comercialização dos produtos. Estas barracas são encontradas com maior frequência na parte central do bairro e na porção mais ao sul, já que a porção situada mais ao norte do bairro, devido a sua proximidade com prazeres, é atendida pelo Mercado das Mangueiras. Devido à falta de infraestrutura para o desempenho desta atividade, encontramos nestes espaços lixo descartado inadequadamente, além dos transtornos em relação à mobilidade, já que são ocupados passeios e parte das vias (Figura 35).

Também é realizada na área a “feira do troca”<sup>32</sup>, que acontece aos domingos, onde parte da Avenida José de Souza Rodovalho é fechada para a instalação das barracas, dificultando a circulação dos veículos. Além da grande quantidade de lixo descartado na via e nas margens do canal. Esta via passou por algumas reformas, devido ao projeto para revitalização da lagoa Olho D’água, implicando no melhoramento desse trecho, diante disto, a via passou a receber um número maior de veículos.

**Figura 35.** Barracas instaladas em passeios públicos



**Fonte:** Google Street View (2020).

Em relação aos meios de transportes públicos disponíveis na área, podemos afirmar que a área é bem servida. Há a presença de Metrô, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ônibus, pontos de mototáxi, pontos de táxi e transporte complementar<sup>33</sup>. Contudo, esses serviços concentram-se na região mais ao norte e o centro do bairro, ao passo que a região mais próxima da lagoa é afetada pelo acesso inadequado a este serviço.

Ao observamos o trajeto dos transportes e os pontos de embarque (Mapa 08), podemos perceber que nas regiões mais próximas da lagoa há apenas o transporte complementar, no entanto, essa opção circula apenas dentro do município, conectando o bairro de Cajueiro Seco à Barra de Jangada, o que dificulta o deslocamento da população residente para outros locais. Outro ponto que deve ser frisado, é que apesar de existir uma linha que objetiva conectar as áreas mais

<sup>32</sup> Devido ao quadro de isolamento social nas cidades Pernambucanas, a realização da “feira do troca” foi inviabilizada, diante disto, não há como ilustra-la.

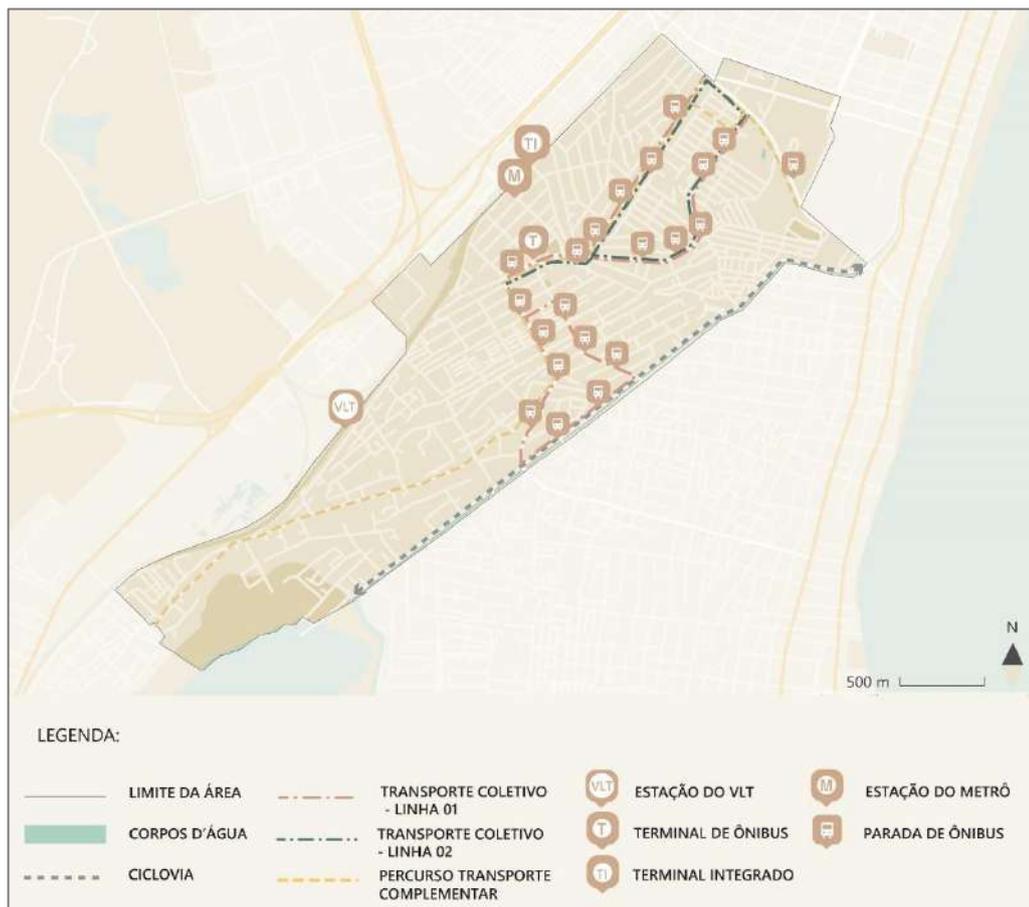
<sup>33</sup> O transporte complementar refere-se aos micro ônibus, que circulam no município de Jaboatão dos Guararapes para a conexão dos bairros.

afastadas à estação do metrô e ao TI (linha 01), esta só circula em uma parte do bairro, demonstrando a necessidade de expansão deste serviço.

Também existe na área um terminal para uma das linhas de ônibus que atendem o bairro, instalando-se na praça do terminal. No entanto, falta espaço para os veículos, os quais estacionam ao longo das vias, resultando em congestionamentos na área.

Apesar de existir um grande número de ciclistas, há apenas uma ciclovia no bairro, situada na Avenida José de Souza Rodvalho (Mapa 08), que atende a uma pequena parcela do perímetro. Devido à ausência de espaços adequados para esse meio de transporte, resta para os usuários a disputa por espaços em vias ou em passeios, ocasionando acidentes e transtornos.

**Mapa 8.** Trajeto e pontos de embarque do transporte público – Trajeto da ciclovia



**Fonte:** Google Maps (2020), editado pela autora.

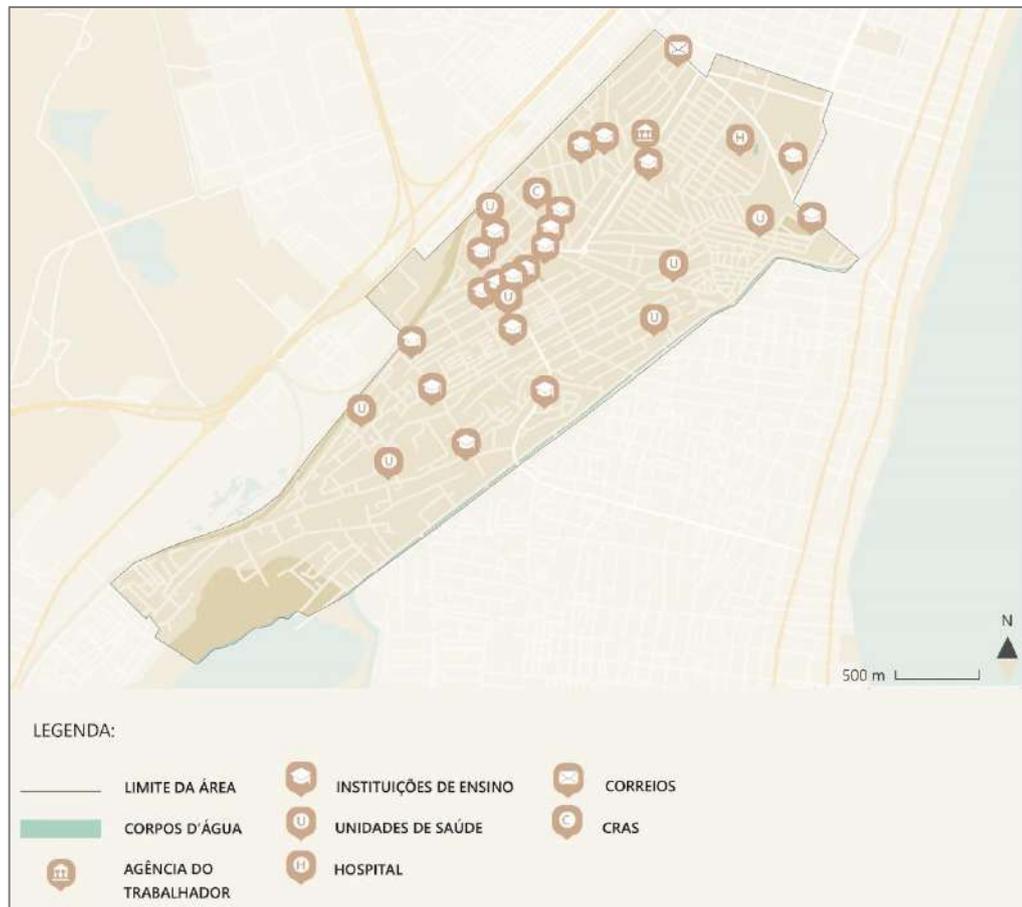
Em relação ao serviço educacional, o bairro dispõe de uma grande quantidade de instituições. Ao todo existem cerca de vinte instituições de ensino, dentre elas

escolas e faculdades, como demonstra o Mapa 09. As instituições de ensino abrangem grande parte do bairro, com exceção das áreas em que se situam os aglomerados subnormais.

Quanto aos serviços de saúde, é possível notar que no bairro há a presença de unidades de saúde, clínicas particulares e hospital público. Existem, ao todo, 8 Unidades de Saúde da Família (USF), que estão distribuídas ao longo do bairro, podemos observar no Mapa 09 que a região próxima à lagoa apresenta uma carência em relação a este serviço. Também há um hospital público, Hospital e Policlínica Prazeres Jaboatão, situado ao norte do bairro, que atende às demandas de urgência e emergência da quinta regional.

Também podemos encontrar no bairro, uma Agência do Trabalhador, localizada na Rua Santo Elias, além de um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e um Agência dos Correios (Mapa 09).

**Mapa 9.** Localização dos equipamentos



**Fonte:** Google Maps (2020), editado pela autora.

Convém ressaltar que, a área em que houve a experiência piloto, embora apresente nitidamente melhores condições de infraestrutura e do atendimento dos serviços urbanos, assim como as demais localidades do bairro apresenta diversos problemas. Comumente encontramos lixos ao longo dos logradouros, obstáculos nos passeios públicos, inadequação do serviço de iluminação pública, além da ausência de espaços de convívios (Figura 36).

**Figura 36.** Ruas da experiência piloto



**Fonte:** Acervo pessoal (2020).

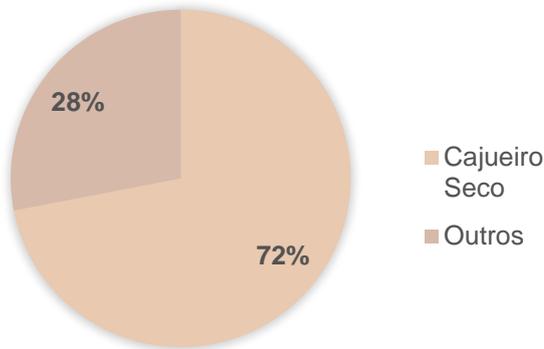
## 5.2. Percepção e Anseios dos usuários

De acordo com Elali (2010, apud, ELALI e SOUSA, 2015), a habitabilidade é uma característica percebida pelo usuário, por isso as percepções dos usuários devem ser priorizadas em relação às avaliações ou testes técnicos. Dessa forma, foi elaborado um questionário (APÊNDICE A), com o intuito de compreender a percepção e os anseios dos usuários sobre o bairro, levando em consideração os aspectos bioclimáticos; funcionais; econômicos; sociológicos; topoceptivos e afetivos, distribuídos em vinte questões abertas e de múltipla escolha.

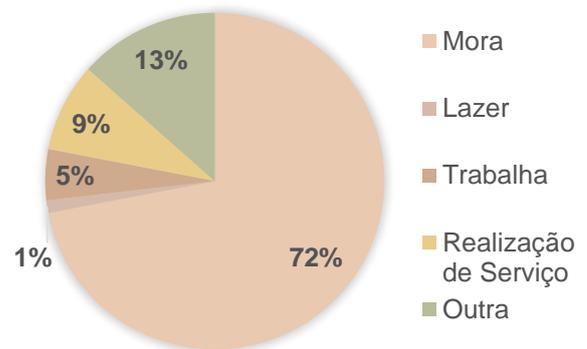
As primeiras questões (1 a 5) foram elaboradas para caracterização dos participantes, para entender da melhor forma as respostas obtidas; da sexta a oitava questão foi abordado sobre a disponibilidade dos serviços urbanos no bairro; a nona e décima são questões sobre a mobilidade; as questões de onze a dezesseis referem-se ao conforto e as sensações dos usuários nos espaços; enquanto a décima sétima e décima oitava abordam sobre a segurança; as duas últimas questões abrem um espaço para que os usuários apresente suas opiniões e anseios para o bairro.

A pesquisa foi realizada em formato “online”, devido ao cenário atual da cidade de Jaboatão dos Guararapes e a impossibilidade da aplicação presencialmente, ficando disponível para respostas do dia de 03/04/2020 ao dia 23/04/2020. Para uma melhor leitura e análise dos dados compilados, foram montados gráficos.

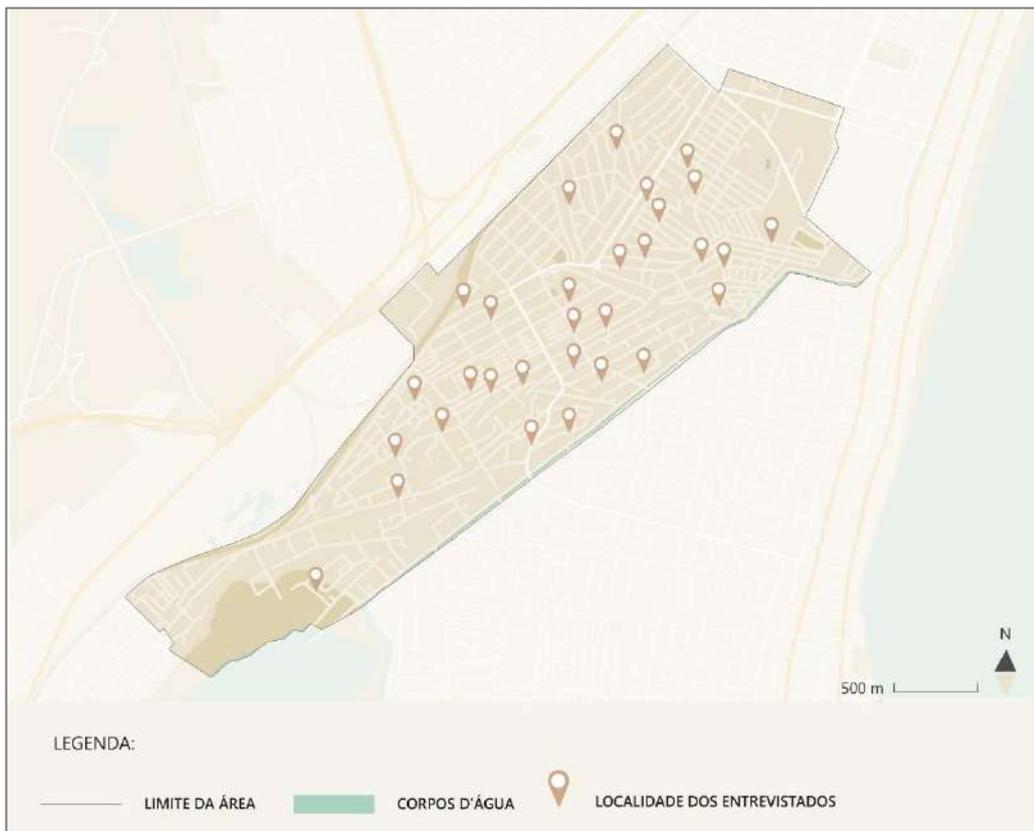
Obteve-se um total de 81 respostas, das quais 59 (72%) foram de pessoas que residem no bairro (Gráfico 01), distribuídos em diversas localidades (Mapa 10), enquanto as demais respostas foram de pessoas que já frequentaram ou frequentam a área. Pode-se perceber através da análise do Gráfico 02, que a ligação mais frequente com a área refere-se a moradia, que somam 72% das respostas, enquanto as demais subdividem-se entre a prestação de serviços (9%), o trabalho (5%) e o lazer (1%). Este resultado comprova a carência do bairro em relação aos espaços de lazer e convívio. Também foram obtidas outras respostas, que somam 13% do total, em que a ligação com a área varia entre o estudo, a utilização do metrô e do TI ou por já terem residido no bairro.

**Gráfico 1.** Bairro em que reside:

**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

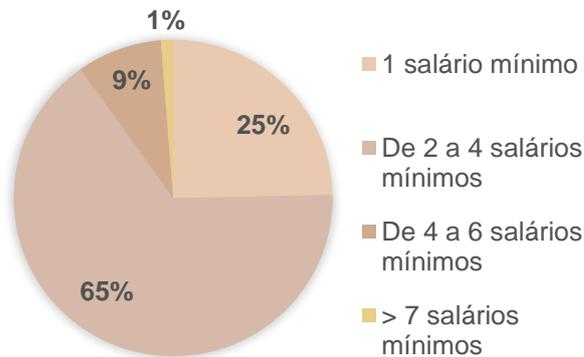
**Gráfico 2.** Ligação com a área em estudo:

**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

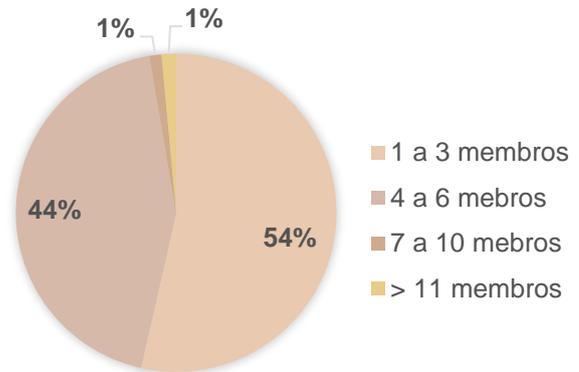
**Mapa 10.** Questão 03 - Se residir na área de estudo dizer a rua onde mora:

**Fonte:** Google Maps (2020), editado pela autora.

Em relação à caracterização socioeconômica das pessoas que participaram do questionário, grande parte possui renda familiar entre dois a quatro salários mínimos e com um número de membros do grupo familiar, que variam entre um a três ou de quatro a seis, como mostra os Gráficos 3 e 4.

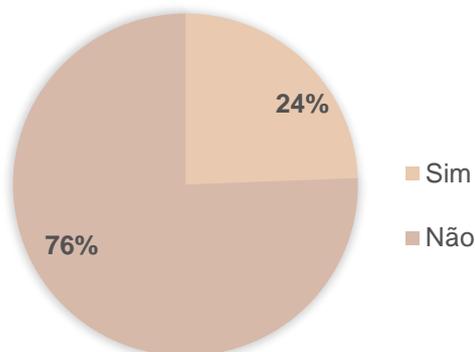
**Gráfico 3.** Renda familiar:

Fonte: Survio (2020), editado pela autora.

**Gráfico 4.** Membros no grupo familiar:

Fonte: Survio (2020), editado pela autora.

As respostas obtidas, sobre a questão 6, demonstram que para 76% das pessoas, os espaços de convívio disponíveis na área não atendem à demanda, além de dificultarem o desempenho das atividades adequadamente (Gráfico 05). Entre as justificativas dos usuários sobre o não atendimento dos espaços de convívio, grande parte afirma que na área não há espaços para a prática de exercícios físicos e os espaços de lazer são limitados, além de relatarem sobre a carência em infraestrutura e segurança nas praças existentes, o que inviabiliza a permanência da população nestes locais (Figura 37).

**Gráfico 5.** Para você, a área em estudo, atende sua necessidade quanto a espaços de convívio e para realização de atividades como: recreação, esportes e exercícios físicos?

Fonte: Survio (2020), editado pela autora.

**Figura 37.** Comentários da população sobre a questão 06

Até temos espaços públicos que poderiam ser usados como área de lazer e as outras opções, mas falta uma estrutura adequada e segurança.

Não é possível perceber muitos polos de convívio e atividades para os moradores.

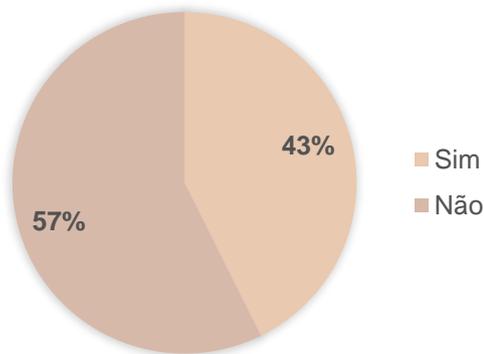
Não possui nenhuma das opções para a prática de exercício físico.

Acredito que precisa de uma maior infraestrutura.

Fonte: Survio (2020), editado pela autora.

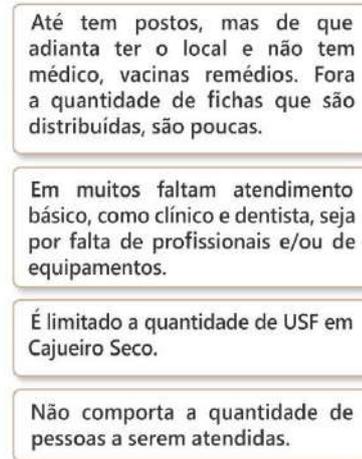
Para 57% das pessoas os serviços de saúde disponíveis no bairro, não atendem adequadamente a população, apesar de existirem na área unidades de saúde (Gráfico 06). Como podemos observar na Figura 38, os participantes do questionário, afirma que não há presença de médicos, que faltam equipamentos para a realização dos atendimentos e que os medicamentos, comumente, estão em falta.

**Gráfico 6.** Para você, a área em estudo, atende sua necessidade quanto aos serviços de saúde, como: postos médicos e unidades de saúde?



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

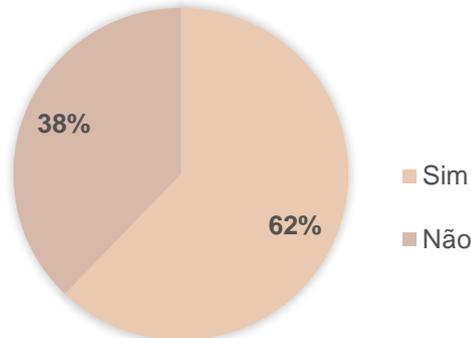
**Figura 38.** Comentários da população sobre a questão 07



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

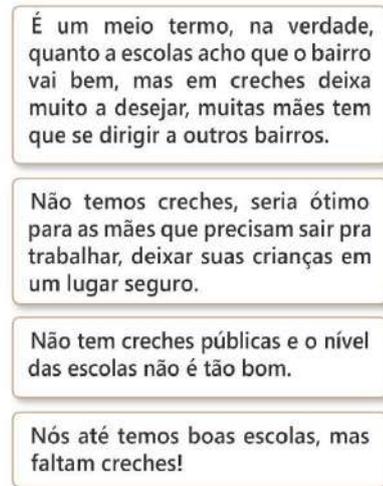
Quanto ao serviço educacional, 62 % das pessoas afirmam que a área atende à demanda, como apresenta o Gráfico 07, enquanto 38% afirmam que, embora existam escolas e faculdades, a área é carente em relação aos serviços educacionais, justificando que não há a presença de creches públicas no perímetro, o que resulta no deslocamento da população para outros bairros (Figura 39). De acordo com os dados do IBGE (2010), o número de crianças, com faixa etária entre 0-4 anos, que residem no bairro é de 3.831, demonstrando a necessidade deste equipamento na área.

**Gráfico 7.** Para você, a área em estudo, atende sua necessidade quanto o serviço educacional, como: escolas e creches?



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

**Figura 39.** Comentários da população sobre a questão 08



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

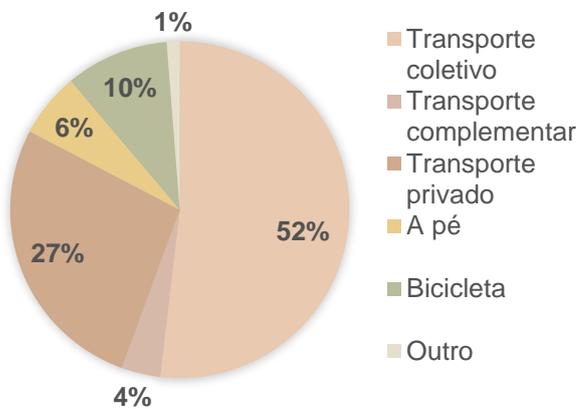
Com relação ao meio de transporte, 52% das respostas obtidas são de pessoas que utilizam como principal meio de deslocamento o transporte coletivo, em seguida vem o transporte privado com 27%, enquanto a utilização das bicicletas chega a 10%, como expõe o Gráfico 08. Embora o bairro não tenha uma grande extensão, o que permitiria facilmente o deslocamento a pé, podemos perceber que esta forma de locomoção não é comum, apenas 6% das pessoas, que responderam ao questionário, o fazem. Tudo indica que este resultado, certamente, se deve as condições precárias dos passeios públicos e a baixa qualidade dos espaços, bem como a baixa arborização e sombreamento das vias, que resultam em um bairro inóspito aos usuários. Gehl (2014) exemplifica que espaços urbanos qualificados são convidativos, promovendo sua apropriação e sua utilização, além de que, um dos pré-requisitos para cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis é a promoção do caminhar.

Convém ressaltar, que apesar das péssimas condições para o deslocamento por meio de bicicletas, o índice de ciclistas é o terceiro mais alto, confirmando a necessidade de adequar o território para este modal, o que tornaria o bairro mais atrativo.

Quanto ao atendimento das necessidades de locomoção dos usuários no bairro, como constata o Gráfico 09, maior parte das pessoas consideram que as suas necessidades são atendidas de maneira regular ou ruim, enquanto apenas 4% afirmam que suas necessidades são atendidas de forma excelente.

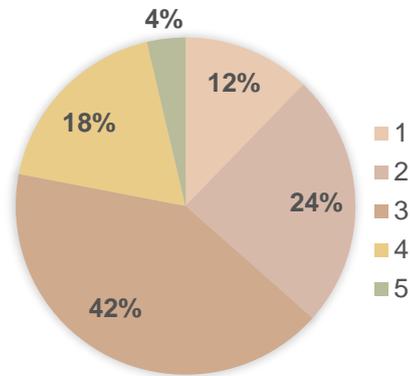
As justificativas apresentadas pelos usuários sobre a décima questão retratam a necessidade de adequação dos meios de transportes e espaços públicos para o pleno desenvolvimento das atividades cotidianas dos usuários. Estes alegam que a disponibilidade de linhas que circulam na área é limitada e o percurso realizado é restrito, resultando em grandes deslocamentos para o acesso ao transporte coletivo, além do péssimo estado das vias e passeios públicos, que dificultam a locomoção de veículos, ciclistas e pedestres (Figura 40).

**Gráfico 8.** Qual o seu principal meio de transporte e locomoção?



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

**Gráfico 9.** Na escala de 1 a 5, quanto você acha que a área atende a sua necessidade de locomoção?



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

**Figura 40.** Comentários da população sobre a questão 10

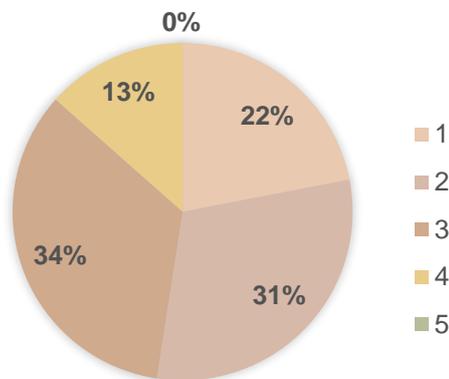
- As únicas linhas que circulam pelo bairro são prazeres/boa viagem e o circular (que passa de hora em hora) nem todos tem a facilidade para chegar na estação do metrô.
- Não temos ônibus suficiente e os que têm andam sempre lotados. As ruas principais não têm sinalização, nem controle de tráfego!
- Baixa qualidade de mobilidade.
- Qualidade de calçadas e ruas péssimas.

**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

Outro ponto abordado pelo questionário refere-se ao conforto dos usuários ao trafegarem pelas ruas do bairro, como podemos visualizar no Gráfico 10. O conforto de grande parte dos usuários foi classificado como ruim (31%) ou péssimo (22%), em virtude da infraestrutura inadequada dos espaços públicos e pela falta de segurança. Já para 34% dos usuários o tráfego pelas vias do bairro pode ser considerado como de conforto regular. Também pode-se perceber que nenhum dos participantes da pesquisa classificou o conforto como excelente, o que comprova a necessidade de adequar os espaços do bairro à população, promovendo espaços agradáveis e acolhedores.

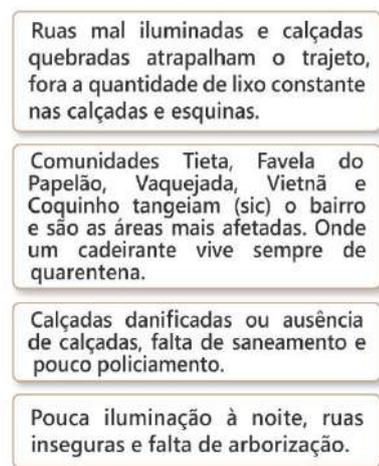
Entre os principais pontos apresentados pelos usuários (Figura 41), estão a insegurança no bairro, em parte pela ausência de policiamento, mas também por conta das vias “mortas”, ou seja, aquelas em que não há tráfego regular de pessoas ou veículos; como também o estado das vias e passeios públicos; a falta de acessibilidade e da falta de sombreamento nos percursos.

**Gráfico 10.** Ao caminhar pelas ruas do bairro quanto confortável você se sente?



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

**Figura 41.** Comentários da população sobre a questão 11



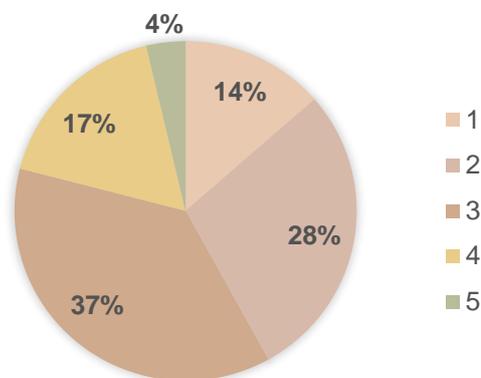
**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

Como expõe o Gráfico 11, das 81 pessoas que responderam o questionário apenas 17 consideram que a iluminação pública do bairro atende bem (17%) ou excelente (4%) às suas necessidades, enquanto 34 pessoas afirmam que o atendimento deste serviço é ruim (28%) ou péssimo (11%). Como mencionado, anteriormente, o serviço de iluminação pública é prestado de forma mais eficiente em

lugares específicos, como praças e vias principais, em oposição às demais áreas, em que a iluminação é insuficiente, resultando em espaços escuros e inseguros.

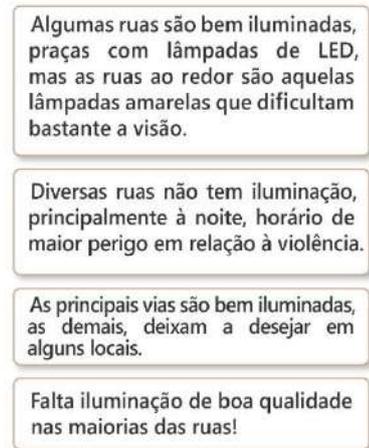
Dentre as principais justificativas apresentadas pelos usuários encontramos que a iluminação pública é inadequada na maioria das ruas, propiciando a violência e a insegurança, como mostra a Figura 42, demonstrando a necessidade de adequação deste serviço para proporcionar a satisfação e a segurança dos usuários.

**Gráfico 11.** Quanto a iluminação dos espaços públicos (ruas, praças, etc), esta atende às suas necessidades?



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

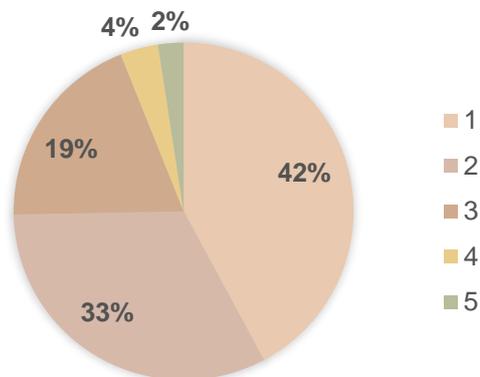
**Figura 42.** Comentários da população sobre a questão 12



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

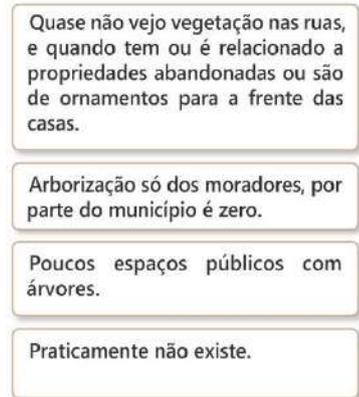
Referindo-se ao índice de arborização e vegetação do bairro, para 42% dos usuários este se apresenta como péssimo, devido à ausência de vegetação e árvores nos espaços públicos. Sob o ponto de vista da população (Figura 43), a vegetação existente na área comumente é encontrada no interior dos lotes ou em ornamentação de fachadas, enquanto nos espaços públicos é quase inexistente, apesar das praças apresentarem uma quantidade significativa de vegetação. Este resultado denota o anseio da população por áreas arborizadas e convidativas, que proporcionem bem-estar e sensações sensoriais agradáveis.

**Gráfico 12.** Em relação a arborização e vegetação da área, na escala de 1 a 5, como você julga?



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

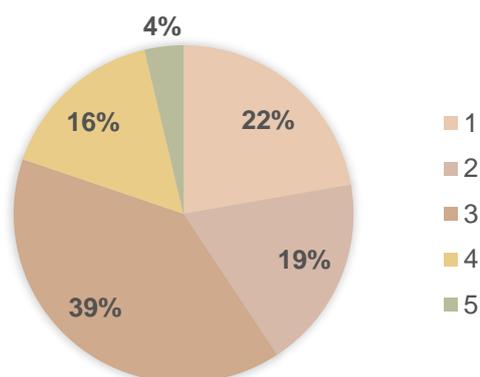
**Figura 43.** Comentários da população sobre a questão 13



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

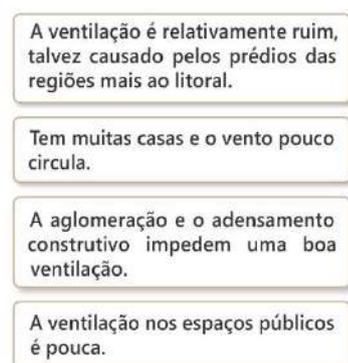
Ao analisarmos o Gráfico 13, que se refere a ventilação dos espaços públicos no bairro, 39% dos usuários afirmam que são moderadamente ventilados, enquanto para 22% afirmam que a ventilação no bairro é péssima, justificando pelo adensamento construtivo da área (Figura 44). A ventilação inadequada dos espaços públicos implica em sensações desconfortáveis nos espaços públicos, dificultando a permanência em áreas de convívio ou a atração da população para estes espaços.

**Gráfico 13.** Em relação a ventilação dos espaços públicos, como você avalia?



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

**Figura 44.** Comentários da população sobre a questão 14

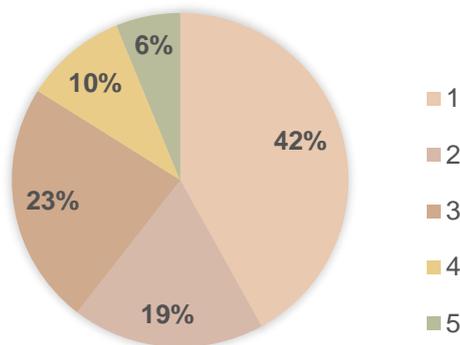


**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

Sobre a qualidade sonora que o bairro apresenta, grande parte dos participantes classificaram como péssima (42%) ou ruim (19%), devido aos altos índices de ruído que o bairro apresenta (Gráfico 14). Um dos fatores marcantes do

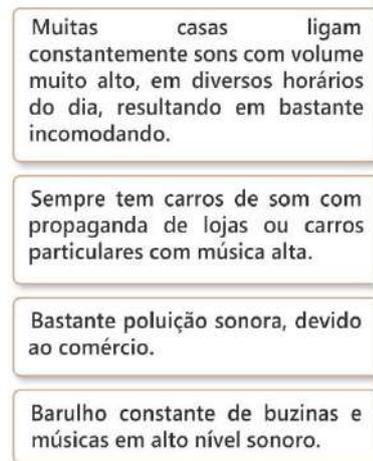
bairro é a diversidade de usos, em diversas áreas é comum a presença de comércios, o que implica em uma produção elevada de ruídos, tanto por propagandas, como por veículos que circulam na área. Também há a presença de diversos bares no bairro, que produzem ruídos de alto nível sonoro. Além dos ruídos produzidos por moradores com equipamentos de som, resultando em várias fontes de ruídos (Figura 45).

**Gráfico 14.** Quanto à qualidade sonora no bairro, na escala de 1 a 5, como você avalia?



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

**Figura 45.** Comentários da população sobre a questão 15

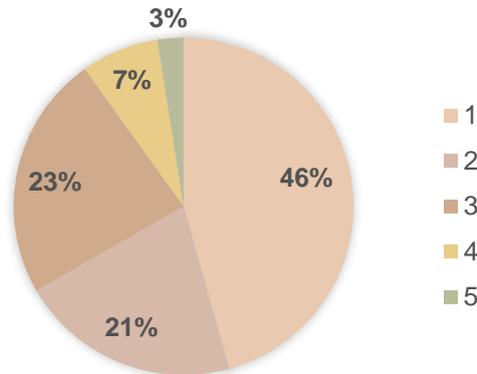


**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

As áreas destinadas para o desenvolvimento de atividades culturais e de lazer no bairro são escassas, sendo mais comum em bairros vizinhos. Dessa forma, ao questionarmos acerca desses espaços no bairro, grande parte dos usuários avaliaram a disponibilidade desses espaços como péssima (46%), como expõe o Gráfico 15. As justificativas apresentadas por estes (Figura 46), é de que os espaços para o desenvolvimento dessas atividades são inexistentes no bairro, sendo o equipamento mais próximo no bairro de Prazeres, o Centro Cultural Miguel Arraes, no entanto, este espaço é frequentemente interditado para realização de obras, o que dificulta a sua utilização pela população.

Devido a inexistência desses espaços no bairro, a população precisa se deslocar para outras regiões para desenvolver atividades culturais ou de lazer. Outro aspecto observado é que quando há eventos culturais no bairro, estes são desenvolvidos em espaços improvisados, como por exemplo, nas praças ou em vias públicas, as quais são temporariamente interditadas.

**Gráfico 15.** Como você avalia, na escala de 1 a 5, os espaços disponíveis para o desempenho de atividades culturais e de lazer na área?



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

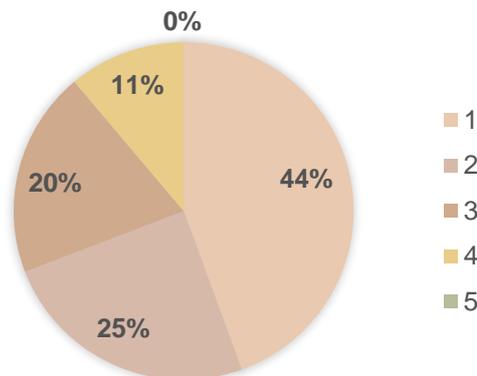
**Figura 46.** Comentários da população sobre a questão 16



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

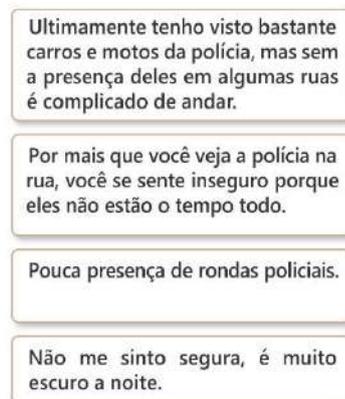
A respeito da questão dezessete, que aborda sobre a sensação de segurança que os usuários sentem ao caminhar pelas ruas do bairro, podemos observar no Gráfico 16 que para 44% das pessoas entrevistadas, a segurança nas ruas do bairro foi classificada como péssima, enquanto apenas 11% classificaram a segurança como boa. Dentre as justificativas apresentadas pelos usuários estão a falta de policiamento na área e a iluminação inadequada de grande parte do bairro (Figura 47).

**Gráfico 16.** Ao caminhar pelo bairro, você se sente seguro?



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

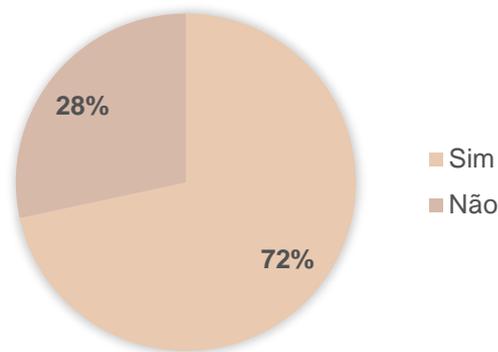
**Figura 47.** Comentários da população sobre a questão 17



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

Com relação ao aspecto topoceptivo, foi elaborada a questão 18 que aborda acerca da orientação espacial e na identificação visual do bairro, como podemos observar no Gráfico 17, maior parte das pessoas conseguem situar-se facilmente pelo bairro, contudo, estes afirmam que isto só é possível devido ao tempo que residem na área. Enquanto para 28% das pessoas é difícil situar-se no bairro, devido à falta de características ou sinalizações que diferenciam os espaços, além do grande índice de “becos”.

**Gráfico 17.** Você consegue se situar facilmente nos diversos lugares do bairro?



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

Com o intuito de apreender a imagem que os usuários tinham sobre o bairro, foi questionado acerca dos aspectos positivos e negativos que Cajueiro Seco apresentava para eles. Como apresenta a Figura 48, entre os diversos comentários obtidos sobre os aspectos positivos encontramos, com maior frequência, a centralidade polar, que permite o fácil acesso a diversos lugares. Além da presença de escolas, unidades de saúde e forte comércio local, diferente de outras periferias da região metropolitana.

Os aspectos negativos apresentados pelos usuários evidenciam a necessidade de requalificar o bairro para garantir uma qualidade de vida melhor, promovendo a habitabilidade e espaços urbanos adequados. Dessa forma, os aspectos mais frequentes referem-se, por exemplo, ao saneamento inadequado na área, a insegurança vivenciada pela população, a ausência de espaços de convívio, além da precariedade dos serviços de iluminação pública em diversos locais. Outro

aspecto apresentado é a disparidade entre as regiões do bairro, isto é, as áreas de aglomerados subnormais denotam as inadequações do espaço urbano, enquanto a parte ao norte, região em que houve a experiência piloto, apresenta maior investimento do poder público, promovendo o acesso aos serviços e a infraestrutura urbana.

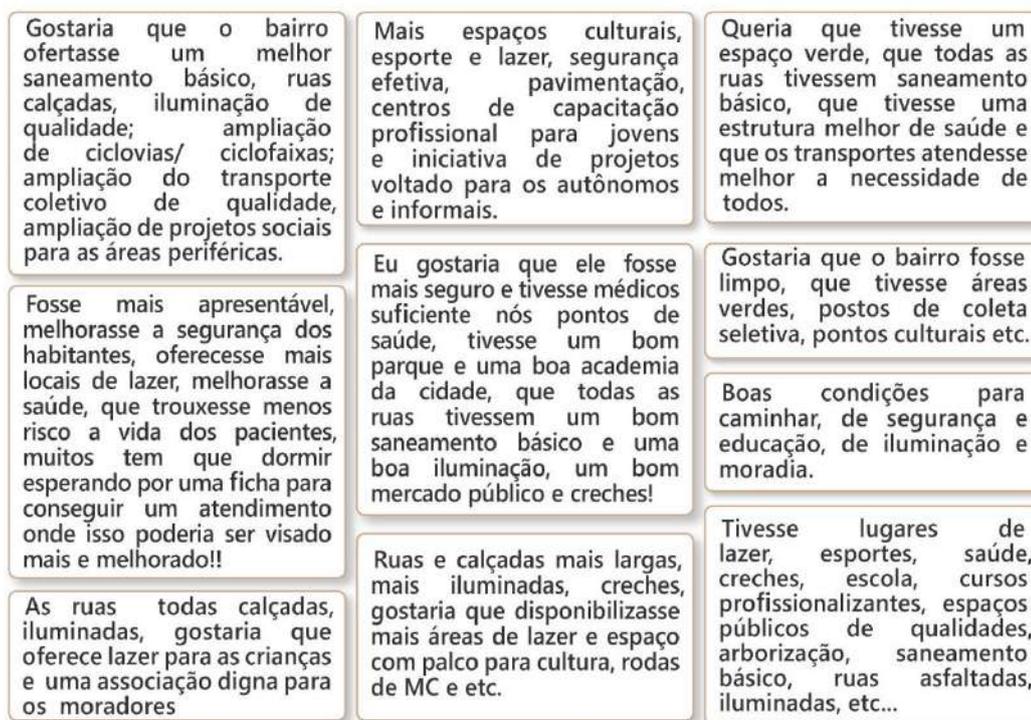
**Figura 48.** Comentários da população sobre a questão 19

Positivo: um bairro com facilidade de acesso a diversos lugares, como shopping, feira pública, estações de metrô, TI e praias. Negativo: a falta de pavimentação de algumas das ruas principais do bairro.	É um local de muitos comércios, próximo a áreas de lazer e supermercados grande, tem tudo para ser bairro bem explorado, com o melhor aproveitado de suas áreas, pena que não temos uma gestão boa para isso.	É um bairro ótimo de se morar, perto do centro, de hospitais e muitas outras coisas. Porém tem muitas ruas sem calçamentos, sem iluminação apropriada, sem creches...
Positivo: próximo a lojas, escolas e hospital. Negativo: um lugar inseguro para morar e muita poluição sonora.	Positivos: fica próximo de tudo, estações, shoppings e praias. Negativas: saneamento básico, Recife em si é muito suja, Cajueiro Seco não fica de fora, espaços públicos, feiras e ruas são muito desorganizadas e sujas. Ao caminhar nas ruas, sentimos o mal cheiro de esgoto e a sujeira.	Positivos: ruas calmas; locais de serviços próximos. Negativos: falta de mobilidade, baixa valorização dos ciclistas, falta de calçamento nas ruas; baixa arborização; baixa qualidade nos lugares de lazer.
Positivo: a variedade de comércios próximo a moradia. Negativo: falta infraestrutura, saneamento e praças adequadas.	Positiv: comunidade participativa. Negativo: iluminação zero, bares abertos até tarde com muito barulho de sons ligado.	O bairro é muito dividido, há uma parte que as ruas são calçadas e a iluminação é de LED. O outro área é totalmente esquecido. A segurança pública melhorou bastante, os poucos espaços de socialização são inseguros.
Positivo: a possibilidade de andar a pé para me locomover. Negativo: a falta de sombreamento.		

**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

Uma das questões abordadas pelo questionário se refere aos anseios da população para a área, objetivando compreender e coletar esses dados, que irão orientar as diretrizes para a requalificação Urbana do bairro. Diante disto, as principais colocações apresentadas pelos usuários, referem-se a criação de novos espaços de convívio e a requalificação dos existentes; infraestruturação das vias e passeios públicos, propiciando a caminhabilidade na área; expansão da ciclovia existente; o atendimento de todo o bairro pelos serviços de transportes públicos; o melhoramento da segurança no bairro; entre outras, como apresenta a Figura 49.

**Figura 49.** Comentários da população sobre a questão 20



**Fonte:** Survio (2020), editado pela autora.

As colocações dos usuários apresentam, desta forma, seus principais anseios para a área e as maiores necessidades do bairro, que demonstram a inadequação da habitabilidade e a deficiência dos espaços urbanos.

### 5.3. Síntese dos dados analisados

Mediante o exposto pode-se perceber que o bairro de Cajueiro Seco apresenta diversas carências de infraestrutura e disponibilidade de serviços e equipamentos urbanos. Embora, o bairro tenha sido projetado para promover o acesso adequado a população aos serviços e equipamentos urbanos. Atualmente o bairro possui entraves que dificultam o pleno exercício do morar e o desenvolvimento das atividades cotidianas, talvez, pela drástica interrupção da experiência que dificultou o seu crescimento coeso.

O bairro é marcado pela inadequação da infraestrutura urbana, a baixa qualidade e atratividade dos espaços públicos, a deficiência na prestação dos serviços

urbanos, dentre outros problemas que implicam na habitabilidade dos usuários, que se deparam com um ambiente inóspito e desestruturado para atendimento pleno das suas necessidades.

Diante disso, faz-se necessário a requalificação do bairro, objetivando a devolução e a introdução de qualidades urbanas na área, promovendo o acesso adequado aos equipamentos e serviços urbanos, a um espaço dotado de infraestrutura para o desempenho das atividades, relacionadas ao habitar, que irá gerar um padrão de vida coeso e adequado para os habitantes.

A partir das considerações realizadas, foi elaborada a Matriz CDP<sup>34</sup>, que sintetiza os condicionantes, potencialidades e as deficiências do bairro (Quadro 01). Após o cruzamento das informações serão definidas as diretrizes para a requalificação urbana de Cajueiro Seco.

**Quadro 1.** Matriz CDP

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<b>Arborização</b>	Grande parte do perímetro não há a presença de vegetação e árvores.	Sombreamento e redução dos ruídos, além de tornar os espaços públicos mais atrativos.
<b>Diversificação de usos</b>	As áreas ociosas implicam na insegurança do bairro.	Atração de pessoas, gerando movimentos constantes e vitalidade para o bairro.
<b>Equipamentos públicos</b>	Concentração dos equipamentos em uma área do bairro; ausência de equipamentos culturais e de lazer; ausência de creches públicas.	Polos de atração populacional, implicando na vitalidade do bairro; autossuficiência do bairro, permitindo o desempenho de atividades cotidianas sem o deslocamento para outros bairros.

<sup>34</sup> Trata-se de uma metodologia para analisar e sistematizar os dados referentes aos condicionantes, as deficiências e potencialidades de determinado local, expostos a partir de uma matriz, que facilita a apresentação gráfica dos resultados (MORGAN, *et al.*, 2015).

<b>Espaços de Convívio</b>	Encontram-se em péssimo estado de conservação, com limpeza pública ineficiente e mobiliários urbanos deteriorados.	São locais para atração de pessoas, implicando na apropriação dos espaços públicos e no constante movimento, tornando o bairro vivo; o incentivo, pela prefeitura, com o programa Espaços públicos de qualidade.
<b>Infraestrutura Urbana</b>	Esgotamento sanitário inadequado; drenagem urbana precária, resultando em alagamentos e inundações; destinação indevida dos lixos em alguns locais do bairro.	Incentivo, por parte da Prefeitura, para investimentos que visem à melhoria da infraestrutura urbana.
<b>Lagoa Olho D'água</b>	As margens da lagoa encontram-se degradadas, devido as severas intervenções pelas demandas habitacionais; presença de domicílios nas margens; destinação inadequada de esgotamento sanitário na lagoa.	A lagoa possui grande potencial turístico e de lazer, além dos incentivos para revitalização desta.
<b>Mobilidade</b>	Passeios e vias públicas deteriorados; obstáculos em passeios; irregularidade nas larguras dos passeios e falta de acessibilidade.	Centralidade da área, que favorece fácil acesso a diversos locais; incentivo por parte da prefeitura para o plano Calçada Cidadã, que prevê a melhoria da infraestrutura dos passeios públicos.
<b>Modais</b>	A falta de incentivo aos diferentes modais; ciclovia com percurso limitado; pontos e percursos de transporte coletivo restritos a uma área do bairro.	Diversidade de modais no bairro, aumentando a acessibilidade.

<b>Serviços públicos</b>	Limpeza pública ineficiente, lixeiras públicas deterioradas ou ausentes ao longo das vias; iluminação pública ineficiente em diversos pontos; falta de segurança no bairro.	Incentivo, por parte da Prefeitura municipal, para à melhoria dos serviços públicos prestados.
--------------------------	---	--

**Fonte:** Autora (2020).

Em síntese, os principais pontos que devem ser considerados para a elaboração das diretrizes de requalificação urbana, são: a revitalização da lagoa Olho d'água, por meio de projetos específicos para criação de espaços de lazer e turismo e a promoção da preservação das águas; a adequação da infraestrutura do bairro, promovendo melhorias na iluminação pública e a limpeza urbana adequada; melhoria dos equipamentos e serviços públicos, expandindo o acesso para todos os moradores, além de adequá-los para atender da melhor forma os habitantes; promover o melhoramento da infraestrutura dos modais, considerando a diversidade existente, expandindo a ciclovia e promovendo o acesso, por toda área, aos transportes coletivos; melhorar a mobilidade e a acessibilidade, adequando os passeios e vias públicas; promover a adequação dos espaços de convívio e propor a criação de novos espaços, para atender as demandas populacionais da área.



06

**DIRETRIZES PARA  
REQUALIFICAÇÃO  
URBANA EM  
CAJUEIRO SECO**

“O lugar é uma construção, uma produção de significado social.”

- Oficina Cidade Emocional

## **6. DIRETRIZES PARA REQUALIFICAÇÃO EM CAJUEIRO SECO**

As diretrizes propostas neste capítulo têm como objetivo inserir e devolver qualidades urbanas para a área, com o intuito de gerar um ambiente qualificado, dotado de infraestrutura, de serviços e equipamentos públicos. Diante disto, busca-se a adequação dos serviços públicos disponíveis no bairro, a promoção e adequação da infraestrutura urbana da área, a criação e promoção de espaços qualificados para o convívio e encontro dos usuários, possibilitando a realização de atividades e a estruturação da mobilidade da área.

Assim, foram propostas diretrizes que seguem três linhas de intervenções, que são: o Eixo Técnico, que aborda as demandas de serviços e infraestrutura urbana; o Eixo de Mobilidade e Acessibilidade, que trata acerca da mobilidade na área, e o Eixo Social, que se refere aos aspectos sociais do bairro.

- **Eixo Técnico**

### **Diretriz 1 – Programa de iluminação pública**

Objetivando possibilitar condições adequadas para a utilização dos espaços públicos de modo seguro e agradável, recomenda-se o melhoramento do serviço de iluminação pública, a partir da manutenção dos equipamentos existentes e da implantação de novos equipamentos. Essa diretriz, irá contribuir para a concretização das indicações presentes no Art. 116, do Plano Diretor de Jabotão dos Guararapes, que prevê a implantação de uma iluminação pública eficiente, para garantir a segurança do uso dos espaços públicos.

### **Diretriz 2 – Recuperação da Lagoa Olho D'água e promoção de atividades turísticas**

A Lagoa Olho D'água delimita o bairro de Cajueiro Seco ao sul, apesar de possuir um grande potencial turístico inexplorado, em sua área encontramos com maior incidência o uso habitacional. No entanto, a área pode tornar-se um grande espaço para o convívio e encontro, sendo um polo de atração populacional. Desta

forma, propõe-se a recuperação das águas e orla da lagoa, por meio de projeto específico; a criação de equipamentos e espaços para a promoção de atividades esportivas e atividades recreativas e turísticas. Essa medida, contribuirá para a concretização das instruções presentes no Art. 48 do Plano Diretor de Jabotão dos Guararapes, referente a conservação dos corpos d'água.

### **Diretriz 3 – Controle de inundações e alagamentos**

O bairro de Cajueiro Seco, em períodos chuvosos, sofre com severas inundações e alagamentos, em parte pelo transbordamento dos córregos e dos canais presentes na área, mas também pela infraestrutura deficiente que a área possui. Assim, propõe-se a implementação de medidas infraestruturais para a drenagem urbana adequada, associada a medidas não estruturais e estratégias do Low Impact Development<sup>35</sup> (LID), que permitem uma drenagem funcional, resultando na eliminação deste problema e na redução dos impactos causados pelos alagamentos e inundações.

### **Diretriz 4 – Programa de limpeza pública**

Para o melhoramento do serviço de limpeza pública, sugere-se a adoção de medidas e estratégias, que objetivem o atendimento igualitário de todo o bairro por esse serviço e a promoção de ambientes adequados para o desempenho de atividades cotidianas. Esta medida, contribuirá para a materialização dos itens expressos no Art. 15 do Plano Diretor de Jabotão dos Guararapes, que assegura a prestação de serviços de coleta, tratamento, transporte e destinação dos resíduos sólidos.

Diante disso, propõe-se a implantação de lixeiras públicas nos polos de atração populacional, ou seja, em espaços de convívio e nos setores de comércio e serviço, a implantação de caçambas do serviço de limpeza pública, nas áreas de aglomerados, em que o acesso por meio de caminhões é inviabilizado, e a melhoria no cronograma de varrição dos espaços públicos.

---

<sup>35</sup> A expressão “Low Impact Development” traduz-se como Desenvolvimento de Baixo Impacto, que se refere a sistemas e práticas que utilizam ou imitam processos naturais para a gestão das águas pluviais (SOUZA; TUCCI, 2005).

Associados a essas medidas, é necessário a conscientização da população, por meio de campanhas e cartilhas, com o intuito de mitigar o descarte irregular dos lixos, em córregos, canais, logradouros ou espaços públicos, promovendo um senso de cuidado com o ambiente em que residem.

### **Diretriz 5 – Adequação do esgotamento sanitário**

Devido à precariedade observada, no que se refere aos serviços de esgotamento sanitário, sugere-se a aplicação de medidas infraestruturais, objetivando a melhoria das condições de esgotamento sanitário na área e, conseqüentemente, a ampliação do acesso adequado a este serviço em todas as localidades do bairro. Promovendo, desta maneira, a melhoria da qualidade de vida dos habitantes e da condição de saúde na área. Esta medida, também irá contribuir para a concretização das instruções expressas no Art. 96, do Plano Diretor, que se refere ao saneamento ambiental, para proporcionar condições de habitabilidade e melhoria qualidade ambiental.

- **Eixo de Mobilidade e Acessibilidade**

### **Diretriz 6 – Melhoria dos passeios e vias públicas**

Conforme a análise realizada, podemos perceber que o bairro apresenta grandes entraves em relação à mobilidade e acessibilidade dos habitantes. Em virtude disto, propõe-se o melhoramento da infraestrutura física: promovendo a pavimentação adequada; a desobstrução tanto dos passeios, como das vias públicas, removendo obstáculos que dificultam a circulação pedonal e veicular; a implantação de sinalizações viárias, e, por fim, a criação de calçadas nas áreas em que são ausentes, a fim de promover acessibilidade e segurança para o tráfego dos usuários, a partir de diferentes meios de locomoção.

### **Diretriz 7 – Promoção dos modais**

Uma das características que a área apresenta é a diversificação de modais para a locomoção dos habitantes, no entanto, estes carecem de infraestrutura. Dessa

forma, sugere-se a adequação das vias e pontos de embarque, a modificação do trajeto da linha 01, que permitirá o acesso ao transporte coletivo pelos moradores da porção sul do bairro, além de favorecer o acesso à Lagoa Olho D'água. Também, propõe-se a alteração no sentido de algumas vias, que permitirá tanto, a circulação dos veículos de maneira mais adequada, evitando congestionamentos, como a expansão da ciclovia (APÊNDICE B).

Sugere-se a instalação de estações de compartilhamento de bicicletas em pontos de conexões entre os modais, como a estação metroviária e o terminal integrado, em espaços de convívio e nos polos de atração populacional. Incentivando a utilização dos diferentes modais, pelos usuários.

### **Diretriz 8 – Programa de arborização**

O bairro de Cajueiro Seco é marcado pela baixa arborização e a limitação de espaços verdes, dessa forma, sugere-se a implementação do programa de arborização. Este programa é uma proposta do plantio de árvores e vegetações, tanto ao longo dos passeios públicos, como em área de convívio e atração populacional, objetivando o sombreamento dos espaços públicos; diminuição das altas temperaturas e a redução da propagação de ruídos, em vias de fluxo intenso. A diretriz tornará os espaços públicos mais agradáveis e atrativos, melhorando a qualidade de vida dos habitantes.

- **Eixo Social**

### **Diretriz 9 – Disponibilização de equipamentos públicos**

Para promover um espaço saudável para o desenvolvimento dos habitantes e que permita a realização de atividades cotidianas, propõe-se a adequação do acesso aos equipamentos públicos. Dessa forma, devem ser implantadas novas Unidades de Saúde da Família, na porção ao sul do bairro, local em que o acesso a este serviço é extremamente deficiente. Também é fundamental a implantação de creches públicas para atender a população, de forma que o acesso a este serviço seja igualitário em todo o bairro, assim, sugere-se que sejam instaladas uma na porção ao norte do bairro e outra nas proximidades da lagoa.

Outra proposta, é a criação de um centro comunitário objetivando a inclusão social e a disponibilização de atividades e serviços para os habitantes do bairro, principalmente para a parcela mais vulnerável, promovendo a cidadania e o desenvolvimento humano.

### **Diretriz 10 – Criação de um novo polo de comércio**

A área apresenta uma demanda de comerciantes que se instalam ao longo das vias e passeios públicos, resultando em conflitos de deslocamentos. Diante disto, propõe-se a implantação de um Mercado, em um espaço vazio, situado na Rua Haiti (ver APÊNDICE B), neste local já existe algumas barracas, no entanto, o ambiente carece de infraestrutura para estas. Assim, sugere-se a implantação de infraestrutura física e de mobiliários urbanos, como lixeiras públicas, postes de iluminação, bancos, dentre outros. Para atender da melhor forma esta demanda e diversificar as atividades do bairro, tornando os lugares atrativos e vivos.

### **Diretriz 11 – Promoção de espaços de convívio qualificados**

Uma das principais demandas solicitadas pela população refere-se aos espaços de convívios qualificados. Como visto anteriormente, o bairro apresenta uma grande carência em relação aos espaços de convívio. Assim, sugere-se a criação de novas áreas para o desempenho de atividades de recreação, esportivas, culturais e de convívio, que visem a promoção de um ambiente qualificado e agradável a população. Da mesma forma, a recuperação dos espaços existentes, promovendo melhoramento da infraestrutura, a instalação e manutenção de mobiliários urbanos, tais como, lixeiras, bancos, postes de iluminação e brinquedos, e a adequação dos espaços para eventos.

Por fim, o desenvolvimento de programas para o desempenho de atividades culturais, esportivas e de lazer, a fim de promover um espaço convidativo para os usuários, resultando na apropriação e utilização dos espaços, tornando Cajueiro Seco um bairro vivo e seguro. A presente diretriz contribuirá para a concretização do Programa Espaços Públicos de Qualidade, presente no Plano Diretor do município, destrinchados no Capítulo IX, que prevê a implantação, a ampliação e recuperação dos espaços públicos de lazer, esportes, convivência e contemplação.

The background of the page is a stylized map with a grid of orange lines. A diagonal road with yellow dashed lines runs from the top left towards the center. A green diagonal strip is in the top left corner. A green oval highlights a road intersection in the lower-left quadrant, and a blue oval highlights a road intersection in the lower-left quadrant.

# 07

**CONCLUSÕES**

## 7. CONCLUSÕES

Essa pesquisa se propôs a verificar em que medida a requalificação urbana do bairro de Cajueiro Seco propiciaria condições adequadas para o habitar, gerando melhorias de qualidade de vida para a população. O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise do bairro diante dos conceitos de habitabilidade urbana e qualidade do espaço urbano, que permitiram compreender as características e entraves presentes no bairro.

Cajueiro Seco foi uma proposta que, segundo Souza (2009, p.11), modificaria “o rumo do desastre das grandes cidades”. Esta experiência foi o resultado de diversas discussões e análises em torno da temática sobre as Reformas Urbanas, que objetivava oferecer à população o acesso adequado à cidade. No entanto, a drástica interrupção do projeto e a ausência de assistência técnica, implicaram na concretização do bairro de maneira inadequada.

O processo de crescimento urbano do bairro acarretou em diversos problemas, como foi observado durante o decorrer da pesquisa, formando espaços hostis que desvalorizam o convívio e as relações sociais, dificultando, também, o desempenho de atividades cotidianas pelos habitantes, demonstrando a necessidade de adequar o espaço, para gerar melhorias para a qualidade de vida. Assim, a presente pesquisa, que teve como objetivo apresentar diretrizes para requalificação urbana do bairro, visando a melhoria da condição de vida da população, além de promover a criação e a adequação de equipamentos públicos, valorizando o espaço público e as relações sociais (MOURA, *et al.*, 2006).

Dessa forma, buscou-se entender a dinâmica do bairro, observando o que foi realizado durante o projeto, o que não foi concretizado e como o bairro encontra-se atualmente, identificando as suas carências e seus entraves. Também foram captados os anseios e as perspectivas de diferentes usuários do bairro, objetivando elaborar uma proposta fundamentada nas necessidades da população local, para criar um ambiente propício e adequado para o seu habitar.

Almeida (2002) afirma que para um ambiente torna-se habitável deve atender as necessidades existenciais dos usuários, em virtude disso, as diretrizes propostas nesta pesquisa, basearam-se, não somente, nos princípios que qualificam um espaço como habitável, mas, principalmente, nos anseios da população local pois esta é

afetada, diretamente, pelos entraves do bairro, impedindo o usufruto de um ambiente qualificado e saudável para o desenvolvimento das atividades humanas.

Logo, as diretrizes propostas contribuirão para inserir e devolver características e qualidades, que foram perdidas durante o processo de crescimento urbano do bairro, proporcionando, desta maneira, a criação de um ambiente confortável e adequado para a população, permitindo a espacialização das relações entre o usuário e o espaço. Além disso, a realização desta pesquisa, também permitiu a elaboração de diretrizes que visam a promoção de ambientes qualificados para o convívio e as dinâmicas sociais, que segundo Gehl (2014) proporcionam experiências positivas aos usuários, resultando em um bairro vivo, seguro e convidativo.

As pesquisas realizadas indicam a confirmação da hipótese levantada, de que a requalificação urbana do bairro irá permitir o pleno exercício do ato de morar, possibilitando o acesso adequado aos serviços e equipamentos urbanos, bem como, o usufruto de ambientes qualificados para os habitantes. Uma vez que, as diretrizes apresentadas, neste trabalho, basearam-se na percepção e no anseio da população. Assim, a aplicação dessas medidas trará melhorias para a qualidade de vida dos habitantes.

Convém ressaltar que diretrizes, representam um conjunto de normas que regulam ou definem um caminho a ser seguido, para alcançar determinado objetivo. O que abrirá espaço para o desenvolvimento de novas pesquisas, objetivando dar continuidade a esta reflexão, bem como, a construção de novas questões.

Destaca-se, ainda, a importância deste trabalho pois, além de trazer benefícios para a população residente, também poderá contribuir para o desenvolvimento de outras pesquisas, servindo como base para propostas que visem intervenções urbanísticas, baseadas nos conceitos de habitabilidade urbana e da qualidade do espaço.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575**: Edifícios habitacionais de até cinco pavimentos – Desempenho – Parte 1: Requisitos gerais. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.
- AGUIAR, Douglas. Urbanidade e a qualidade da cidade. *In*: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius M. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. p. 61-80.
- ALMEIDA, Dean Fabio Bueno de. **Direito socioambiental**: o significado da eficiência e da legitimidade. Curitiba: Juruá, 2003.
- AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Delta S.A, 1968.
- BASSUL, José Roberto. **Reforma Urbana e Estatuto da Cidade**. EURE (Santiago), Santiago, v.28, n. 84, 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19608408>. Acesso em: 01 fev. 2020.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**: uma metodologia para avaliar programas de habitação. São Paulo, IEE/PUC-SP, 2002.
- BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. **Das reformas de base ao BNH**: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. *In*: XII Encontro da ANPUR. Belém: Anais do XII Encontro da ANPUR, CDROM, 2010. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3432>. Acesso: 12 fev. 2020.
- BRASIL, Ministério das Cidades. **Um breve histórico do planejamento urbano no Brasil**. Programa nacional de capacitação das cidades. [201-?]. Disponível em: [https://www.saojao2050.com.br/userdata/public\\_uploads/Um%20breve%20hist%C3%B3rico%20do%20planejamento%20urbano%20no%20Brasil.pdf](https://www.saojao2050.com.br/userdata/public_uploads/Um%20breve%20hist%C3%B3rico%20do%20planejamento%20urbano%20no%20Brasil.pdf). Acesso: 24 fev. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 10 mar. 2020.
- CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e Resistências dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955-1988)**. 2017. Dissertação (Pós-Graduação em História Social) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2017. Disponível: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/6765/2/Geane%20Bezerra%20Cavalcanti.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.
- COHEN, Simone Cynamon. **Habitação saudável como caminho para a promoção da saúde**. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública). Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://teses.icict.fiocruz.br/pdf/cohenscd.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- COIMBRA, Clarissa Junqueira. **História do IAB Nacional**. 1988. Disponível em: [http://servicos.iabdf.org.br/historia\\_IABBR.htm](http://servicos.iabdf.org.br/historia_IABBR.htm). Acesso 29 fev. 2020.

DOMINGUES, Álvaro. **Cidade e Democracia – 30 anos de transformação Urbana em Portugal**. Argumentum, 2006.

ELALI, Gleice Azambuja; SOUZA, Natalya Cristina de Lima. **Afinal, o que se entende por habitabilidade?** uma leitura do conceito em trabalhos acadêmicos brasileiros. *In*: 3o CIHEL - Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono, 2015, São Paulo, SP. Anais do 3o CIHEL. São Paulo: FAU-USP, 2015. Disponível em: [http://labhab.fau.usp.br/3cihel/public/3CIHEL.caderno%20de%20resumos-corrigido\\_final.pdf](http://labhab.fau.usp.br/3cihel/public/3CIHEL.caderno%20de%20resumos-corrigido_final.pdf) . Acesso em: 15 jan. 2020.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 2 ed. 2014.

HOLANDA, Frederico. Arquitetura sociológica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 115-129. Maio. 2007. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/download/174/158/>. Acesso em: 17 mar. 2020.

INSTITUTO DE LA VIVIENDA (INVI). **Bienestar Habitacional – Guía de diseño para un hábitat residencial sustentable**. Santiago: Instituto de la Vivienda / F.A.U. / U. de Chile, 2004. Disponível em: <http://www.arqenergia.cl/images/pdf/Bienestar%20Habitacional.pdf>. Acesso em 26 jan. 2020.

JÚNIOR, Nelson Saule; UZZO, Karina. **A trajetória de reforma urbana no Brasil: a trajetória do Movimento Nacional pela Reforma Urbana**. Disponível em: <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saule%20k%20uzzo.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.

MAIA, Raul. **Magno dicionário brasileiro da língua portuguesa**. São Paulo: Edipar edições e participações LTDA, 1971.

MALARD, Maria Lúcia. **As aparências em arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MOREIRA, Maria da Graça Santos Antunes. **Requalificação Urbana: alguns conceitos básicos**. Artitextos. ISBN 978-972-9346-03-3. Nº 5, dez. 2007, p.117-129. Disponível: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1802>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**. [200-?]. Disponível em: [https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA\\_Luana\\_-\\_A\\_questao\\_da\\_habitacao\\_no\\_Brasil.pdf](https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf). Acesso em: 20 fev. 2020.

MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João. **A Revitalização Urbana: Contributos para Definição de um Conceito Operativo**. Cidade - Comunidades e Territórios, 2006. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3428/1/Cidades2006-12-13\\_Moura\\_al.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3428/1/Cidades2006-12-13_Moura_al.pdf). Acessado em 26 set. 2019.

MORGAN, Andressa; WEBER, Joseane; AGNOLIN, Cristiane Teresinha; BERNARDY, Rógis Juarez. **Desenvolvimento municipal rural com base nas suas potencialidades: aplicação da matriz de condicionantes, potencialidades de**

deficiências - CPD. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1414650918115>. Acesso em: 19 maio 2020.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (col.). **Revolução de 30**. Fundação Getúlio Vargas (FGV) / CPDOC. Verbete temático. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>. Acesso em: 16 mar. 2020.

PEIXOTO, Paulo. Requalificação Urbana. *In*: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença. **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009. p. 41-52.

PERNAMBUCO. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, 2014. **Secretaria das Cidades recebe recursos para executar obras da Lagoa Olho D'água**. Disponível em: [http://www.cidades.pe.gov.br/web/secid/exibir\\_noticia?groupId=12855&artid=18992969&templated=15537](http://www.cidades.pe.gov.br/web/secid/exibir_noticia?groupId=12855&artid=18992969&templated=15537). Acesso em: 01 maio 2020.

PONTUAL, Virgínia. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n 42, p. 417-434. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n42/a08v2142.pdf> . Acesso em: 18 mar. 2020.

REVISTA NORDESTE, 2013. **Habitacional será construído em Cajueiro Seco**. Disponível em: <https://revistanordeste.com.br/noticia/habitacional-sera-construido-em-cajueiro-seco/>. Acesso em: 17 maio 2020.

RIBEIRO, Cecília. **O estudo preliminar de wit-olaf prochnik**: Planejamento urbano e enunciados do Recife. 2005. Dissertação Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp024921.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

RIBEIRO, Cecília; PONTUAL, Virgínia. **A construção cultural de um tempo**: o Recife na década de 1960 e suas representações. *In*: XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Londrina, 2005. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206372\\_6d2de49186d3950586b6c3c7b02ed3e0.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206372_6d2de49186d3950586b6c3c7b02ed3e0.pdf). Acesso 26 set. 2019.

RIBEIRO, Cecília; PONTUAL, Virgínia. **A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n.109.07, Vitruvius, jun.2009. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revista/read/arquitextos/10.109/50>. Acesso 26 set. 2019.

SILVA, Elisangela Ferreira. **Em busca da habitabilidade: adequações inseridas no conjunto habitacional boa sorte em Coimbra, MG**. 2011. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2011. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso 17 jan. 2020.

SILVA, Marina Ribeiro. **Requalificação urbana: o exemplo da intervenção Polis em Leiria**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Letras da

Universidade de Coimbra. Coimbra, 2011. Disponível em:  
<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/19941/1/tese%20de%20Ana%20Marina%200Silva.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SOUZA, Celina Maria de. Política urbana e participação popular. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 99-113. ago.1989. Disponível em:  
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9095>. Disponível: 18 fev. 2020.

SOUZA, Christopher Freire; TUCCI, Carlos Eduardo Morelli. **Desenvolvimento urbano de baixo impacto**. In: Simpósio de Recursos Hídricos do Sul RS-SC-PR. 2005. Disponível em: <https://ctec.ufal.br/professor/cfs/Aguasul2005%20-%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

SOUZA, Diego Beja Inglez de. **Reconstruindo Cajueiro Seco**: Arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64). 2008. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em:  
[https://teses.us.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-02082010-115837/publico/reconstruindo\\_CS\\_DBIS.pdf](https://teses.us.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-02082010-115837/publico/reconstruindo_CS_DBIS.pdf). Acesso em: 01 set. 2019.

TENÓRIO, Bárbara Cardoso. **A Lagoa olho D'água**: o sistema de uma paisagem. 2013. Dissertação (Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013. Disponível em:  
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10972/1/Dissertacao%20BARBARA%20TENORIO.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

TPF ENGENHARIA, 2018. **Lagoa Olho D'água em Jaboatão dos Guararapes (PE)**. Disponível em: <https://www.tpfengenharia.com.br/experiencia/lagoa-olho-dagua%3fformat=amp>. Acesso em: 05 maio 2020.

VERRI, Fernanda Jahn. **O planejamento urbano integrado e a atuação do SERFHAU no Rio Grande do Sul (1964-1975)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em:  
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102999/000936057.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 mar. 2020.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO “ONLINE”

#### CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA E ANSEIOS DA POPULAÇÃO

##### Caracterização do usuário:

Nome: \_\_\_\_\_  
 Idade: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_  
 Estado Civil: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

1. Bairro onde reside: \_\_\_\_\_
2. Se residir na área de estudo dizer a rua onde mora: \_\_\_\_\_
3. Ligação com a área em estudo:
 

<input type="checkbox"/> Mora	<input type="checkbox"/> Trabalha	<input type="checkbox"/> Realização de
<input type="checkbox"/> Lazer	<input type="checkbox"/> Outros	Serviços

##### Caracterização socioeconômica do usuário:

4. Renda familiar:
 

<input type="checkbox"/> 1 salários mínimos	<input type="checkbox"/> De 2 a 4 salários mínimos	<input type="checkbox"/> 4 a 6 salários mínimos
<input type="checkbox"/> >7 salários mínimos		
5. Membros no grupo familiar:
 

<input type="checkbox"/> 0 a 3 membros	<input type="checkbox"/> 4 a 6 membros	<input type="checkbox"/> 7 a 10 membros
<input type="checkbox"/> >11 membros		

##### Caracterização da área em estudo:

6. Para você, a área em estudo, atende sua necessidade quanto a espaços de convívio e para realização de atividades como: recreação, esportes e exercícios físicos?
 

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

 Por quê? \_\_\_\_\_
7. Para você, a área em estudo, atende sua necessidade quanto aos serviços de saúde, como: postos médicos e unidades de saúde?
 

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

 Por quê? \_\_\_\_\_

8. Para você, a área em estudo, atende sua necessidade quanto o serviço educacional, como: escolas e creches?

Sim                       Não

Por quê? \_\_\_\_\_

9. Qual seu principal meio de transporte e locomoção?

Transporte privado     Transporte complementar     a pé  
 Transporte coletivo     Bicicleta                       outros

10. Na escala de 1 a 5, quanto você acha que a área atente a sua necessidade de locomoção? Considere 1 para péssimo e 5 para excelente.

1                               2                               3  
 4                               5

Justifique: \_\_\_\_\_

11. Ao caminhar pelas ruas do bairro quão confortável você se sente? Considere 1 para péssimo e 5 para excelente.

1                               2                               3  
 4                               5

Justifique: \_\_\_\_\_

12. Quanto a iluminação dos espaços públicos (ruas, praças, etc), esta atende as suas necessidades? Considere 1 para péssimo e 5 para excelente.

1                               2                               3  
 4                               5

Justifique: \_\_\_\_\_

13. Em relação a arborização e vegetação da área, na escala de 1 a 5, como você julga? Considere 1 para péssimo e 5 para excelente.

1                               2                               3  
 4                               5

Justifique: \_\_\_\_\_

14. Em relação a ventilação dos espaços públicos, como você avalia?

1                               2                               3  
 4                               5

Justifique: \_\_\_\_\_

15. Quanto à qualidade sonora no bairro, na escala de 1 a 5, como você avalia? Considere 1 para péssimo e 5 para excelente.

1                       2                       3  
 4                       5

Justifique: \_\_\_\_\_

16. Como você avalia, na escala de 1 a 5, os espaços disponíveis para o desempenho de atividades culturais e de lazer na área? Considere 1 para péssimo e 5 para excelente.

1                       2                       3  
 4                       5

Justifique: \_\_\_\_\_

17. Ao caminhar pelo bairro, você se sente seguro? Considere 1 para inseguro e 5 para bastante seguro?

1                       2                       3  
 4                       5

Justifique: \_\_\_\_\_

18. Você consegue se situar facilmente nos diversos lugares do bairro?

Sim                       Não

Por quê? \_\_\_\_\_

19. Para você, quais são os aspectos positivos e negativos do bairro?

20. Como você gostaria que o bairro fosse e o que gostaria que ele oferecesse?

# MAPA DE PROPOSTAS

Diretrizes para a Requalificação Urbana em Cajueiro Seco  
APÊNDICE B



Em verde estão as novas áreas de convívio propostas e as que necessitam de adequação, como descrito na Diretriz 11.



Propõe-se a criação de um Centro Comunitário, como indicado na Diretriz 9, a estrutura existente (instalações para a Câmara dos Vereadores) pode ser aproveitada, adequando o espaço para as novas funções. Além da instalação de uma estação de compartilhamento de bicicletas, que irá facilitar o acesso dos moradores.



Como apresentado na Diretriz 7, sugere-se a modificação no sentido da Rua Profa. Cândida Andrade Maciel e da Rua Ferreira Magalhães, tornando-as em vias de mão única.



Como descrito na Diretriz 10, propõe-se a criação de um Mercado, para isso é necessário a instalação de infraestrutura física e de mobiliários urbanos. Além da implantação de uma estação de compartilhamento de bicicletas.



Em amarelo as ciclovias propostas;  
Em azul o novo percurso sugerido para o transporte coletivo (linha 01), como apresenta a Diretriz 7.



Em todo o perímetro promover a adequação do esgotamento sanitário, dos passeios e vias públicas, das sinalizações e da drenagem urbana. Assim como a implantação dos programas de arborização, iluminação e de limpeza pública. Expressos nas Diretrizes 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

H

Como indicado na Diretriz 9, sugere-se a instalação de USF na área demarcada em rosa. No entanto, a localização destas unidades deverá seguir as indicações da prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, uma vez que, as instalações são feitas em prédios locados.



Em lilas estão as áreas propostas para a implantação de Creches Públicas. Como descrito na Diretriz 9.



Recuperação da Lagoa Olho D'água e o desenvolvimento de atividades turísticas, esportivas e de recreação. Bem como, a instalação de infraestrutura física, mobiliários urbanos, estação de compartilhamento de bicicletas e pontos de ônibus. Como descrito nas Diretrizes 2 e 9.